



Cidades geminadas mexeram em Madrid

O direito das autarquias a fazerem obras em paz

Autarcas de todo mundo foram a Madrid representar 110 cidades de 30 países, em nome da paz. Em causa, ali a poucos passos de uma reunião intergovernamental, o direito das cidades, das regiões, a intervirem no processo de paz mundial. Eleitos portugueses estiveram na capital espanhola, alguns em silêncio, outros em discursos de circunstância. Mas, também, com vozes de alerta para casos como o de Beja ou dos submarinos atômicos no Tejo, não esquecendo as particularidades do nosso Poder Local.

Pág. 11



A hora das decisões de fundo já chegou

Os centros culturais portugueses vivem uma hora de experiência. Depois do «arte negro» de 1968, em que Lisboa, Paris e Garmes de Ponto, tudo foram para os braços, as estruturas de descentralização cultural esperam os frutos da mudança governamental. Há razões para optimismo, embora modesto: a situação financeira, por exemplo, é hoje um pouco menos desastrosa, mas os problemas de fundo continuam a exigir a resposta. No entanto, os centros pretendem ver estabelecidas algumas bases concretas de acordo com antigos clamores, de que falamos com o Ministério da Cultura.

Pág. 2

Trabalhadores surpreendidos às 4 horas e 55 minutos com a entrada de forças da PSP e GNR

Lisnave ocupada

Desde esta manhã que os trabalhadores da Lisnave se encontram impossibilitados de entrar nos estaleiros da Margueira, devido ao forte contingente policial que ocupa as instalações da empresa e controla os cruzamentos das ruas, num perímetro de 800 metros. A intervenção policial, ocorrida às 4 e 55 desta madrugada, foi solicitada pelo Tribunal Cível de Lisboa, para permitir a saída do petroleiro grego «Doris», em reparação.

No entanto, o porta-voz da Comissão de Trabalhadores, Carlos Gomes, afirmou que os trabalhadores não impedem a

saída do navio, acrescentando que precisa de mais de três ou quatro dias de reparação para poder abandonar a doca em que se encontra.

Sabe-se que o armador tentou garantir a saída do navio da empresa através do pagamento directo à Comissão de Trabalhadores dos 150 mil dólares da reparação, o que foi recusado. A este respeito, Carlos Gomes disse que não compete à CT receber aquela verba.

Esta manhã, a Comissão de Trabalhadores, escoltada por elementos da Polícia, entrou



Foto de Rui Pacheco

Submarino nuclear dos EUA desde ontem no Tejo

Pág. 24

Ainda pode concorrer

VERA

...e mais 2 páginas dedicado do Álbum a Carlos Botelho

HOJE
Cupão
n.º 10

2083

Hoje

ESGREVER

Poesia açoriana nos E.U.A.





Cidades geminadas mexeram em Madrid

O direito das autarquias a fazerem obras em paz

Autarcas de todo mundo foram a Madrid representar 110 cidades de 30 países, em nome da paz. Em causa, ali a poucos passos de uma reunião intergovernamental, o direito das cidades, das regiões, a intervirem no processo de paz mundial. Eleitos portugueses estiveram na capital espanhola, alguns em silêncio, outros em discursos de circunstância. Mas, também, com vozes de alerta para casos como o de Beja ou dos submarinos atômicos no Tejo, não esquecendo as particularidades do nosso Poder Local.

Pág. 11



Centros Culturais Regionais

A hora das decisões de fundo já chegou

Os centros culturais regionais vivem uma hora de esperança. Depois do «ano negro» de 1982, em que Lucas Pires e Gomes de Pinho, tudo fizeram para os destruir, as estruturas da descentralização cultural esperam os frutos da mudança governamental. Há razões para optimismo, embora moderado: a situação financeira, por exemplo, é hoje um pouco menos dramática, mas os problemas de fundo continuam à espera de resposta. No essencial, os centros pretendem ver estabelecidas as bases concretas e de acordo com critérios claros, as suas relações com o Ministério da Cultura.

Pág. 9

Trabalhadores surpreendidos às 4 horas e 55 minutos com a entrada de forças da PSP e GNR

Lisnave ocupada

Desde esta manhã que os trabalhadores da Lisnave se encontram impossibilitados de entrar nos estaleiros da empresa e controlar os cruzamentos das ruas, num perímetro de 800 metros. A intervenção policial, ocorrida às 4 e 55 desta madrugada, foi solicitada pelo Tribunal Cível de Lisboa, para permitir a saída do petroleiro grego «Doris», em reparação.

No entanto, o porta-voz da Comissão de Trabalhadores, Carlos Gomes, afirmou que os trabalhadores não impedem a

saída do navio, acrescentando que precisa de mais de três ou quatro dias de reparação para poder abandonar a doca em que se encontra.

Sabe-se que o armador tentou garantir a saída do navio da empresa através do pagamento directo à Comissão de Trabalhadores dos 150 mil dólares da reparação, o que foi recusado. A este respeito, Carlos Gomes disse que não compete à CT receber aquela verba.

Esta manhã, a Comissão de Trabalhadores, escoltada por elementos da Polícia, entrou



Foto de Rui Pacheco

Submarino nuclear dos EUA desde ontem no Tejo

Pág. 24

Ainda pode concorrer

VERA

...e mais 2 páginas dedicado do Álbum a Carlos Botelho

HOJE
Cupão n.º 10

DL 83

Hoje

ESGREVER

Poesia açoriana nos E.U.A.



Luis de Miranda Rocha

gentes e paisagem

Apenas uma certeza

Dias de Melo

TARDE. Depois de um dia inteiro esmagado, deprimido, pelo pesadelo opressivo, terrivelmente opressivo — de um céu de chumbo fúnebre — para além dos vidros da janela fechada, uma poalha tímida de sol frouxo tombando de um azul deslavado, sujo, sobre a pasmaceira húmida da paisagem imóvel, dos telhados escuros dos fantasmas das casas adormecidas na paisagem imóvel, do mar soturno das copas das árvores dos jardins da cidade imóvel, das curvas humilhadas dos montes que se vão estendendo ao longe, imóveis, pelo interior da ilha, como corpos de defuntos amortalhados nos farrapos dos nevoeiros. Tudo tão velho, tão igual hoje ao que é, não em todos os dias, que também os temos bonitos, mas em quase todos os dias.

Comigo, desde manhã para

rego que nem chego a abrir na lividade deste chão desolado.

MAS esta poalha frágil de sol amedrontado agora a cair sobre a pasmaceira húmida e imóvel da paisagem, a trespassar-me os vidros da janela fechada, a envolver-me o corpo flácido, o tocar-me os olhos cansados, a aquecer-me o calhau da minha mão com o arado da esferográfica entre os dedos duros...

E o sol esplêndido, e o azul esplêndido do céu de Lisboa... Naquela tarde, quando fomos os dois lanchar ao restaurante da Estação dos Caminhos de Ferro do Rossio, ali no primeiro andar...

O sorriso lindo da empregada. Despesa, cerca de oitenta escudos. Um galão e uma sandes para mim, uma água do Luso e um croissant para ti. Pago, opunhas-te que eu pagasse, você é um machista igual a todos os machistas, insisto e pago com uma nota de quinhentos escudos. Dis-

so sorriso lindo. Olho-lhe o sorriso lindo, o rosto lindo, o corpo, os olhos bonitos. E ela:

— Por favor, o seu troco...

E tu, a falares das terras do Mundo por onde andaste e vives-te. Naquela tarde, ali, na Estação dos Caminhos de Ferro do Rossio, e na tua Casa, das duas ou três vezes que estive na tua Casa contigo. No teu ambiente aconchegado, acolhedor, povoado de sossego, paz, silêncio, por dentro das janelas abertas para a paisagem campestre de silêncio, paz, sossego, dominada pelo perfil austero da serra de Sintra próxima. Além do mais do que na tua Casa falámos. Dos nossos Mortos, dos nossos Vivos, dos nossos ausentes, dela, a sofrer, no hospital, por trás do muro amarelo. E da vida vivida neste nosso país. Da vida que esperamos que nos viesse com o 25 de Abril. Tu falavas calmamente, com optimismo, com esperança. Acreditas no teu optimismo?

que me vem de longe com a tua solidariedade, com a tua amizade, próximas sempre e sempre presentes.

Os teus poemas... Talvez uma saudade. Do que foste. **Nuvem, rio, brisa, ave subindo ao alto da montanha, desejo, amor dado, amor partilhado, amor...** Uma vida de mulher humanamente vivida. O que és: uma vida de mulher humanamente a viver, com os outros, pelos outros, para os outros, na tua entrega total de generosa **mensageira da esperança**.

Pouco de novo? Pouco de original? Tudo é novo e tudo é original. Mesmo que já outros o tenham dito, quando nasce de nós, do que vivemos, do que sentimos, como se nunca alguém o tivesse vivido e sentido antes de nós.

O restaurante da Estação dos Caminhos de Ferro do Rossio...

Lá estive duas vezes mais contigo. A primeira, acabava de chegar a Lisboa, almoçando. A pressa. Tinha que ir, e tu ias comigo, ter com ela ao hospital, por trás do muro amarelo. Ter com ela, sempre com tanta gente a acompanhá-la, a querer saber dela, até pelo telefone. E até gente que não conhece.

A última, no último dia em que estivemos juntos. Saímos do hospital, por trás do muro amarelo. O metro, na Praça de Espanha. A saída do metro, nos Restauradores. A ida ao restaurante. Passando em frente à empregada linda, do sorriso lindo, que se não esqueceu do troco, naquele outro dia.

Podia tê-lo guardado para si: nunca mais me lembraria dele. Não guardou. Trouxe-o, pô-lo, num pratinho de vidro, sobre o balcão.

O seu troco... Com as suas mãos lindas. Com o seu sorriso lindo.

Depois, a Avenida. Na Avenida, a maravilha do sol. A maravilha do céu azul.

FALASTE ainda das terras distantes por onde andaste e vives-te — Angola, Moçambique, África do Sul, Hong-Kong, Macau... Falámos ainda dos nossos Mortos, dos nossos Vivos, dos nossos ausentes. E dela.

Disseste: — Você não se pode deixar ir abaixo.

Olhei-te. Olhei a maravilha daquele céu, daquele sol.

— O pior é que, lá, me falta isto.

— Isto?...

(Os amigos que nunca me desamparavam nem a desamparavam a ela, os companheiros anónimos e ocultos com o seu apoio constante e silencioso, a palavra compreensiva quem não obstante o desgaste de tanta canseira com o cuidarem de tantos doentes, jamais o dr. Assis, a dr.^a Guadalupe, a assistente social Eugénia Esteves jamais me negavam — a palavra de seres humanos para com um ser humano... E isto...)

— Sim, isto. Ergui os olhos para aquele céu, para aquele sol. Veio-me aos lábios uma frase de Eça.

E aqui estou. Fechou-se a noite. Dormi. Mal, mas passei pelo sono. Comecei ontem, acabo hoje de alinhar estas linhas. Abandonado, amarfanhado, sozinho. De novo com o pesadelo opressivo, terrivelmente opressivo, deste céu de chumbo fúnebre, desta humidade mórbida.

Passo, uma vez mais, os olhos pela tua carta, pelos teus poemas. Pelas tuas palavras de **mensageira da esperança**.

Mas que esperança? Sabes — repito o que afirmei quando tinha dezoito anos —, a esperança nunca foi certeza. Da esperança, nem vale a pena falar. E, de certeza, apenas tenho uma: a certeza de que não tenho certeza nenhuma.



Naquela tarde, ali, na estação do Rossio...

aqui abandonado, amarfanhado, sozinho, a tua carta, os teus poemas. Mal consigo segurar e abrir os olhos para o papel coberto com as tuas letras, as palavras compostas com as tuas letras, as frases urdidas com as tuas palavras — e ler a tua carta, e ler os teus poemas. Mal consigo arrastar na terra por lavrar deste papel de uma brancura lívida a carga do arado da esferográfica que seguro no calhau da minha mão. Mal consigo arrancar deste saco roto e vazio que trago dentro de mim, como o saco cheio que o lavrador sadio leva pendente do braço possante, um grão de semente que atire ao

traído, contente por estar contigo, não me lembra, não espero pelo troco. Vamos, tu com a bandeja nas tuas mãos fraternais, onde é que nos sentamos? Olha, aqui mesmo (à direita, em frente às janelas que dão para a Calçada do Carmo), eu com o sorriso lindo da empregada, linda e jovem, nos olhos. E com a beleza da tua companhia no coração.

Tempo que passa. Uma hora? Hora e meia? Duas horas? Não sei. Sei que foi muito tempo.

Falámos. De quê? De tanta coisa! Tu — falavas das terras do Mundo por onde andaste e vives-te.

Vamo-nos. Passamos, falando sempre, pela empregada linda

Acreditas na tua esperança? Ou apenas procuras reacender em mim a chama do optimismo e da esperança?

UM dia, por sinal no domingo do Espírito Santo, a 22 de Maio...

De manhã, almoçara com patricios amigos, na Casa de um deles, de veraneio, na Charneca da Caparica. Sopas do Espírito Santo, bolos de véspera, massa-ovada, até vinho de cheiro (vocês chamam-lhe morangueiro), como se nos encontrássemos na nossa ilha. Bolos de véspera, massa-ovada, que lhe levámos quando fomos todos, naquele dia, ter com ela ao hospital, por trás do muro amarelo.

E nesse dia fui jantar, sozinho, ao Restaurante da Estação dos Caminhos de Ferro do Rossio.

Caía a tarde, aproximava-se a noite. Na grande sala quase deserta, uma tranquilidade mística que se espraiava pela cidade nas claridades de mel que, vindas de um céu de um azul muito suave, pairavam sobre o casario, acendiam cores de fogo nas janelas do casario suspenso pelas encostas, além do Rossio e da Praça da Figueira, envolviam em véus de transparências e docuras de oiro irreal a gravidade imponente e sóbria do velho Convento da Graça, no alto da colina.

Pelas baixas, ciciadas, das poucas pessoas ao redor das longas mesas. Falas baixas, ciciadas, gestos comedidos, dos empregados — da empregada linda do sorriso lindo, dos olhos lindos, por trás do balcão. Medo que todos tinham de violar o que havia de sagrado naquela tranquilidade mística.

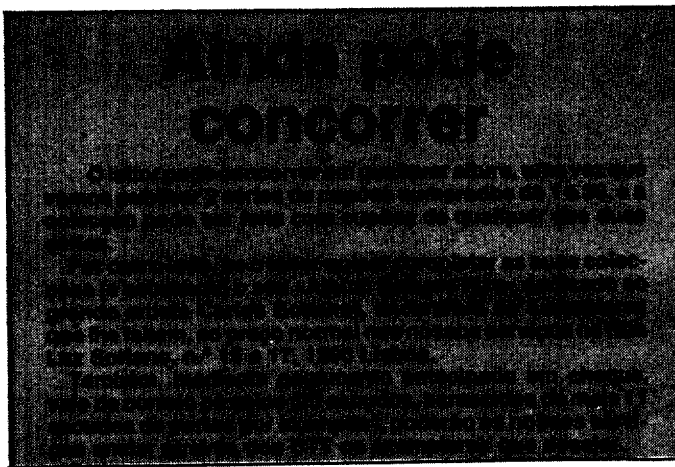
Longamente me deixei ali ficar...

A tua carta, os teus poemas... A tua carta — a mensagem



Concurso

Recorte e guarde este cupão bem como os demais cupões que em número de 30, serão diariamente publicados neste mesmo local. Depois só terá que enviar para o «Diário de Lisboa», em data que será anunciada, esta colecção de 30 cupões, juntamente com um boletim de identificação que será publicado diversas vezes durante o período do concurso.



O MELHOR ANO DE SEMPRE PARA A AVIS PORTUGAL.

50 MILHÕES DE KMS PERCORRIDOS, NUM SÓ ANO, PELOS CARROS AVIS PORTUGAL.

NUM ANO A AVIS PORTUGAL DEU 1246 VOLTAS AO MUNDO

Realizou-se recentemente a reunião dos cargos directivos AVIS, num grande Hotel de Lisboa.

Feita a análise do ano anterior, a AVIS pode orgulhar-se de ter contribuído para a entrada de mais 650.000 contos de divisas no nosso país.

O número de clientes e de dias alugados aumentaram largamente.

Os carros AVIS PORTUGAL percorreram mais de 50 milhões de Kms, o que equivale a 1246 voltas ao Mundo, tendo sido o melhor ano de sempre.

Como conclusão fundamental do encontro, a pulverização dos objectivos AVIS em 1982/83.

A reunião concentrou-se ainda nas metas a atingir pela AVIS PORTUGAL em 1983/84, com a certeza de que tudo continuará a correr sobre rodas.

DARTY MÓVEIS E CONFIANÇA

INAUGUROU NOVA LOJA EM

CASTELO BRANCO

Inaugurou, 2.^a feira, nesta localidade, para maior facilidade dos seus habitantes, um estabelecimento dos muitos que a organização A.S. Nunes já dispõe em várias localidades do país de que é proprietário o jovem e dinâmico empresário sr. Alberto da Silva Nunes.

DARTY MÓVEIS e CONFIANÇA, com 22 estabelecimentos abertos ao público em vários locais do país e a partir de hoje, nesta cidade, mais propriamente na Rua Nuno Álvares, Bloco B (junto aos Bombeiros) expõem numa área aproximadamente de 300 m² uma vasta gama de mobiliário de todas as linhas (modernas e clássicas) que irá com certeza agradar a todos os possíveis clientes.

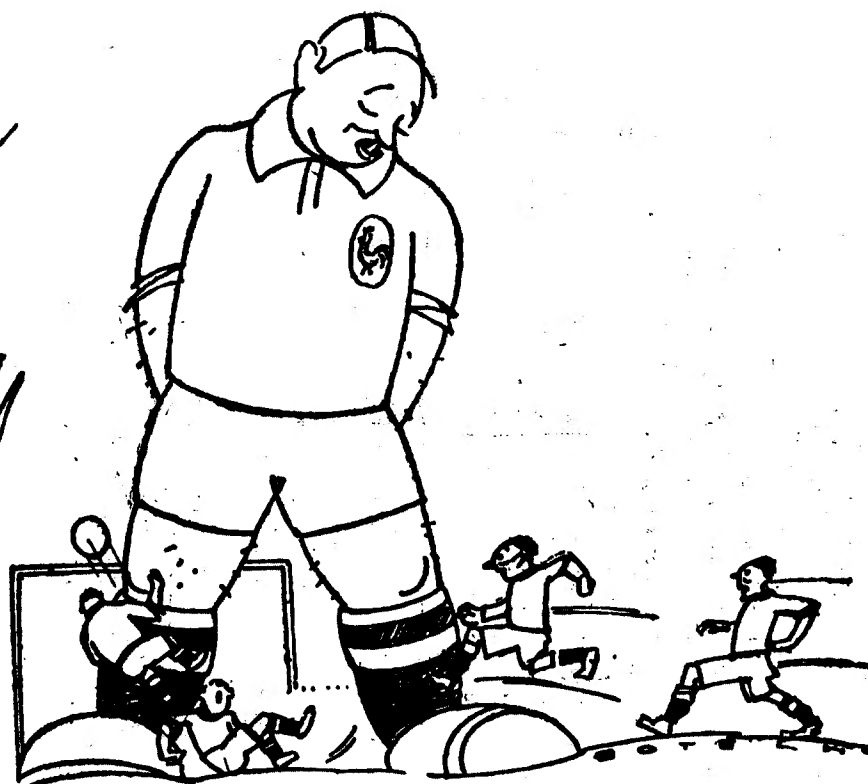
Concurso DL

3.º Álbum SEMPRE FIXE

PORTUGAL - FRANÇA (A FRANÇA EMPATOU COM O FÍSICO)



Uma avançada
interpreta no Pass aux Princes -



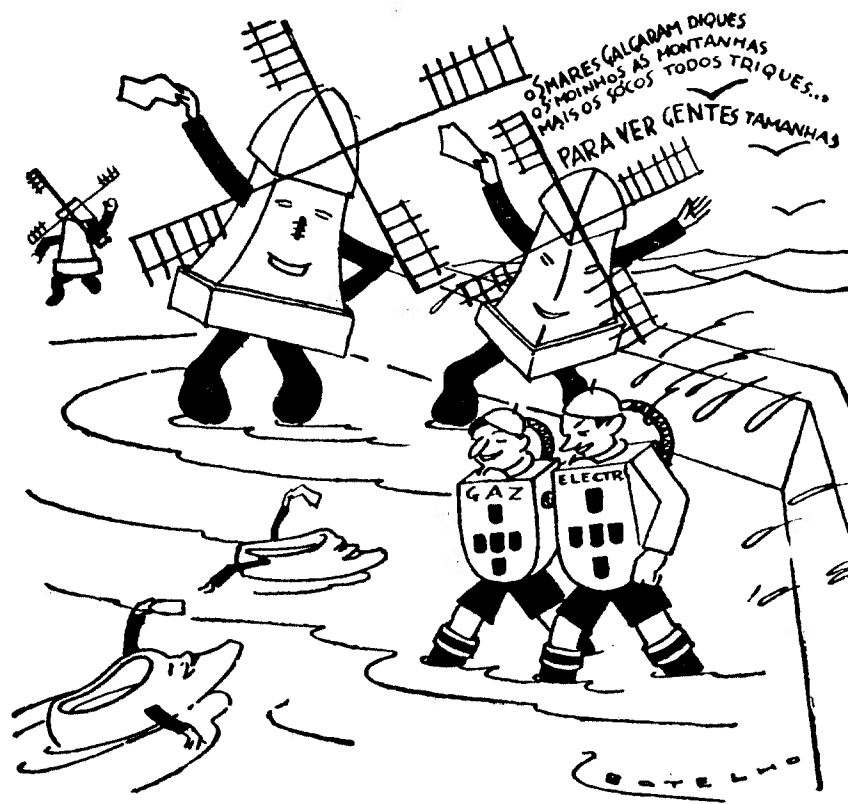
Um aspecto dum corp-a-perna do desafio. Afinal a França
é que empatou o jogo como se vê na fotografia acima
("croquis", enviado pela T. S. F.)

Afinal Amsterdêmos...

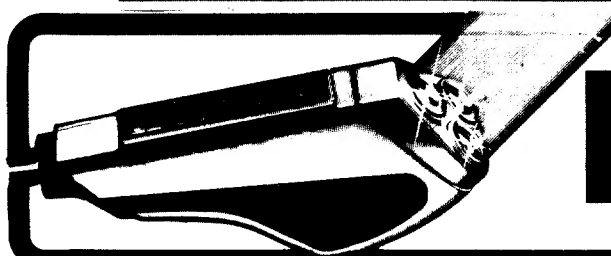
19



Os rapazes gostaram tanto do nitrato do Chile que até o ca-
balo cresceu mais do que a herva do campo. E os Yugo-slavos
não conseguiram penetrar naqueles matagais.



Os moinhos e os tamancos entusiasmados, saúdam os paste-
leiros de Belem e o Tamanqueiro. Mas oxalá não se tenham gasto
a 'falasca' e o 'gaz' todos com o Chile e a Yugo-Slavia.



Philishave o barbear total



PHILIPS



3.º Álbum SEMPRE FIXE

Concurso DL

O verdadeiro Bolo-Rei

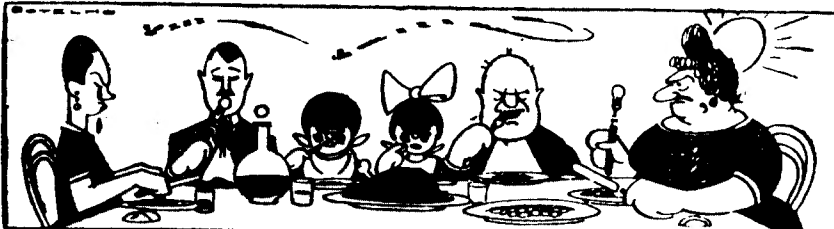


homenagem dum vencido

BOTELHO

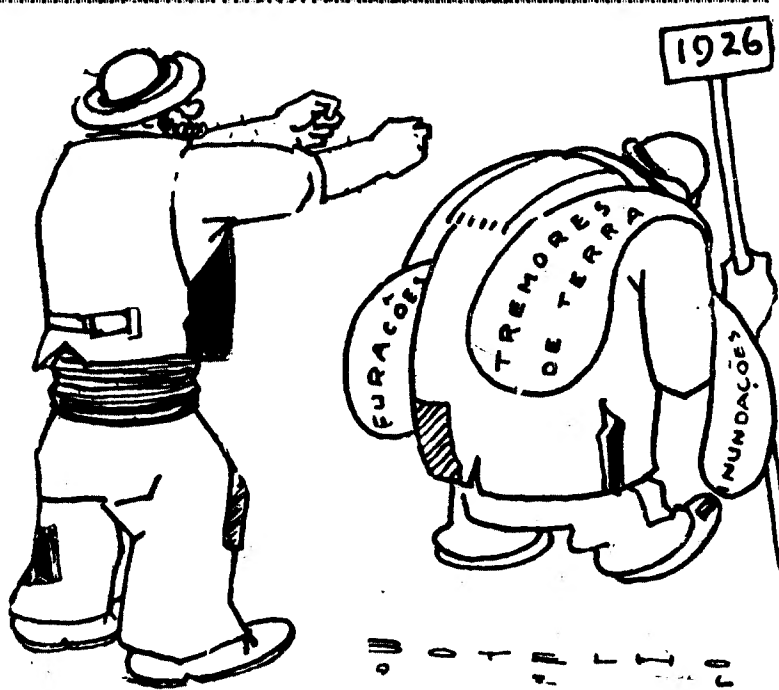
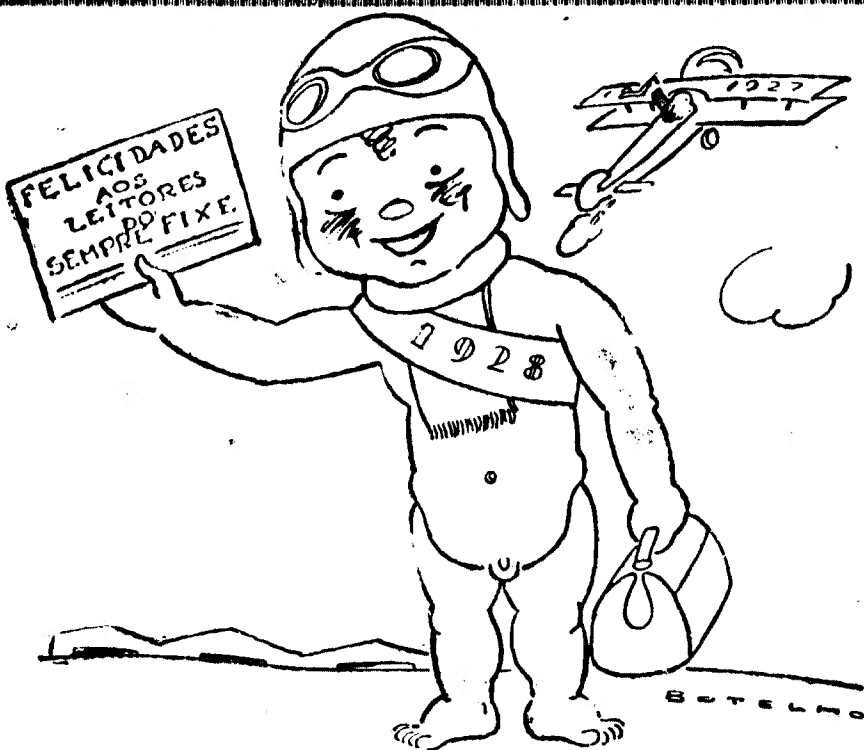
ALMADA NEGREIROS

O DIA DA FAMÍLIA



— Qual é a coisa aqui é ela que vai no embrulho e é comido?...

Romanza sem palavras



— Figa! Canhoto! Põe-te a andar que já não é sem tempo.

20

NISSAN DATSUN URVAN

AINDA ... O SEU MELHOR INVESTIMENTO

ENTREPOSTO

Praça José Queirós, n.º 1
1899 LISBOA CODEX
TEL. 31 40 61

NISSAN

CONCESSIONÁRIOS
EM TODO O PAÍS

RECORTE POR AQUI



A Espanha nos anos 30

Vasco da Gama Fernandes

TERMINARA a ditadura de Primo de Rivera. Dum dia para o outro as eleições municipais implantaram a República.

O acontecimento em Portugal causou um profundo impacto nos meios insubmissos entre os quais figuravam pequenos grupos de estudantes universitários já em rebeldia contra a ditadura e de tal forma que, à semelhança do que aconteceu em Madrid, revoltamos-nos e atirámos às carteiras das salas da velha Faculdade de Direito, do Campo de Santana.

Nesse mesmo dia, ao meio da tarde, iniciava-se o meu percurso: prisão na Penitenciária, residência fixa em Setúbal, deportação para Peniche, fuga para Espanha.

Mas este pequeno historial tem pouca importância agora. O que importa é registar, mesmo com o pecado da repetição, e que alguns rapazes do meu tempo — estavam em 1931 — já liam os escritores espanhóis da vanguarda e acompanhavam os acontecimentos do país vizinho — tumultos populares, greves académicas, a tragédia do fuzilamento de Jaca de Fermín Galán e Hernández — com a mais profunda das emoções.

Quando atravessava a fronteira, clandestinamente, partindo de Castelo de Vide, até às terras de Valência de Alcántara, levava nos olhos a miragem da revolução espanhola, pacífica, como a nossa de Abril, e na memória as lições de Unamuno e José Ortega, Ygasset e, sobretudo, a recordação recente do levantamento estudantil contra a monarquia.

...E eis-me de cofre na ambiência juvenil dum país em transição, eufórico, vibrante, cheio de esperanças e de ilusões.

Estive em Valência 6 ou 7 meses, em trânsito para Galiza, permaneci alguns dias na capital e o resto do tempo em Vigo, perto da minha Pátria aonde não podia entrar.

Ora é, precisamente, isto que me apetece agora recordar de novo nestas linhas muito simples e singelas mas tocadas por uma grande saudade mormente na hora em que a Espanha é uma nação socialista e em Portugal não

percebemos o que se passa até porque isto não é para ninguém perceber. Adiante.

Que se passava então em Espanha? Saira ela duma ditadura e duma monarquia sem destino. O Hino de Riego era cantado por um orfeão de milhares de vozes que vinham das Vascongadas até à beira-mar, às portas de Málaga.

Uma autêntica loucura. Pois eu vivi essa loucura. Mais tonto do que sereno misturava-me com a rua, assistia aos comícios e já, em Madrid, precisamente na data do primeiro aniversário da implantação do novo regime, franqueava as portas do Parlamento e assistia à discussão da Constituição da República dos Trabalhadores...

Ali conheci e falei com figuras como Manuel Azaña, Indalecio Prieto, Largo Caballero, Alcalá Zamora.

Nos comícios vibrávamos com a dialéctica destes homens a que se juntava a voz de uma linda jovem, ainda hoje viva felizmente e por todos conhecida pela Passiaria. E também com ela, a comunicação fácil e empolgante de outras duas mulheres que nunca mais esqueci: Clara Campoamor e Victória Kent, a primeira creio já falecida e a outra ainda viva.

A par disso dava umas saltadas ao Ateneo de Madrid, para ouvir o magistério de Ygasset e Marañón e os jovens espanhóis de todos os sexos e idades começavam a decorar os versos de Federico García Lorca, mais tarde miseravelmente fuzilado pelas tropas de Francisco Franco no «Barranco de la Muerte», às portas de Granada.

Deve o leitor compreender certamente o que tudo isso representou para a minha vida e daí ter nascido para sempre o meu encatamento pelas luzes dos fuzilados de Goya. Para sempre repito e de tal forma me considero um filho espiritual mais tributário da Espanha do que da França.

FORAM cerca de dois anos onde naturalmente também convivi com as figuras excepcionais de certos

portugueses emigrados, todos desoladamente mortos: exemplificadamente Jaime Cortesão, Jaime Morais, Bernardino Machado — um dos nossos primeiros — Sarmento Beires, António Ribeiro de Carvalho e em trânsito pelas fronteiras entre outros João Soares.

A crepitação intelectual era espantosa. O «roda-pé» do jornal «El Sol» era um breviário de cultura moderna, e pelas livrarias, grandes ou modestas, amontoavam-se todas as mensagens sobretudo da França, eterna e de todas as partes do Mundo.

O Parlamento expressava a vontade popular, mas o entusiasmo e a ingenuidade já começavam então a tomar corpo. À semelhança do que acontecera connosco, nos primórdios da República, as forças reacţionárias não desarmavam: o dinheiro continuava nos cofres dos possidentes, o exército não dava «sinais» de si, o ensino, a despeito das cátedras progressistas, permanecia dentro dos cânones do antigamente; sabia-se então ou melhor pressentia-se que uma coisa era a sua alucinante e outra as cavernas da conspiração. E um homem chamado Francisco Franco era nomeado comandante dos exércitos das Canárias e um outro Sanjurjo não se aquietava para os lados da Catalunha.

E pior do que isso: o Partido Socialista, tradicionalmente a grande vertente da democracia nascente, dividia-se em dois grupos: os «progressistas», liderados por Caballero e os «moderados» chefiados por Indalecio. E aí começou a desgraça. Um Partido Socialista dividido ou comprometido fora sempre, e tradicionalmente, o prefácio da desgraça.

E como se não bastasse a coexistência de alguns homens avisados com os tais ingénuos, uma outra figura de largas tradições republicanas, lançava a confusão numa inclinação para a direita, esquecendo-se que essa direita, lá como cá, se nutre fundamentalmente da guerrilha. A individualidade em causa era Alexandre Lerroux.

A minha experiência política era praticamente nula. Abandonara Portugal aos 20 anos, mas já esse Portugal era dominado por uma outra ditadura com 6 anos de idade.

E daí o meu atrevimento quando certa vez disse a Azaña que a minha experiência era maior do que a dele, e que pelo andar da carruagem se aproximavam horas tenebrosas para a liberdade. Lembrou-me perfeitamente que Azaña sorriu e retorquiu que eu era um pessimista. Afinal quem tinha razão era eu.

A República em Espanha nascera sobretudo de uma grande emoção colectiva e como se viu, e se sabe, as grandes emoções são inimigas do bom senso e da presciência.

Angustiado, embora em clandestinidade, regresssei a Portugal e tudo quanto eu previra iria acontecer.

Uma coisa era a vibração dos ideais e o outro o realismo dum país secularmente governado pelas forças negativas. Venceram estas através de uma guerra civil com o rosário de um milhão de mortos e por causa dela a instauração do fascismo, irmanado com os outros fascismos europeus e entre estes o do tamaturogo de Santa Comba Dão. O resto o leitor já sabe de cor e se já o esqueceu é bom que relembre.

A Península passou a ser mais um reduto do arbitrio. A Espanha libertada-se só 40 anos depois e nós teríamos que desgraçadamente aguardar a gesta de 25 de Abril.

QUANDO vou a Espanha já não encontro os meus companheiros emigrados portugueses, os cemitérios estão cheios de cruzeiras brancas.

Mas não consigo atravessar as fronteiras de Portugal para Espanha sem sentir o acicate das recordações: a jovem República, o seu Parlamento, os seus grandes e pequenos homens.

É um recordatório melancólico mas rapidamente substituído pela certeza de que valeu a pena ser-se digno como o foram os espanhóis nossos companheiros e o são os portugueses da mesma estirpe.

Mas convém ter sempre presente que os regimes, portadores da emancipação popular, têm obrigações a que não podem subtrair-se, sob a pena de amaldiçoar-nos a memória dos que se sacrificaram e morreram por nós. E por aqui me fico porque para meio entendedor meia palavra basta.

ponto a ponto



O ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira, efectuou ontem uma visita de trabalho ao comando-geral da Guarda Nacional Republicana. O comandante da corporação deu as boas-vindas ao ministro, sendo-lhe apresentados cumprimentos por todos os comandantes das unidades de Lisboa, chefes de repartição e de serviços do comando-geral e ainda por uma representação de sargentos e praças.

NUMA cerimónia sem discursos, o Presidente da República, Ramalho Eanes, deu ontem posse, ao secretário de Estado da Agricultura, Brito de Carvalho, o último membro do nono executivo a assumir funções.



O presidente da República da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, visita oficialmente Portugal em Setembro.

Trata-se da segunda vez que um presidente guineense se desloca oficialmente a Portugal. Luís Cabral esteve em Lisboa em Janeiro de 1978, tendo sido o primeiro chefe de um Estado africano de língua oficial portuguesa a deslocar-se a Portugal, após a descolonização.

A viagem do presidente guineense retribui a que o Chefe do Estado português, Ramalho Eanes, efectuou à Guiné-Bissau em Dezembro de 1982, e que foi a sua segunda deslocação oficial a esse país.

No próximo mês de Agosto, o presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, deverá passar férias em Portugal.

UMA força naval sob o comando do capitão de mar-e-guerra José Miguel Cerejeiro está desde ontem, no porto de Leixões, em visita integrada no âmbito das comemorações do Dia da Marinha.



MOTA Amaral, que chegou às primeiras horas de hoje a Lisboa, disse no aeroporto que seria recebido pelo Presidente da República, cerca do meio-dia, para acerto das datas da visita oficial de Ramalho Eanes à Região Autónoma. Durante esta tarde, o presidente do Governo Regional açoreano participa numa reunião do Conselho de Estado, a primeira desde as eleições de 25 de Abril.

O comandante da Região Militar do Centro, general Pires Tavares, em representação do Estado-Maior do Exército, presidiu ontem, em Tancos ao Dia da Arma de Engenharia. As cerimónias, iniciadas com o içar da bandeira e uma guarda de honra, decorreram na Escola Prática de Engenharia, que também celebrou o seu Dia da Unidade.



O primeiro-ministro cabo-verdiano, Pedro Pires, é esperado dia 18 em Lisboa — soube-se de fonte diplomática.

Durante os dois dias da sua estada, Pedro Pires, que se desloca à Argélia, deverá ter contactos com o Presidente da República, com o Primeiro-Ministro e com outras entidades portuguesas.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Melo Egídio, encontra-se na Madeira para efectuar diversas visitas às unidades militares daquela Região Autónoma, reunindo-se com os respectivos comandantes.



LUCAS Pires enviou um telegrama ao presidente chileno, Augusto Pinochet, protestando contra a prisão de dirigentes do Partido Democrata-Cristão e apelando para a sua libertação. «Em meu nome e no do partido do Centro Democrático social apresento o mais vigoroso protesto pela prisão do presidente do Partido Democrata-Cristão chileno, Gabriel Valdes e de outros dirigentes do mesmo partido», diz o texto do telegrama.



O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Lemos Ferreira, considerou inviável a criação de sindicatos no âmbito das Forças Armadas.

Entrevistado pela Rádio Renascença, Lemos Ferreira referiu que o sindicalismo no plano militar iria «destruir o fundamento das Forças Armadas» enquanto instituição que tem por dever servir a nação, e como tal disse não ver que possa ser ali aplicado.

O CEMFA anotou não estar em causa a minimização do sindicalismo mas antes «traçar-lhe as baías» e o campo próprio de acção — o civil.



O ministro da Saúde, Maldonado Gonilha, recebeu no seu gabinete uma delegação da Ordem dos Médicos.

Segundo informação do próprio Ministério, a audiência efectuou-se «no âmbito dos encontros que o ministro da Saúde deseja realizar regularmente com os parceiros sociais».

Sobre o encontro não foram divulgadas quaisquer outras informações.

Escaramuça evitável numa guerra imprescindível

João Cunha Serra

DEPOIS duma experiência da publicação periódica do boletim dum clube desportivo, fiquei com uma noção, provavelmente incompleta, das dificuldades da profissão de jornalista. O tempo desactualiza rapidamente toda a informação e comentário, pelo que aceito que nem sempre seja possível verificar todas as circunstâncias do noticiário corrente ou prolongar a gestão dum editorial; algumas vezes será necessário correr o risco da inexactidão ou da injustiça.

E eu desculpo que o director-geral apareça com o nome do presidente da Câmara, ou a beliscadela no ministro, saia demasiado contundente. A urgência, nestas coisas, inclina-se à benevolência.

Já não é, porém, assim, quando o assunto é grave. Não posso perdoar que profissionais do jor-

nalismo venham discretear sobre a PAZ mundial com a mesma ligeireza com que improvisam análises da política nacional para a TV.

Vem isto a propósito dum editorial e outros escritos dum dos nossos mais conceituados semanários, onde li, quanto à Assembleia Mundial pela Paz e pela Vida Contra a Guerra Nuclear, afirmações que me deixaram mais perplexo e triste do que indignado, mas que não posso deixar passar em claro, porque estive lá, privilégio (é a palavra, ainda que provavelmente inaceitável por ele) que o articulista não teve.

Mas, porquê mais triste do que indignado (embora, algo também)?

Porque a assembleia publicou um apelo final que, lido pelo autor do editorial, me teria poupado estas linhas (ainda que o número, tão certo, de 132 países por ele citado, como no referido

apelo, pareça indicar que o viu) e a infeliz impressão que deixou a tantos dos seus leitores.

Porque, vir falar em necessidade de autoridade moral e política para tratar de Paz, a propósito de mísseis, a quem aprovou um apelo que diz:

«Não aos novos mísseis na Europa!»

«Sim a negociações autênticas sobre a redução de todos os tipos de armas nucleares na Europa!»

«Congelamento imediato de todos os arsenais nucleares»

«Não às armas nucleares no Ocidente ou no Leste, em todo o mundo»

é não ter tido a precaução mínima de se documentar sobre aquilo de que estava a falar.

PORQUE, exigir independência quanto a todos os imperialismos (expressão controversa, pois sugere a existência de vários, o que é historicamente

discutível) a quem se pronuncia assim:

«Pelo desarmamento geral e completo»

Paz, liberdade, independência e prosperidade para todas as nações»

é mostrar que não foi bem informado, pois (não custa revelá-lo) houve quem lá pusesse em paralelo a actuação do que se chama as duas superpotências. Apenas, se a reportagem tivesse sido completa, mais o editorialista saberia que muitos delegados presentes (da América Latina, por exemplo) declararam, com a naturalidade mais objectiva, que nunca sentiram senão a opressão e a exploração dum deles, aquele que é comumente designado como tal. E deixaram os outros a pensar.

Porque levantar suspeitas sobre financiamentos generosos para a realização da conferência (onde, diga-se, poucos se deslo-

Continua na pág. 14

MNANP alerta opinião pública portuguesa

Declarações de António Campos altamente preocupantes

• *Serão um reflexo do pensamento político
do Primeiro-Ministro?*

O Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal» considera «altamente preocupante» que o secretário de Estado António de Campos tenha afirmado à Rádio Renascença que concorda com «a instalação de mísseis da Nato em Portugal, se isso for indispensável à segurança do Ocidente a que pertencemos».

«Uma tal tomada de posição alarmante para a opinião pública portuguesa» — diz aquele movimento em comunicado agora emitido — «reveste-se de maior gravidade pelo facto de António Campos ser secretário-adjunto do Primeiro-Ministro para os Assuntos Políticos».

O documento lembra que a formação do Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal» em 1981 foi motivado precisamente pelas declarações do então ministro da Defesa, que afirmou pela primeira vez publicamente que Portugal poderia ser 'candidato' à instalação de mísseis nucleares no seu território, e acrescenta:

«O MNANP constata de novo, agora, que as razões de

ser da sua existência e acção se mantêm, infelizmente, mais do que nunca válidas, apesar da baragem de ambíguas formulações utilizadas por sucessivos governantes, visando desmobilizar a vigilância da opinião pública nacional».

O MNANP diz depois ser levado a inferir, «salvo pronto e inequívoco desmentido do sr. Primeiro-Ministro, desautorizando o seu secretário adjunto», que «a gravíssima declaração do sr. secretário de Estado António Campos reflecte na realidade o pensamento político do dr. Mário Soares acerca de questão de tão grande perigo para a independência, a soberania e a segurança de Portugal».

Balão de ensaio?

«Não parecendo sequer crível que tal afirmação possa ter sido proferida casualmente ou acidentalmente, há que perguntar se a mesma não constitui um 'balão de ensaio' para testar e avaliar da reacção da opinião pública nacional» — diz ainda o comunicado que adianta de seguida:

«O MNANP tem, repetidas vezes, alertado os portugueses para o perigo de compromissos e cláusulas desconhecidos da opinião nacional nas negociações em curso sobre a concessão de novas facilidades militares aos EUA e à NATO, em território nacional, e nas águas territoriais. Tem, também, repetidas vezes, apelado aos órgãos de soberania competentes para que definam sem ambiguidades a sua política a respeito dessas facilidades e bases militares estrangeiras, de modo a garantir inequivocamente e de uma vez para sempre que não haverá trânsito, estacionamento ou instalação de armas nucleares em Portugal, seja qual for a sua origem, natureza ou destino».

Assim, e perante tão «graves afirmações» de António Campos, o MNANP considera seu dever «continuar a mobilizar cada vez mais a opinião pública portuguesa para impedir que sejam concretizados quaisquer planos de nuclearização militar de Portugal, a fim de que jamais o nosso país possa vir a ser um alvo preferencial de ataque

em caso de conflito nuclear».

Sublinhando depois que «especialistas militares, científicos, a opinião pública nacional e internacional, as Nações Unidas têm demonstrado que a segurança do Ocidente não reside numa nova escalada da corrida aos armamentos, nem na superacumulação de armas nucleares em território europeu e no mundo», concluiu o MNANP:

«Essa escalada aprofunda a crise económica e social e está a conduzir a Humanidade para o holocausto nuclear. A defesa do Ocidente, como a do Leste e de todos os povos, reside na suspensão e paragem da instalação de quaisquer novos mísseis, em negociações efectivas para a redução e eliminação de todos os tipos de armas nucleares na Europa e no mundo».

Por fim, a Comissão executiva do MNANP considera que as declarações de António Campos encaram de favoravelmente a instalação de mísseis nucleares em Portugal «contrariam de facto o espírito e a letra do art.º 7.º da actual Constituição da República Portuguesa».

comunicação social

Segundo o PCP

Fusão ANOP/NP consagra ilegalidades do Governo AD

O PCP considera que a decisão governamental da fusão ANOP/NP constitui «uma grave mistificação do problema em causa» e que se executada «corresponderia à consagração das ilegalidades e prepotências praticadas pelo Governo AD».

«Ao defender a fusão da ANOP e da NP e ao colocar num fingido de igualdade as duas agências, o Governo PS/PSD escamoteia que são completamente distintas as respectivas situações e completamente diferente o tipo de responsabilidades e os vínculos que o Governo tem perante uma e outra» — lê-se num comunicado da Secção de Informação e Propaganda do PCP.

O documento estabelece a diferença entre a NP e a ANOP, aquela «uma sociedade privada que nasceu integrada na manobra visando a extinção da ANOP e com quem o último Governo da AD celebrou abusivamente um contrato de prestação de serviços que serviu de capa para a concessão de avultados subsídios de dinheiros públicos».

A ANOP, contrapõe o PCP «é uma empresa pública, com estatutos aprovados pela Assembleia da República, sujeita aos inerentes deveres e obrigações constitucionais e que responde pela sua actividade perante um Conselho de Informação».

O PCP considera que a m. lado na recusa de assumir responsabilidades que efectivamente lhe cabem perante a ANOP e, por outro, no assumir de responsabilidades que manifestamente lhe não cabem perante a NP.

Sobre a recomendação proposta na Assembleia da República pelo PCP com vista à viabilização e consolidação da ANOP, os comunistas dizem no comunicado que a sua rejeição por parte dos deputados do PS e do PSD «não foi por razões formais ou de competência, mas sim pelo empenho em prolongar a situação criada pela AD».

«A deliberação governamental sobre a ANOP — acrescenta o comunicado — tomada por sinal no mesmo dia em que o Governo nomeava um novo Conselho de Gerência para a RTP com uma composição destinada a consolidar a instrumentalização daquele órgão de informação pela aliança PS/PSD, testemunha que, também no sector da comunicação social do Estado, a política do Governo PS/PSD dá continuidade à política da AD».

Entretanto, o secretário de Estado adjunto do ministro de Estado, Anselmo Rodrigues, afirmou à ANOP que receberá no início da próxima semana, representantes dos trabalhadores das duas agências noticiosas e respectivos conselhos de administração.

Anselmo Rodrigues, que por determinação do Conselho de Ministros ficou incumbido de conduzir o processo de fusão das duas agências noticiosas, afirmou que só prestará mais declarações sobre o assunto, após os referidos contactos.

SJ critica encontros entre governantes e jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas protestou junto do Primeiro-Ministro contra o tipo de relacionamento com a Comunicação Social adoptado pelo Governo, afirmando que «não foi facilitada a recolha de informações e opiniões».

Em telegrama dirigido a Mário Soares, o SJ refere a reunião ontem promovida pelo Primeiro-Ministro com os directores, directores adjuntos e chefes de Redacção como a confirmação que um dos vectores desse tipo de relacionamento «consiste em hierarquizar os canais da informação», o que classifica de «inadmissível».

O SJ afirma que «as improvisadas conferências de imprensa realizadas à saída de S. Bento não foram substituídas por método mais vantajoso para a informação e o exercício da profissão de jornalista».

«Não estão garantidas conferências de entender que os membros do captação de sons e imagens, o que deixa o Governo, incluindo Vossa Excelência, apenas pensam «chamar os jornalistas» quando tiverem «notícias agradáveis» para «lhes comunicar» — assinala o telegrama dirigido a Mário Soares.

O SJ acrescenta que o «novo estilo» de relacionamento do Governo com a Comunicação Social não garante também a possibilidade de entrevistas regulares nos estúdios da Rádio e Televisão, com membros do Governo, «sobre assuntos que interessam à comunidade», nem facilita o acesso dos jornalistas a «dossiers» e documentos não classificados.

O Sindicato dos Jornalistas não reclama o regresso a entrevistas à saída de Belém e S. Bento, mas um conjunto de regras capazes de melhorar e aumentar o caudal de informação que o Governo está em condições de assegurar — acentua ainda o telegrama do SJ.

Esta nota do SJ vem na sequência de um encontro ontem ocorrido no jardim do Palácio de S. Bento entre o Primeiro-Ministro, vice-Primeiro-Ministro e o ministro do Estado e directores e chefes de Redacção dos órgãos de comunicação social portugueses. Entre outros assuntos de âmbito nacional, Mário Soares disse que não aceitará o convite para visitar a Nicarágua por considerar que neste momento não se deve ausentar do País.

Diria Mário Soares ainda que o Governo é favorável a uma política de paz, mas recusa o desarmamento unilateral, e disse que nunca foi considerada a instalação de mísseis nucleares em Portugal.

MDM contra cancelamento do programa «Cabra Cega» pela RTP

«A última hora, e sem qualquer justificação aos telespectadores, a administração da RTP cancelou uma emissão do Programa «Cabra Cega» (RTP/2) que incluía a exibição do filme «A mais velha profissão do mundo», baseado na obra homónima de Jeanne Cordelier e realizado por Daniel Duval e o debate em torno da temática do filme — a prostituição — esta é a denúncia que o MDM faz de semelhante atitude.

Nesse debate, previamente gravado, participaram representantes do MDM, da Comissão da Condição Feminina, do Ninho, PSP, um psiquiatra e um jornalista.

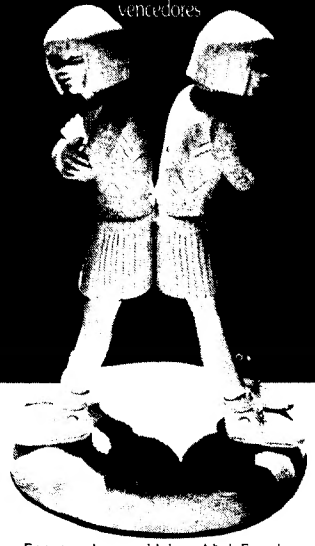
Afirma o MDM que apesar das diligências de José Manuel Barros, realizador do programa «Cabra Cega», a administração da RTP «recusa peremptoriamente pôr no ar a referida emissão argumentando que o filme em causa é uma obra violenta, o que, no mínimo, é surpreendente atendendo à onda de violência, diária e deliberadamente, derramada pela RTP em nossas casas...».

Aponta o MDM que não é alheia a esta decisão atentatória de liberdade de informação e de expressão, campanha hipócrita desenvolvida intensamente por alguma comunicação social conotada com a extrema-direita, nomeadamente «O Dia» e «O Diabo», órgãos estes coerentemente silenciosos (senão cúmplices) face a este tipo de publicidade emitida pela RTP, essa sim violenta, pornográfica, degradando a imagem da mulher e da criança».

CONCURSO Uma Aventura Literária

Com a atribuição dos prémios terminou o concurso organizado pela Editorial Caminho, tendo como tema a Coleção Uma Aventura Literária para jovens, da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Akachi. Entre as largas dezenas de concorrentes foram atribuídos sete prémios, a alunos de escolas preparatórias de Lisboa, Aveiro, Olivera do Hospital e Tavora.

No próximo número da coleção Uma Aventura em Viagem, que estará à venda no próximo mês de Julho — serão publicados os trabalhos vencedores.



Estatueta em barro, modelada por Artur Fagundes (ilustrador da Coleção Uma Aventura), atribuída à vencedora do 1.º Prémio: Teresa Pereira Vicente, de 12 anos, aluna da Escola Fernando Pessoa, Lisboa.

editorial CAMINHO



Federação Nacional dos Professores

ENSINO PARTICULAR TEM NOVO CONTRATO COLECTIVO

**AUMENTO GLOBAL DE 21,5% A PARTIR
DE 1 DE OUTUBRO**

A Federação Nacional dos Professores e restantes sindicatos não docentes acordaram no passado dia 11/07/83, com a AEEP um novo acordo salarial para os trabalhadores do Ensino Particular. Foi aprovado o aumento global de 21,5% e criada carreira para os professores do ensino primário com diploma e sem curso complementar.

DIRIJA-SE AO SEU SINDICATO PARA MAIS INFORMAÇÕES

**O Secretariado Nacional
Rosa Serradas Duarte**

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de Confeccções

Av. João XXI, 5-D — 1000 (Metro Areeiro)
Rua Infância 16 55-C — 1300 LISBOA

Prossegue a polémica sobre governador da Guarda

O governador civil da Guarda, João Gomes, — o caso que alongou mais a polémica sobre a nomeação dos novos governadores civis — disse, ontem, que foi «legítima e democraticamente nomeado pelo Governo».

Durante a sua intervenção, no acto de investidura do cargo, João Gomes manifestou a sua disposição de ser o intérprete dos interesses do distrito junto do Governo.

Conforme noticiámos ontem, o Secretariado da Federação do PS da Guarda não esteve presente na cerimónia. Mas o coordenador, José Augusto de Almeida, sim — «a título pessoal».

Entretanto, a polémica ainda não acabou. O deputado e presidente da Câmara, Abílio Curto, veio a terreiro para acusar camaradas de partido que «presumo da tendência ex-secretariado», de quererem «empolar a controvérsia em torno do novo governador civil» para «conseguirem aquilo que não têm conseguido em processos eleitorais». Abílio Curto concretiza que «querem instabilizar a unidade do PS no distrito».

De qualquer forma, Abílio Curto está em desacordo com o processo que levou à nomeação do novo governador civil da Guarda. Aquele deputado socialista disse ainda à Anop ser «falso que os delegados eleitos pela moção de Mário Soares (na Guarda) tenham decidido não comparecerem no Congresso».

**NÃO FUME
EM RECINTOS
FECHADOS**

assembleia da república

A algumas horas de férias

“Verde” quer o “nu” mas... em “su sitio”

• Governo com amontoado de propostas

Ninguém acredita: o Parlamento entra de férias a partir de sábado e até lá, tem quase vinte propostas governamentais para discutir e votar. Se juntarmos a isto, três pedidos de impugnação e intervenções políticas, toda a gente percebe que, ou o Governo retira alguns pedidos de autorização ou a sessão de amanhã será *non stop*, terminando no sábado pela *fresquinha*.

A ausência de deputados dos trabalhos parlamentares continua a ser tema para trocas de acusações. Repetiu-se ontem a tarde, quando a votação de dois recursos interpostos pela ASDI. Narana Coissoró (CDS), pediu à mesa que fizesse a contagem dos deputados presentes tendo em verificação-se falta de «quorum».

Nas bancadas estavam apenas 110 eleitos, ou seja, menos 16 dos que o número exigido para as votações (metade dos 250 deputados e mais um).

Carlos Lage (PS) sugeriu, então, que se fossem chamar os parlamentares reunidos na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, aos quais está atribuída a redacção final da proposta de lei (do Governo) sobre o novo Conselho da Comunicação Social, que deve ser aprovada sexta-feira.

Dez minutos passados, verificou-se que já estavam presentes deputados em número suficiente, mas o mesmo parlamentar socialista re-

queceu que a contagem dos votos fosse feita por partido, a fim de serem atribuídas as culpas das ausências.

A contagem estabelecida pela mesa do plenário indicou que, estavam presentes 138 deputados, dos quais 105 (105) da maioria e 33 dos restantes grupos e agrupamentos parlamentares.

No PS estavam 61 dos 94 eleitos, no PSD 44 dos 75, no PCP 15 dos 40 e no CDS nove dos 30 deputados. A UEDS estava representada por três dias dos quatro eleitos, a ASDI com os seus três deputados, o MDP com dois dos três, e também, estava presente o parlamentar «verde».

Representantes de diversos partidos trocaram, então acusações e justificações quanto à ausência de deputados, numa situação que levou Lopes Cardoso (UEDS), a admitir ter sido criada «uma nova fórmula regimental»: «em vez de de «uma nova fórmula regimental»: «em vez de declarações de voto, têm, as declarações de presenças».

As impugnações — o Orçamento

Passado este pormenor relacionado com a *gazeta* de grande parte dos deputados em tempo de *sol e mar*, ficam os pedidos de impugnação, a discutir hoje, do PCP. Parece que o Presidente da Assembleia da República rejeitou a inclusão

na agenda de dois projectos de lei: um sobre o concelho de Vizela e outro sobre cortiça. A bancada comunista vai impugnar tal decisão, mantendo outro pedido de impugnação — este, por inconstitucionalidade da admissão do pedido de autorização do Governo para transferir verbas distribuídas pelo Orçamento do Estado — reafirmou o deputado comunista, José de Magalhães.

No fundo, explicou, a nova proposta de lei apresentada à meia-noite pelo Gabinete de Mário Soares é, em tudo, semelhante à que havia sido retirada à tarde, com excepção do estabelecimento do montante máximo das transferências, este de cinco milhões de contos.

Por essa razão, o PCP renova o pedido de impugnação suscitado em relação à anterior autorização legislativa.

A ASDI, pelo contrário, que também era autora do recurso semelhante em relação à primeira proposta de lei, decidiu não repetir a iniciativa — disse à ANOP o parlamentar Vilhena de Carvalho.

Também ontem à tarde, o Parlamento autorizou o Governo de Mário Soares a legislar sobre infracções antieconómicas e delitos de corrupção.

Tudo a nu

O deputado António Gonzalez, dos «Verdes»,

defendeu ontem a legalização do nudismo em algumas áreas balneares de Portugal.

Num requerimento ao ministro da Administração Interna, o Parlamento afirma que o governo Mário Soares tem o dever de tomar posição sobre o assunto.

Dessa forma — diz — evitar-se-ão «os atritos habituais entre os defensores do nudismo e os seus detractores, choques esses que ocorrem principalmente devido à indefinição legal do nudismo e da demarcação de área para a sua prática».

«O nudismo é uma forma saudável de viver na Natureza», sublinha António Gonzalez: «para que as pessoas que desejam a sua prática o possam fazer sem entrarem em choque com a liberdade dos que não querem praticá-la, propomos que se delimitem zonas em que o nudismo seja legalmente permitido, nas várias estâncias balneares portuguesas».

O deputado pede ao Ministério da Administração Interna que informe sobre a atitude que vai tomar «em relação a esta saudável prática» que já é extensiva a «largos milhares de portugueses e por uma grande percentagem de estrangeiros que nesta época nos visitam e que podemos encontrar ao longo de toda a nossa costa marítima».

PSD ainda não está suficientemente aparelhado

— segundo Mota Pinto

Num editorial publicado ontem no «Povo Livre», órgão oficial do seu partido, Mota Pinto considera que a recente autorização legislativa para abrir à iniciativa privada alguns dos sectores que lhe estavam vedados é um dos compromissos do PSD para com o seu eleitorado e garante que o Governo dará satisfação aos «aspectos essenciais» desse compromisso.

Sob o título «Estabilidade no Governo, acção firme e serena, unidade do partido», o vice-primeiro ministro e ex-mandatário de Soares Carneiro, reafirma os princípios da «afirmação da autoridade democrática», do «equilíbrio do sistema económico» e do «afrontamento das gravíssimas dificuldades económicas e financeiras, sem perder de vista o objectivo da

justiça social».

Aquele professor de Coimbra volta a falar na «austeridade» e no «rígido económico e financeiro que temos de assumir, para assegurar o regime democrático e a própria independência nacional, em face das ameaças que decorrem do endividamento externo», que no entender do articulista, «têm de ser partilhados com equidade, como exige o ideário social-democrata».

Mota Pinto revela que em tempo oportuno o PSD desejou que a coligação governamental abrangesse «toda a família democrática», o que no entanto por razões que os ultrapassaram não foi possível.

«Se os motivos para isso invocados não foram para nós convincentes nem por isso deixamos de respeitar os que se

auto-excluíram na convicção de que o seu empenhamento e a sua acção, embora discordantes dos nossos, visam a defesa da dignidade e dos interesses de Portugal e dos princípios da democracia».

O vice-Primeiro-Ministro não explica claramente quem são os outros membros da «família democrática», mas subentende-se claramente tratar-se do CDS.

Dirigindo-se aos militantes do seu partido, Mota Pinto afirma que o PSD é um partido «com responsabilidade determinante na evolução da situação política nacional, nesta fase aguda da crise que nos assola», mas que «ainda não está suficientemente aparelhado para corresponder, cabalmente, ao afã da participação, ao impeto criador da vasta população que o suporta».

Diz Melo Egídio na Madeira:

Mudança nas chefias militares “causa sempre instabilidade”

«Trata-se apenas de um problema muito falado e, em relação ao qual nada há de concreto, na medida em que o Governo não contactou fosse quem fosse, anunciando tais intenções» — assim comentou para os jornalistas a questão das chefias militares, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Melo Egídio, à sua chegada ontem ao Funchal para uma visita oficial de seis dias.

Insistindo em que o Governo «não deu conhecimento de qualquer intenção neste âmbito», Melo Egídio sublinhou que a «substituição das chefias militares causa sempre instabilidade» e que «só em circunstâncias excepcionais tais substituições poderiam ser realizadas».

Interrogado pela ANOP sobre a possibilidade do envio de tropas portuguesas para Timor-Leste, integradas numa eventual força de manutenção da paz, o CEMGFA referiu que «a nível militar esse assunto não foi debatido pelo que as notícias publicadas carecem de fundamento».

Sublinhou que se trata de «um problema político» e salientou

que as Forças Armadas «têm missões a cumprir e estão prontas a cumpri-las, quando lhes são determinadas».

Melo Egídio classificou de «rotina» a visita à Madeira e afirmou «não estarem previstas mudanças específicas de carácter militar».

Interrogado acerca da compra, por Portugal, de equipamento militar aos Estados Unidos, recordou que «o nosso país e as Forças Armadas estão empenhadas num programa de reestruturação e de reequipamento».

O CEMGFA adiantou que os Estados Unidos são «um parceiro de Portugal na aliança, com o qual mantemos relações bastante amistosas, sendo um dos países, juntamente com a Alemanha Federal, que mais nos tem ajudado, dentro do programa de ajuda militar externa».

Sublinhou que os EUA «facilitam a aquisição de material através da dádvia ou do empréstimo em boas condições e a longo prazo, as quais haviam sido aceites pelo anterior Governo e posteriormente pelo actual».

O CEMGFA anunciou a com-

pra de aviões «A-7» para uma segunda esquadra da Força Aérea, de material destinado à «Brigada Mista Independente» e equipamento diverso para a Marinha. Quanto ao problema da aquisição das fragatas, «que se arrasta há muito tempo, está agora a ser encarado em termos de uma solução a curto prazo».

Melo Egídio disse ainda aos jornalistas que os problemas recentemente surgidos no Funchal, envolvendo alguns militares «estão nas mãos do comandante-chefe da zona militar».

Adiantou que em relação ao tiroteio ocorrido no Palácio de São Lourenço «estão em curso averiguações, que, depois de concluídas, darão origem a que sejam tomados os procedimentos adequados».

Sobre a sua deslocação ao Porto Santo, referiu que os «problemas relacionados com a NATO e que se prendem com aquela ilha estão equacionados há muito tempo», por se inserir no «triângulo estratégico» continuamente e Regiões Autónomas).

curios de Verão em Portugal e Inglaterra

Verão... a melhor altura para passar algumas horas do dia a aprender ou a aperfeiçoar o seu Inglês, Francês ou Alemão.

- Cursos intensivos, mensais, em Julho, Agosto ou Setembro.
- 40 ou 24 aulas de 50 minutos por mês.
- Horários de manhã, à tarde ou à noite.
- Grupos para adultos, jovens e crianças.
- Cursos Video em colaboração com a BBC (incluindo o novo curso BID FOR POWER)
- Inscrições limitadas.

Summer courses in Portuguese for foreigners in small groups will be held in June, July, August and September. Contact us for further information.

cambridge school INSTITUTO DE LINGUAS

LISBOA: AV. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1º DIR
TEL. 88 45 44 - 89 96 01 — 1000 LISBOA
LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-1º
TEL. 55 47 80 - 55 47 89 — 1200 LISBOA
BENFICA: EST. DE BENFICA, 729-5º DIR
TEL. 70 43 29 - 70 36 38 — 1500 LISBOA
ALMADA: PRAÇA DO M.F.A., 12-1º
TEL. 276 02 34 - 275 32 18 — 2800 ALMADA
PORTO: RUA DUQUE DA TERCEIRA, 381-1º
TEL. 56 03 80 - 56 11 30 — 4000 PORTO

CAMBRIDGE EXECUTIVE SCHOOL
AV. DA LIBERDADE, 173-1º
TEL. 4 13 52 - 57 60 30 — 1200 LISBOA

e VIAGENS ABREU
AV. DA LIBERDADE 160
TEL. 37 13 41 - 1200 LISBOA
AV. DOS ALIADOS 207
TEL. 31 74 21 - 4000 PORTO

de ontem para hoje

Mulher do capitão Roby ameaça com greve de fome

O advogado de Manuel Veríssimo Martins, celebrizado na gíria marginal pelo epíteto de «capitão Roby» acaba de requerer no Supremo Tribunal de Justiça a libertação do seu constituinte, na base de que o mesmo já cumpriu, cinco sextos de pena de sete anos e seis meses a que foi condenado em 21 de Agosto de 1981, na Boa-Hora. Entretanto, a mulher de «Roby», Filomena Reis Monteiro, (foto) ameaça entrar em greve de fome se o seu marido não for libertado. No entanto, o Tribunal de Execução de Penas já recusou a liberdade condicional para «Roby», na base de que ainda existe contra ele um outro processo de burla, a correr no Tribunal de Sintra.



Explosão na «Soda-Póvoa»

Na fábrica Soda-Póvoa, em Póvoa de Santa Iria, registou-se uma violenta explosão que só por feliz acaso não causou vítimas. O sinistro, que foi combatido pelos bombeiros privativos da Eurofil, ocorreu durante uma operação de soldadura nas obras de ampliação da empresa, junto ao sector dos cloratos.

Concurso na PSP apenas para homens

A PSP acaba de abrir um concurso para admissão nas suas fileiras, desta vez exclusivamente aberto a cidadãos do sexo masculino. Os interessados deverão reunir as seguintes condições: terem cumprido o serviço militar obrigatório, ou terem sido considerados aptos pelas juntas de recrutamento e passados à disponibilidade por excesso de contingente: terem mais de 21 anos e menos de

28 e a altura mínima de 1,68 m; possuírem como habilitações literárias mínimas, a escolaridade obrigatória. Os requerimentos para admissão

ao concurso deverão ser feitos em papel selado, e dirigidos ao comandante-geral da PSP ou enviados pelo correio para a 1.ª Repartição do Comando-Geral da PSP no Largo da Penha de França, n.º 1, 1158 Lisboa Codex.

Comerciante morre ao volante

O cansaço teria estado na origem do acidente de viação que vitimou o comerciante do Entrocamento António Carlotto Castro, de 70 anos, ao despistar-se com o automóvel que conduzia próximo de Sequeiros (Braga). António Carlotto, que era casado e natural de Celorico da Beira, tinha ido levar ao Gerês familiares chegados da América.

Tabaco americano de contrabando

Forças da Guarda Fiscal apreenderam, por delito de contrabando na região de Barroco Branco (Sabugal) 29 500 maços de cigarros de origem americana, da marca «Winston», avaliados em 2800 contos. Simultaneamente, na região de Monfortinho, foram apreendidos por idêntico motivo oito mil maços de tabaco da mesma origem, no valor de 700 contos. Por sua vez numa acção de patrulhamento na

praia do Abalo (Peniche), quatro agentes da GF ao aproximarem-se do areal notaram que uma lancha se afastava a toda a velocidade da costa, aproximando-se de uma traneira que pairava ao largo e apitando três vezes, numa atitude ue se tornou suspeita. Batida a orla costeira, foram encontrados 30 500 maços de cigarros «Winston», avaliados em três mil contos.

Barcos espanhóis pescam no Algarve

Pescadores espanhóis, utilizando pequenos barcos de três ou quatro tripulantes, têm sido vistos nos últimos dias a operar furtivamente na orla marítima de Vila Real de Santo António e de Montegordo. Os pescadores, da zona de Ayamonte capturam sobretudo mariscos bivalves, amêijoas brancas e langueirão. Comentando a situação, o capitão do porto de Vila Real, Costa Simões, disse que a fiscalização naquela área já estava a ser reforçada.

Venezuelano com cocaína na Portela

Funcionários dos Serviços Alfandegários detiveram no Aeroporto da Portela um cidadão venezuelano, que, vindo de Caracas num avião da TAP, transportava no forro simulado de uma mala um quilo de cocaína avaliada em quinze mil contos. A apreensão, a trigésima efectuada no local desde o início deste ano, revestiu-se no entanto de características especiais, tendo em vista o meio utilizado e o facto de droga estar sob a forma de pedra. Quem o afirmou foi o director-geral das Alfândegas, dr. José Nunes Barata, para acrescentar que este facto «demonstra que o tráfico de cocaína vinda da América do Sul para Portugal estará a ser executado por processos mais sofisticados, o que implica a necessidade de as Alfândegas se apetrecharem para lhes dar resposta eficaz, estando actualmente a ser instalados apetrechados para equipamentos especializados para esta finalidade».

Pescas luso-espanholas

Armadores e pescadores nem querem ouvir falar de novas negociações

A Federação dos Sindicatos e as Associações Patronais das Pescas não vão nas estratégias iberistas que surgem de vez em quando, um pouco por todo o País, no Verão, e estão dispostas a não permitir que o Governo ceda nas negociações de pesca com os nossos vizinhos. Nada se alterou nos últimos dias, não havendo indícios de que Faria dos Santos ou Carlos Melancia, secretário de Estado das Pescas e ministro do Mar, respectivamente, estejam vocacionados para aceitarem a «prorrogação» do Plano de Pescas que vigorou até 30 de Dezembro do ano findo e que tão ruinoso se tornou para os nossos pescadores e o País.

As Associações Patronais de Pesca chamam a atenção para a necessidade de Portugal não ceder à proposta espanhola de aplicar, embora provisoriamente — até ulterior negociação —, esse plano, por ter chegado o momento em que «ou se reduz profundamente o esforço de pesca espanhol na ZEE portuguesa, ou será preferível a inexistência de acordo, o que não causará qualquer preocupação à maioria esmagadora dos armadores de pesca nacionais» — sublinham as Associações dos Armadores das Pescas Industriais, da Pesca Longínqua, de Pesca do Algarve, a Mútua Financeira Livre dos Ar-

madores de Pesca Geral (Centro), Armadores de Pesca Artesanal (Norte) e a da Pesca da Sardinha.

Reconversão fronteiriça

Para a Federação dos Sindicatos das Pescas, a posição de defesa dos interesses nacionais está a ser bem conduzida nas negociações do acordo de pescas luso-espanhol. Em reunião com os órgãos de Comunicação Social, dirigentes sindicais da Federação das Pescas sublinham, contudo, que os pescadores exigem a reconversão da frota paralizada e a garantia dos postos de trabalho e criticaram a atribuição de licenças de pesca do crustáceo no Algarve a armadores alheios ao acordo luso-espanhol.

Cerca de 70 pequenas embarcações são afectadas pela não concretização de um acordo de pescas com a Espanha, das quais 25 estão praticamente paradas, e 200 pescadores (de Tavira a Vila Real de Santo António) estão inactivos — precisa-

ram. Os dirigentes da Federação anunciaram que no princípio de Agosto se realiza um plenário de pescadores do Guadiana que poderá decidir formas de luta, nomeadamente o bloqueio da fron-

teira se, entretanto, não se tiver avançado na reconversão da frota fronteiriça para outras artes que permitam as pescas em Portugal, acentuando, contudo, que «a luta não é para pressionar um acordo com a Espanha».

A Federação defende que «o mar português não deve ser trocado por falsas contrapartidas económicas ou políticas» na negociação do Acordo de Pescas Luso-Espanhol e que as 12 milhas marítimas e zonas sensíveis de pesca tradicional no mar português sejam reservadas para pescadores nacionais. A Federação preconiza o desenvolvimento dos acordos de pesca já existente com países ribeirinhos dos nossos pesqueiros tradicionais e cooperação com outras nações, nomeadamente os países africanos de língua oficial portuguesa.

A Federação Sindical das Pescas apresentou, entretanto, um caderno reivindicativo do sector que contém 16 pontos e cuja resolução considera premente discutir com o Governo. A Federação pretende a revogação das medidas que «conduziram à extinção constitucional da SNA-PA» e das que «conduzem ao desmembramento e inactividade das restantes empresas nacionalizadas do sector», defendendo o relançamento do sector nacionalizado das pescas e o aproveita-

mento total da sua frota e estruturas.

As associações patronais de pesca estão atentas ao evoluir das negociações do acordo luso-espanhol e desde já fazem saber que não admitirão que o Governo português ceda, nunca, em três pontos, pelo menos.

São eles: a reserva do mar territorial para os pescadores nacionais, sendo inadmissível que se renove ou possa renovar a concessão de licenças para esta zona, com excepção dos limitados acordos fronteiriços (no Guadiana pede-se a reconversão da frota, ou então a ligação com Ayamonte poderá ser «cortada» em Agosto); reservar a pesca das espécies sedentárias, especialmente a do lagostim, para os pescadores nacionais mesmo para além do mar territorial; e reduzir a atribuição de licenças de pesca para a ZEE, por forma a assegurar aos pescadores nacionais não apenas um aumento progressivo das suas capturas (facto que já se está a verificar com a suspensão das licenças aos barcos espanhóis), como uma participação maioritária da exploração dos recursos da zona.

Para as associações em causa é vital que nas relações pesqueiras o Governo português «continue a manter a firmeza que ultimamente tem mostrado na defesa dos interesses nacionais».

Protestando contra despejos radioactivos no Atlântico

Amigos da Terra concentraram-se junto à embaixada britânica

Um grupo de ecologistas portugueses da associação «Os Amigos da Terra» manifestou-se ontem à tarde em frente da Embaixada britânica em Lisboa, contra o anunciado lançamento de resíduos radioactivos na fossa atlântica, a 700 quilómetros da costa da Galiza.

Exibindo cartazes onde se lia «Não aos resíduos radioactivos» e «Nuclear, não obrigado», os manifestantes entregaram uma carta de protesto na Embaixada, dirigida ao Governo britânico, onde manifestavam a sua «grande preocupação» pelo anunciado despejo de resíduos radioactivos no Atlântico, e pediam ao governo daquele país, «em nome da vida das actuais e futuras gerações», que reveja a sua decisão.

Uma delegação dos manifestantes foi recebida pelo

primeiro-secretário da Embaixada, Paul Hare, que disse no final à ANOP considerar os ecologistas «um grupo de pressão inteiramente legítimo em qualquer democracia».

Embora prometendo transmitir a Londres a preocupação dos manifestantes, Paul Hare declarou-se convencido de que os despejos de resíduos radioactivos no Atlântico vão continuar «enquanto não se provar a sua nocividade».

Uma posição contrária tem sido assumida pelos países mais próximos da fossa atlântica — Espanha e Portugal — que defendem a tese de que os despejos devem ser suspensos, «enquanto não se provar que são inofensivos».

Entretanto o secretário da Co-Operação Externa dos Açores declarava ontem, que o cancelamento do lançamento de resi-

duos radioactivos no Atlântico provava que «a força da razão tem algum sentido».

Reagindo à decisão britânica de colocar os resíduos numa base inglesa, Nunes Liberato manifestou a sua satisfação, e concluiu terem sido frutíferos os protestos a que a Região Autónoma se associou.

Para os ecologistas açorianos, esse lançamento significaria um perigo potencial para o equilíbrio do ecossistema marítimo das ilhas.

Resíduos transferidos

Os resíduos radioactivos que a Grã-Bretanha tencionava despejar no Atlântico, foram transferidos para uma base militar em Bicester, a 40 quilómetros do depósito onde se encontravam, revelou ontem uma fonte oficial.

Frisou que os mil bidões foram transportados na terça-feira à noite para aquela base, onde permanecerão, pelo menos, até Setembro.

Se até essa data não se encontrar um local de armazenamento definitivo, os resíduos serão devolvidos ao Instituto de Energia Atómica de Harwell, no condado de Oxford — disse a mesma fonte.

O boicote decretado por vários sindicatos britânicos às operações de carga, impediu as autoridades britânicas de concretizarem a operação de despejo dos resíduos no Atlântico, como ontem noticiámos.

O sindicato britânico da Marinha Mercante e os sindicatos dos Transportes Rodoviários e Ferroviários deram instruções aos seus filiados para se recusarem a participar no transporte dos bidões.

Segundo o comandante militar da Madeira

Soldado punido por envolvimento nos incidentes em Porto Santo disparos no Funchal alvo de inquérito

O comandante-chefe das Forças Armadas da Madeira anunciou ontem que os incidentes ocorridos no dia 1 do corrente em Porto Santo foram «meramente pontuais, fortuitos e provavelmente sem qualquer nexo de causalidade». Em comunicado distribuído no Funchal, o general Correia da Cruz, acrescenta que «a única praça envolvida no incidente de Porto Santo fez uso indevido do armamento que lhe estava distribuído, procedendo a disparos na via pública, tendo diversos projectéis atingido alguns edifícios». O comandante-chefe

e governador militar da Madeira refere que o soldado envolvido nos incidentes, recolheu ao Funchal, tendo sido punido com o «máximo da competência pelo comandante do Regimento de Infantaria do Funchal, pena agravada a 8 de Julho para o máximo da competência do general governador da Madeira».

Conforme ontem noticiámos, no dia 1 (Dia do Regimento) um número não determinado de soldados pertencentes ao destacamento sediado naquela ilha percorreram as principais arté-

rias da vila, armados com G-3, na sequência de problemas, de motivações ainda não conhecidas, com o comandante daquele destacamento. Um dos soldados (certamente o que foi punido) disparou mesmo uma rajada de G-3 junto ao cinema local, tendo as balas perfurado as paredes daquela sala de espectáculos.

Referindo-se depois aos disparos efectuados, na madrugada do último domingo, contra dois jovens por uma sentinela do Palácio de São Lourenço, no Funchal, residência oficial do

ministro da República e do comandante-chefe da Região Militar da Madeira, o comunicado esclarece que «estão a correr no Serviço de Justiça Militar as diligências para o apuramento dos factos».

«Porque se trata de um incidente em que intervieram elementos civis, julga prudente o Comando Militar, pelo respeito que lhe merece a população, aguardar a conclusão das averiguações para oportuno esclarecimento público», conclui o comunicado.

DOSSIER

Centros Culturais Regionais : a hora das decisões? — I

A hora e a vez dos centros culturais regionais soou. Depois da travessia do deserto Lucas Pires — Gomes de Pinho, saberá Coimbra Martins ser o oásis reparador? Todas as esperanças são permitidas.

Mudança política dá lugar à esperança

Chegámos a Vila Real numa manhã de Junho muito quente. Para trás ficaram os monótonos montes e colinas de vinha e mais vinha, sublinhando em todas as direcções o veio de uma espreguiçada e lenta estrada. Para diante, horas depois, teremos que nos haver com as voltas do belíssimo Marão, rumo a Braga, ainda sob esse calor opressivo.

MAS, por agora, o que nos traz à capital nordestina, é o seu Centro Cultural Regional. Um breve percalço, para começar: a direcção que trazíamos de Lisboa está errada. Entrámos numa loja de fazendas próxima. A empregada de balcão sorri e explica-nos, da porta, o caminho a seguir.

Este episódio acompanhou, de certo modo, o repórter do «Diário de Lisboa» ao longo de cinco dias em que ouviu os responsáveis dos seis centros culturais regionais do país, falarem dos seus problemas, dificuldades e esperanças.

Afirmar que toda a população das cidades de Santarém, Covilhã, Viseu, Vila Real, Viana do Castelo e Caldas da Rainha, é conhecedora das estruturas de descentralização cultural e da sua actividade, seria ridículo. Neste caso, tem razão quem nos recorda que o óptimo é inimigo do bom: a presença local dos centros é um facto, e o seu trabalho tem deixado marcas inegáveis.

«Temos estruturas montadas e serviços prestados à comunidade», recorda Neves Pedro, da Casa da Cultura das Caldas da Rainha. O mesmo poderia ter sido afirmado por dirigentes e animadores culturais dos outros centros. E, por outras palavras,

isso nos foi revelado, na verdade.

Só a anterior equipa do Ministério da Cultura o não quis ouvir, apesar de todas as declarações de princípio a favor da descentralização cultural do País.

Um ano negro

Um ano negro para os centros acaba de se escoar. De muitos modos isso nos foi dito: os projectos não concretizados, as verbas que não chegaram, o desemprego forçado para muitos trabalhadores intelectuais.

Mas bastará fixar as palavras de Rui Viana, do Centro Cultural do Alto Minho:

«Dos cinco mil contos de orçamento previstos para 1982, só recebemos dois mil».

Perante a realidade crua dos números, não há discurso político que valha. Lucas Pires e Gomes de Pinho empenharam-se em calar os centros culturais regionais. Quase o conseguiram, a fazer fé nas palavras de Alberto Serra, do Centro Cultural Regional de Santarém: «Mais um mês assim, e fechávamos a porta».

Toda a resistência tem fronteiras, parece querer dizer o nosso interlocutor. A mudança governamental veio, assim, encontrar os centros no limite das suas forças materiais e humanas. Ainda que uma melhoria sensível das relações com algumas autarquias, como veremos amanhã, abrisse novas perspectivas.

Mas ocorre perguntar:

A descentralização cultural estará dependente das mudanças na esfera política? Um elemento precioso pode condicionar o sentido da resposta: os centros são estruturas de direito privado, onde apenas a vontade dos seus associados ou cooperantes faz lei.

«O processo não pára, mas o Governo pode entravá-lo, não o financiando», admite Luís Castela, do Centro Cultural da Beira Interior. Nas Caldas da Rainha, por outro lado, considera-se que «o projecto da Casa da Cultura está suficientemente enraizado, para que a assinatura de um despacho o possa destruir». E em Vila Real, António Cabral foi claro, ao afirmar que «se a cooperativa não se afundou até 1983, também não será agora».

A segunda palavra

Chega o mês de Maio, e com ele a esperança. Coimbra Martins, dizem-nos em Viana do Castelo, «é um homem da cultura». Na Covilhã, António Garcia recorda a prioridade para os centros no programa cultural do governo. E Neves Pedro sublinha que não é possível ter que enfrentar equipa pior do que a anterior.

Mas há outros «bons sintomas de que os centros culturais não irão ser esquecidos»: metade do subsídio prometido por Gomes de Pinho em 1982, na importân-

cia de mil contos, está já nas mãos dos centros, enquanto se anuncia a atribuição para breve de outro tanto, pelo actual ministro da Cultura.

Por todas estas razões, que afastam para longe o espectro do corte de ligações oficiais, praticado antes por Gomes de Pinho, a segunda palavra do dicionário dos centros, é expectativa.

«É difícil avaliar das intenções do actual Ministério, mas há sinais de abertura ao diálogo e aos nossos problemas», afirma Luís Castela. Em Santarém, aguarda-se com ansiedade que «o poder se defina em relação a este projecto». José Luís Pontes, do Centro Cultural do Alto Minho, vai mesmo um pouco mais longe: «Achamos que se vão registar alterações na relação do Ministério com os centros».

O primeiro gesto de «boa vontade» foi dado por estes. Um memorando com os pontos de resolução considerada prioritária, foi entregue em Lisboa, a preparar uma audiência já pedida ao ministro.

As questões em aberto poderiam ser resumidas em poucas palavras: as relações entre os Centros Culturais Regionais e o Ministério da Cultura devem ser estabelecidas em bases concretas e segundo critérios claros, e não ao sabor das conjunturas políticas.

As regras do jogo

Agora, os longos anos de indefinição pesam. E nos centros, pressente-se a vontade de definir, de uma vez por todas, as «regras do jogo».

Não admira, por isso, que um enunciado preciso de deveres e direitos recíprocos, tome forma:

«O poder deve manter e subsidiar as estruturas de descentralização existentes. Por outro lado, deverá trabalhar os elementos que os centros recolhem, mas não estão em condições de analisar. Finalmente, a discussão dos subsídios a atribuir terá que ser feita na base dos projectos discutidos e verificados», sintetiza Neves Pedro.

Na mesma ordem de ideias, Luís Castela sublinha que «o projecto dos centros culturais regionais tem uma acção merecedora de apoio, qualquer que seja o Governo».

Sobre estes pontos gerais, todos os centros estão de acordo.

Ora, isso não tem impedido que a concretização prática desta «filosofia» tenha sido muito diversa de região para região. E não falamos, naturalmente, do que há de específico em cada contexto geográfico, cultural ou social.



Exposição Picasso nas ruas das Caldas da Rainha: um projecto cultural enraizado

O melhor exemplo do que fica dito, é o Centro Cultural Distrital de Viseu. Criado apenas em 1981, por «inspiração» directa de Vasco Pulido Valente, tem-se mantido desde o início à margem do differing com a SEC.

A sua realidade é mal conhecida dos outros centros, e os fugazes encontros realizados no passado só acentuaram essa desconhecimento.

Causa de logo estranheza, com efeito, ouvir Cunha Ramos, membro da direcção, afirmar que «existe um bom relacionamento com as estruturas do poder» e que «os apoios da SEC têm vindo a dar para o financiamento das nossas actividades».

Mas já se percebe bem a conclusão do nosso interlocutor:

«As nossas dificuldades não são iguais às dos outros centros, pelo que nos demarcamos das posições que eles tomaram.»

Aprender com o passado

Os centros querem conhecer as linhas em que escrevem a sua actividade cultural. Nessa dimensão, pensa-se em Viseu como nas outras cidades:

«Defendemos uma legislação para os Centros Culturais Regionais. A equipa anterior do Ministério da Cultura não foi capaz de definir nada, e deixou-nos a viver nesta incerteza.»

Curiosamente, é essa indefinição que dá lugar a uma peculiar interpretação da acção cultural, entendida como uma distribuição dos subsídios da SEC pelos agentes culturais.

Nenhum dos outros centros pratica tal critério. Os apoios da-

dos são sempre de natureza humana, técnica ou cultural, e só em situações específicas, material.

A recusa desta lógica parece óbvia. A criação e desenvolvimento dos centros obedece a uma filosofia em que a concessão de subsídios directos não ocupa lugar destacado. E evita, por isso, o terreno sempre delicado da aferição da importância relativa de cada projecto de trabalho.

Não admira que as críticas chovam sobre o Centro Cultural Distrital de Viseu. Algumas associações continuam à espera de subsídios há muito prometidos. Outros rumores correm, dando notícia de desinteligências sérias entre membros da direcção, e que levaram à abertura de um inquérito interno. As conclusões nunca foram, todavia, levadas ao conhecimento das associações-membros. Finalmente, considera-se nos meios locais que a acção desenvolvida até hoje é fracamente representativa dos consideráveis subsídios atribuídos.

Para os restantes centros, casos como este põem em evidência a necessidade de aprender com o passado. As tentativas de destruição da SEC, e ao desenvolvimento de estruturas directamente «inspiradas» pelo poder, os Centros Culturais Regionais apenas podem dar uma resposta:

«Temos que alargar o nosso campo de acção no trabalho directo, reforçar a nossa ligação com o meio e as autarquias, e procurar outros espaços de apoio.»

Carlos Pessoa



A descentralização cultural, para dar resultados, não pode estar dependente das mudanças na esfera política

VINHOS CABRAL RESPONDEM ÀS ACUSAÇÕES DA AEVP COM O TEXTO DO ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

A SOCIEDADE DOS VINHOS CABRAL, SARL, foi especialmente visada, com acusações de diversa ordem, numa nota divulgada pela Associação de Exportadores de Vinho do Porto — A.E.V.P., nota que põe mesmo em dúvida a existência de um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo e em que se declara aquela empresa devidamente inscrita como exportadora de vinho do Porto. Para total esclarecimento do público, a SOCIEDADE DOS VINHOS CABRAL responde às acusações da A.E.V.P. com a publicação na íntegra, a título de publicidade paga do contestado acórdão.

É do seguinte teor o texto do acórdão:

ASSUNTO: Ilegitimidade passiva

SUMÁRIO:

É de rejeitar um recurso averiguado na pendência de recurso que o acto impugnado não foi praticado pela autoridade indicada na petição e notificada se recorre a junção aos autos do documento que esclarecia sobre a autoria do acto, este não tomou qualquer iniciativa para que o recurso prosseguisse contra o verdadeiro autor do acto, o qual não tinha tido qualquer intervenção no processo.

O RELATOR
(ASSINATURA)

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Acordam, em conferência, na 1.ª Secção do Supremo Tribunal Administrativo:

1 — A Associação dos Exportadores de Vinho do Porto, com sede no Palácio da Bolsa, à Rua Ferreira Borges, no Porto, interps recurso contencioso «do acto de deferimento pela direcção do Instituto do Vinho do Porto, instituto público, com sede no Porto, na Rua Ferreira Borges, do pedido de inscrição como exportadores de vinho do Porto da Sociedade dos Vinhos Cabral, SARL, com sede na Rua Visconde das Devezas, n.º 392, Vila Nova de Gaia, acto esse praticado em data que se ignora mas comunicado à recorrente em 29 de Janeiro de 1981».

Sustenta que o acto recorrido padece dos seguintes vícios:

- violação da condição 3.ª do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 27 282, de 24-XI-36, por a Sociedade de Vinhos Cabral, não se encontrar matriculada definitivamente na Conservatória do Registo Comercial do Porto;
- violação da condição 2.ª do mesmo preceito legal uma vez que a denominação social da Sociedade dos Vinhos Cabral não é dissemelhante da denominação de Serafim Cabral, Lda, exportadora de vinho, inscrita no Instituto do Vinho do Porto;
- violação do § 2.º do mesmo art. 2.º, por a Sociedade dos Vinhos Cabral, SARL ter a sua sede no mesmo armazém em que se encontra situado o estabelecimento do exportador Serafim Cabral, Lda;
- violação do art. 21.º do Decreto-Lei n.º 27 282 por os sócios gerentes de Serafim Cabral, Lda — Bernardo Paulo Vasques Guedes da Silva e Sociedade Comercial de Resinas — que eram detentores de 90% do capital daquela firma, a qual se encontrava em regime de liquidação, estarem abrangidos pela incapacidade estabelecida no referido preceito.

2 — O Instituto do Vinho do Porto afirma em ofício enviado a este tribunal, sustentar o acto impugnado com os fundamentos constantes de um documento junto, do qual consta, em resumo, que:

- a recorrente é parte ilegítima, uma vez que o seu interesse no acto recorrido não é directo, pessoal e legítimo, uma vez que é apenas uma associação livre de classe e não sucessora do extinto Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto, pelo que o interesse que possa ter no acto recorrido é apenas de facto, não legal, nem legítimo;
- o registo comercial provisório tem todos os efeitos de definitivo, pelo que a validade do acto não se encontra afectada por esse facto;
- não é possível qualquer confusão entre «Sociedade dos Vinhos Cabral, SARL» e «Serafim Cabral, Lda», até por se tratar de sociedades de estrutura jurídica diversa;
- além disso o critério sustentado pela recorrente obstará à inscrição de dois exportadores em nome individual que tivessem um apelido comum, o que é absurdo;
- ao que acresce que Serafim Cabral, Lda, se acha em regime de liquidação cujo prazo está a chegar ao seu termo, pelo que nunca seria de reear a coexistência de dois exportadores cujas firmas fossem semelhantes;
- e, em qualquer caso, só Serafim Cabral, Lda, teria legitimidade para recorrer e não a recorrente;
- Serafim Cabral, Lda possui mais de um armazém e não utiliza aquele que serviu de base à inscrição da Sociedade dos Vinhos Cabral, sito à Rua Conselheiro Veloso Cruz, 326, em Vila Nova de Gaia;
- a norma do art. 21.º do Decreto-Lei n.º 27 282, que é nitidamente uma norma de disciplina corporativa, encontra-se revogada por ser incompatível com preceitos da Constituição vigente;
- ainda que tal preceito não se achasse revogado, não seria o mesmo oponível a uma sociedade anónima, pela sua própria natureza.

3 — A recorrida particular Sociedade dos Vinhos Cabral, SARL, na sua contestação, sustenta a validade do acto recorrido com base em argumentação muito próxima da expendida pelo Instituto do Vinho do Porto, além de também arguir a ilegitimidade da recorrente por falta de interesse directo, pessoal e legítimo.

4 — A recorrente conclui a sua alegação nos termos que se passam a transcrever:

- 1.º — É da essência do direito de associação que à entidade associativa seja conferido o direito de agir para zelar pelos interesses da generalidade dos seus associados que estejam em relação directa com os fins da associação.
- 2.º — Da leitura dos arts. 1.º e 2.º dos Estatutos da recorrente colige-se que a impugnação do acto recorrido se integra perfeitamente nas atribuições da recorrente.
- 3.º — Sendo indubitável a legitimidade dos associados para este recurso, a recusa da legitimidade da recorrente representa uma efectiva denegação do direito de associação constitucionalmente reconhecido.
- 4.º — De todo o modo é manifesto que a recorrente tem funções representativas dos seus associados (c/v. art. 2.º — 1.ª, al. a) dos seus estatutos), pelo que sempre teria, nesta qualidade de representante, legitimidade para a presente recusa.
- 5.º — São numerosos os diplomas legais em que é reconhecida à recorrente esta qualidade representativa sendo, certo que a própria notificação do acto impugnado envolve esse reconhecimento por parte da entidade recorrida.
- 6.º — É essa alínea a doutrina consignada no art. 71.º-1 do Projecto do Código de Processo Administrativo gracioso em disposição claramente interpretativa de direito vigente.

A questão de fundo

- 7.º — O Decreto-Lei n.º 27 282 não padece de qualquer inconstitucionalidade pois que as funções de «coordenação, disciplina e intervenção económica» que estabelece foram transferidas para o IVP, que é um instituto público.
- 8.º — Nenhuma norma constitucional impede o Estado de coordenar e disciplinar a actividade económica e nela intervir.
- 9.º — Ao exigir, como condição de inscrição como exportador de vinho do Porto, a matrícula no registo comercial, a lei impõe a matrícula definitiva, única que assegura a regularidade da situação do comerciante.
- 10.º — A recorrida Cabral, foi inscrita sem que estivesse matriculada definitivamente, pelo que essa inscrição violou o art. 2.º, § 3.º do

citado Decreto-Lei n.º 27 282.

- 11.º — A recorrida Cabral não tem denominação dissemelhante da de qualquer outro exportador inscrito, pelo que a sua inscrição violou o art. 2.º — 4.ª do mesmo diploma.
- 12.º — A condição 4.ª do art. 2.º do dito diploma introduz uma exigência adicional à imposta pela lei comercial geral, mais estrita que esta, tendo em atenção as especiais circunstâncias de um sector tão especializado como é o comércio exportador de vinho do Porto.
- 13.º — A recorrida Cabral foi inscrita como exportador de vinho do Porto sem que tivesse armazém privativo, como exige o art. 2.º, § 2.º do mesmo diploma, pois o seu armazém é comum ao exportador Serafim Cabral, Limitada, que aí tem a sua sede de estabelecimento.
- 14.º — O armazém que diz ser seu, na Rua Conselheiro Veloso da Cruz, n.º 326, só foi objecto de comunicação ao I.V.P. posteriormente à inscrição e não foi vistoriado.
- 15.º — Do processo instrutor resulta que o armazém com base no qual foi feita a inscrição da recorrida Cabral, não foi vistoriado, conforme impunha o art. 2.º — 1.ª do mesmo diploma, que assim também foi violado.
- 16.º — Também pelo processo instrutor a recorrente veio a tomar conhecimento que a recorrida não dispunha do stock mínimo de 150 000 litros de vinho do Porto, requisito legal para a sua inscrição (cf. art. 2.º — 1.ª do referido Decreto-Lei).
- 17.º — A Sociedade Comercial de Resinas, SARL, é administradora da recorrida Cabral, sendo simultaneamente a única gerente de Serafim Cabral, Lda, exportador que entrou em regime de liquidação.
- 18.º — Daí que a inscrição da recorrida Cabral como exportador viole frontalmente o art. 21.º do Decreto-Lei n.º 27 282.
- 19.º — Entre as duas sociedades Cabral — Serafim, em regime de liquidação, e Vinícola criada para a substituir — há identidade de estrutura produtiva, no que respeita a firma ou denominação, marca, pessoal e armazém.
- 20.º — E também identidade de estrutura do seu capital, que nos dois casos é controlada, em cerca de 90% pelo senhor Bernardo Paulo Vasques Guedes da Silva.
- 21.º — Pelo recurso ao expediente técnico da pessoa colectiva, através de sociedades de controlo e de participações cruzadas, e com base na mesma estrutura produtiva de Serafim Cabral, Limitada, procurou-se ladear as normas proibitivas dos arts. 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 27 282.
- 22.º — Trata-se de um verdadeiro comportamento «in fraudem legis» que é em tudo assimilável à violação das normas que se procura salvaguardar (?).
- 23.º — Daí que a direcção do I.V.P., ao inscrever como exportador de vinho do Porto a recorrida Cabral, tenha violado os citados artigos 20.º e 21.º.
- 24.º — O acto impugnado padece de vício de violação da lei, na espécie os arts. 2.º (corpo de artigo e § 2.º), 20.º (corpo de artigo) e 21.º, todos do Decreto-Lei n.º 27 282.

5 — A recorrida particular, na sua alegação de uma longa introdução referente à história do comércio de vinho do Porto, sustenta a legalidade do acto recorrido, procurando rebater a argumentação aduzida pela recorrente.

6 — O Exmo. Magistrado do Ministério Público emitiu o parecer que, a seguir, se transcreve:

«Para além de me parecer que a recorrente não tem legitimidade, por carecer de interesse legítimo, a entidade recorrida é parte ilegítima uma vez que o acto recorrido (margem inferior esquerda, fls. 3, do Proc. Instrutor) é da autoria do Director-Adjunto (fls. 152) e não da Direcção do Instituto do Vinho do Porto. Consequentemente é de rejeitar o recurso».

Colhidos os vistos legais, cumpre decidir.

1 — vem suscitada pelo Exmo. Magistrado do Ministério Público a questão da ilegitimidade passiva, por o acto impugnado não ser da autoria da Direcção do Instituto do Vinho do Porto, mas de um dos elementos que compõem aquela Direcção.

Vai-se passar à análise desta questão, começando por apontar a matéria de facto que lhe é pertinente.

Por requerimento datado de 23-I-81, a Sociedade dos Vinhos Cabral, S.A.R.L. solicitou à Direcção do Instituto do Vinho do Porto a sua inscrição naquele Instituto (fls. 3 do instrutor e 57 dos autos).

Este requerimento deu entrada no Instituto do Vinho do Porto no mesmo dia 23 de Janeiro (carimbo apostado) e, também nesse dia, foi nele exarado o seguinte despacho: «Autorizado. À 2ª Dir. de Servos. para os fins convenientes», seguindo-se uma rubrica ilegível.

Pelo ofício junto a fls. 152 dos autos o Instituto do Vinho do Porto informou este Tribunal que o despacho atrás referido é da autoria do Director-Adjunto, Eng.º Luís Woolhouse Ferreira, que o proferiu nos termos do § único do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 26 914.

Pelo ofício n.º 463, de 28-I-81, o Director-Adjunto do Instituto do Vinho do Porto informou o Director-Geral da Associação dos Exportadores de Vinho do Porto da inscrição da recorrida nos seguintes termos: «Para conhecimento de V. Exa. comunicamos que foi deferido um requerimento apresentado pela Sociedade dos Vinhos Cabral, S.A.R.L., em que solicitava a sua inscrição neste Instituto como exportador de Vinho do Porto» (fls. 16 dos autos).

2 — a recorrente, na petição de recurso, atribuiu a autoria do acto que pretendia impugnar à Direcção do Instituto do Vinho do Porto. Esta Direcção, como resulta do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 26 914, de 22-VIII-36, é um órgão colegial, composto por um director e dois directores-adjuntos.

E como o acto de deferimento do requerimento apresentado pela Sociedade dos Vinhos Cabral, S.A.R.L., parecia ser da autoria de uma única pessoa, foi enviado por este Tribunal ao Director do Instituto do Vinho do Porto num ofício a solicitar os seguintes esclarecimentos: a) se o despacho recorrido é o que foi exarado no requerimento cuja fotocópia está junta a estes autos a fls. 57;

b) no caso afirmativo, quem é o autor desse despacho, em que qualidade o proferiu e se o fez mediante delegação de poderes;

c) no caso de o acto recorrido constar da deliberação da Direcção do Instituto para que envie fotocópia da respectiva acta (fls. 149 dos autos).

A este ofício foi dada resposta pelo ofício n.º 4 727, junto a fls. 152 dos autos, já acima referido.

Do que resulta sem margem para dúvidas, que o acto impugnado não é da autoria da Direcção do Instituto do Vinho do Porto, mas sim da autoria de um dos membros daquela Direcção — um director-adjunto — que o praticou como substituto legal do director (a referência feita no ofício de fls. 152 a § único do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 26 914 só pode querer dizer que agiu em tal qualidade).

Por isso se põe, com pertinência, o problema da ilegitimidade da Direcção do Instituto, sobre o qual convém tecer algumas considerações.

3 — no contencioso administrativo a legitimidade passiva, pelo que respeita ao autor do acto impugnado, decorre dos preceitos que impõem a menção, na petição de recurso, da autoridade que o praticou (art. 55º do Regulamento do S.T.A. e art. 835º do Código Administrativo).

Essa menção justifica-se não apenas para que seja definido um dos

elementos da relação processual, mas também tendo em vista a audição do autor do acto, para que este se pronuncie sobre a legalidade do acto que praticou.

Após a vigência do Decreto-Lei n.º 256-A/77, de 17 de Junho, a identificação do autor do acto passou a assumir ainda maior relevo, na medida em que a petição tem que ser apresentada perante a autoridade que o praticou.

Daqui resulta que a figura da ilegitimidade passiva se unifica também no contencioso da anulação e é, em princípio, de considerar unificada quando falta ou há errada menção da autoridade recorrida.

O que acaba de ser exposto constitui um princípio, cujo aparente rigor a jurisprudência deste Tribunal tem atenuado.

Com efeito, não poucas vezes acontece que, perante uma errada identificação de autos do acto logo detectável, o relator, utilizando a faculdade concebida pelo art. 838º. § 1º do Código Administrativo, manda notificar o recorrente para corrigir esse erro.

Também acontece que, por erro na notificação, o recorrente só vem a conhecer o verdadeiro autor do acto após a apuração do processo instrutor ou a junção nos autos do documento superveniente. Igualmente nestes casos, em que é manifesto não poder o recorrente sofrer as consequências da culpa da Administração, o Tribunal tem facultado aos recorrentes corrigirem as suas petições, removendo-se os actos processuais que se mostrem necessários.

E indo mais longe ainda, o Tribunal admite que, mesmo quando o erro na identificação do autor do acto recorrido se ficou a dever a facto do próprio recorrente, tal erro se torna irrelevante se, e desfeito da sua unificação, o verdadeiro autor do acto interveio no processo desde o início, por modo a poder exercer os direitos processuais que a lei lhe confere.

Exemplo de jurisprudência apresentado é o acórdão de 22-XI-79, proferido no recurso n.º 11 023 (no mesmo sentido podem indicar-se mais os seguintes acórdãos: de 14-II-80 — Rec. n.º 13 363 — de 17-IV-80 — Rec. n.º 13 763 — de 12-II-81 — Rec. n.º 11 868 — e de 22-VII-82 — Rec. n.º 16 261 —, todos da 1ª Secção, e o Acórdão do Pleno, de 17-XII-80 — Rec. n.º 10 788), no qual se escreveu:

«O argumento mais poderoso que se tem deduzido contra a substituição em fase adiantada dos autos é o da violação das regras de disciplina processual, coagindo essa substituição a repetir a diligência do art. 61º do Regulamento, abrindo nova fase das alegações depois da resposta da autoridade recorrida ou decorrido o prazo para a sua apresentação. Ora, no caso concreto, essa perturbação não se verifica. Como já se escreveu, foi o autor do acto impugnado — que já o havia sustentado, nos termos do art. 2º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 256-A/77 — quem respondeu à diligência ordenada para cumprimento do art. 61º.

Isto é: desde o momento em que o recurso é interposto quem realmente está no processo é o verdadeiro autor do acto impugnado e não a autoridade recorrida. Mas aquele, e não esta, é que tem legitimidade. Por isso, manifestada pelo recorrente a vontade de que contra ele prossiga o processo, há-de reconhecer-se que a legitimidade das partes está assegurada...»

Também no acórdão do Pleno atrás citado se escreve: «o que está na base, ao fim e ao cabo, desta orientação é o princípio fundamental de Direito Administrativo de que uma formalidade essencial se degrada em formalidade não essencial quando o objectivo visado se alcança efectivamente, sem embargo de omissão dessa formalidade».

Exposta a orientação deste Tribunal, resta ver, à luz dela, o caso dos autos.

4 — não se estranha que a petição de recurso tivesse identificado como autor do acto impugnado a Direcção do Instituto do Vinho do Porto. E isto por três razões:

Em primeiro lugar porque o ofício que foi enviado à recorrente não dizia quem tinha deferido o requerimento da Sociedade dos Vinhos Cabral, S.A.R.L., para ser inscrita no Instituto do Vinho do Porto. Em segundo lugar porque, nos termos do art. 13, alínea c), do Decreto-Lei n.º 26 914, só a Direcção tinha competência para praticar tal acto.

Com efeito, estabelecendo tal preceito que compete à Direcção praticar todos os actos conducentes à realização dos fins do Instituto e tendo, por força do art. 2º do Decreto-Lei n.º 443/74, de 12-IX-74, sido transferidas para o Instituto do Vinho do Porto, estas funções passaram também a constituir fins à sua realização à Direcção do Instituto do Vinho do Porto.

E, por último, porque nem o director do Instituto do Vinho do Porto nem qualquer dos directores-adjuntos são órgãos deste organismo de coordenação económica.

Na verdade, não só o art. 3º do Decreto-Lei n.º 26 914 é claro em enunciar como órgãos dirigentes do Instituto a Direcção e o Conselho Geral, como, por outro lado, não existe naquele diploma legal, qualquer preceito a atribuir ao director ou aos directores-adjuntos poderes que lhes permitam exprimir, agindo individualmente, a vontade do Instituto.

Mas quando foram juntos ou apenas aos autos documentos (fotocópia de fls. 57 e processo instrutor) que para o Tribunal indicavam que o acto impugnado não fora praticado pela Direcção do Instituto e que para a recorrente o deviam revelar sem margem para dúvidas, dadas as estreitas relações que tem que manter com o I.V.P., não tomou esta qualquer atitude para remediar o erro em que inicialmente havia incorrido.

E mais. Notificada à recorrente a junção aos autos do ofício de fls. 152, em que aparecia esclarecimento quem fora o autor do acto impugnado, a recorrente nada disse, mantendo inteira passividade.

Daqui resultou que o verdadeiro autor do acto não teve qualquer intervenção no processo para exercer os direitos processuais que a lei lhe facultava.

Se, como atrás se mostrou, este Tribunal, em matéria de legitimidade passiva, tem adoptado um comportamento que, sem postergar a lei e antes de acordo com ela, procura atender a situações concretas pelas quais os recorrentes não são responsáveis ao considerar sanadas irregularidades formais quando o fim legal foi atingido, certo é que não pode substituir-se ao próprio recorrente quando, depois de lhe ter colocado nas mãos todos os elementos para que corrija um erro que cometeu ou em que foi induzido, este não manifesta sequer a vontade de o fazer.

Quando tal aconteça, como no caso concreto aconteceu, ao Tribunal não resta outro caminho que não seja julgar unificada a ilegitimidade passiva e rejeitar o recurso, com prejuízo das demais questões suscitadas.

5 — face a todo o exposto, rejeitam o recurso por ilegitimidade passiva. Contas pela recorrente, fixando-se o imposto de justiça e a procuradoria em quinze e oito mil escudos, respectivamente.

Lisboa, 30 de Junho de 1983

(5 ASSINATURAS)

Madrid um anfitrião de paz 1

Quando as cidades batem o pé pelo direito à intervenção

Certo dia, um homem entra num comboio em Santa Apolónia com o objectivo de chegar a Madrid. Razões para atravessar tanta terra existem: duas centenas e meia de autarcas vão ali reunir-se para discussão de um tema genericamente relacionado com «A cidade e a paz».

A cidade, antes do mais, é também esta em que se toma o comboio, para cruzar, bordejar, não só aglomerados urbanos, mas também vilas e aldeias, rios e estradas, regiões e fronteira. Paz, tomada na óptica de ausência de guerra, acompanha-nos por toda a viagem.

A cidade, depois de horas de viagem, é Madrid, onde se chega pelo tecido suburbano, também protestos de futuros desempregados nas paredes, um Manzanares poluído. O que se cruza e nos espera alicença interrogatórias: o que é esta paz e esta guerra?

As perguntas, todas elas, vão-se pondo pelo caminho: em Lisboa, os submarinos atómicos que muitos fingem desconhecer e há quem teime em lembrar; o escudo cada vez mais impotente perante a peseta que compramos; as cidades e vilas que se declaram desnuclearizadas; Beja na rua por causa da Base Aérea...

Os problemas não terminam aí. O comboio leva chilenos e por muito que um homem se esforce faz sempre lembrar Pinochet. Uma colombiana entra em Marvão porque não trazia visto para entrar em Portugal e recambiaram-na. O comboio tem duas classes e a nossa tem ar condicionado para amenizar o torço que nos espera.

Ou, motivo para pensar também, o Tejo que nos acompanha carregadinho de poluição. Abrantes com o hospital como dantes, parado a espera de infra-estruturas, o caminho-de-ferro demora-se a mais não por falta de verbas para via melhor; Almaraz espreitando, ainda e sempre sem se saber se há perigo de radioactividade ou não.

O que tem tudo isto a ver com a cidade e a paz, poderá sempre cada um de nós perguntar-se a cada momento. A verdade é que uma grande maioria das pessoas concorda que esta é uma paz podre. E nessas condições, talvez fazer por isso, não é possível fazer quanto se aplica na guerra-fria.

Trabalho marcado para ir a Madrid, o que pensa um jornalista? Encontrar certamente quem esteja disposto a trocar um míssil por três escolas (sem cuidar de saber se são bons os cálculos); ou de melhorar a via ferroviária em troca de cinco aviões de guerra; ainda, só, por exemplo, o de dar a uma cidade o que ela precisa em vez de aviões que se reabastecem para uma guerra mais à frente.

Um pé de guerra

Desembarcar em Madrid, a tempo de uma exposição de Goya, na curiosidade de Guernica, ou ainda pelo próprio Dali. A procura de algo pelas livrarias que não espante a bolsa. Mas, desde logo, à entrada, o aviso dos trabalhadores na parede da sua fábrica: um não ao desemprego.

Um pequeno pé de guerra nas ruas, por causa de quantos saíram à rua, uns dias antes, em manifestação "anti-NATO". «Na executiva do PSOE há gente paga pela CIA» — reza um título do «Diário 16». E a declaração é



Sessão de abertura de uma assembleia de paz, com alguns pés-de-guerra

de Pablo Castellano, um líder da Esquerda Socialista, em suma uma corrente radical que integra o PSOE.

A bomba resulta de uma desqualificação, como o jornal diz, da própria manifestação. Os dirigentes do partido no Poder em Espanha apareceram subitamente a tocar a rebate porque uma manifestação como aquela — e teve peso! — certamente era paga pelo Pacto de Varsóvia.

O aperitivo não é de bom prenúncio para a conferência que nos espera. Um dos seus dinamizadores é Henrique Tierno Galván, «alcalde» de Madrid, ele próprio militante do PSOE, por via de uma «tendência» que se aglutinou.

A conferência, aparentemente, ressentir-se logo no primeiro dia da politização que já pesa sobre os debates, em aerópagos ou na rua, sobre a guerra e sobre a paz. A assepsia em matérias como estas é muito difícil, e particularmente quando intervém um representante como o de Manágua.

Tanto mais que, ao mesmo tempo e bem perto, decorrem há meses e meses os trabalhos da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, sem resultados visíveis. E é aí que os participantes da conferência «A Cidade e a Paz» acabam por deixar um exemplar do seu «Apelo de Madrid». E é também aí que Felipe Gonzalez apresenta uma

proposta para que os trabalhos avancem e as conclusões surjam. Operação de «charme», permite-se o jornalista classificar, tanto mais que o presidente do Governo espanhol está então a dias de partir para Washington.

Um pé-de-paz

Dois centenas e meia de autarcas, pois, que aqui se reúnem no sentido de discutirem o seu papel, o das suas circunscrições, no panorama mundial. Este retrato já velho, de guerra e armamento, de discussões e tratados mas de violações e de guerras.

Um outro cliché deixa ali a imagem de desolação e morte de muitas cidades, regiões, às vezes mapas inteiros. Um homem vem do Líbano, por exemplo, lembrar que cidades do seu país estão a ser arrasadas. O «alcalde» de Manágua joga sobre a mesa o desespero que vai no seu país, nas cidades todas.

A verdade é que esta é uma das raras tentativas de fazer a paz e ganhar outro sentido com a participação das municipalidades, das regiões, dos interesses mútuos com que os cidadãos só têm a ganhar. A dimensão que isto ganha nas cidades levamos-la nós próprios do nosso país.

Os cidadãos de Madrid também não se mantêm indiferentes. Uma «assembleia de cidadãos» estivesse poucos dias

antes reunida e tirara conclusões: desde a necessidade de serem declaradas zonas desnuclearizadas abrangendo cada um dos municípios, à carência de manifestações contra as bases militares estrangeiras nos seus próprios territórios.

E mais, como no domínio do desarmamento: que todas as indústrias bélicas em território municipal sejam declaradas nocivas e perigosas, sobrecarregadas com impostos e promovida a sua reconversão; que se manifeste repulsa perante os planos armamentistas dos seus governos.

A dificuldade da assepsia em matérias como esta também ficou demonstrada pelo documento: dois ataques pela expulsão de pacifistas da RDA; e o qualificativo de repressão contra os grupos não oficiais que «trabalham pela paz» na União Soviética.

Os ataques no sentido inverso teriam má recepção da parte de alguns dos participantes na assembleia de «A cidade e a paz». Foi o citado caso de Samuel Santos, da Nicarágua, ou da própria intervenção de um elemento da delegação soviética, ou até mesmo quanto a uma intervenção de Silva Graça, vereador de Lisboa. Como veremos.

Direito transmunicipal

A defesa do direito das cida-

des à intervenção em quanto respeita à paz e à guerra ficou claramente patenteada com a generalidade das intervenções.

apareceria por duas ou três vezes na explicação da sua tese quanto ao «direito transmunicipal». Dito por extenso e em palavras simples: «o novo direito urbano, direito internacional de novo cunho, que nos torna vizinhos do mundo, habitantes de uma ou outra cidade, com os mesmos ou parecidos direitos, qualquer que seja a cidade que permanentemente ou circunstancialmente habitemos».

A argumentação do «alcalde» é simples e directa. As cidades, estas de que nós somos cidadãos, são na actualidade «o mais alto momento na evolução moral da humanidade». E daí resulta «uma posição singularíssima de responsabilidade frente à paz».

«Não há discórdia entre as cidades, sim concórdia e ajuda» — considerou Tierno Galván. Ele recordaria ainda que, ao contrário dos Estados, as cidades nada têm a esconder umas das outras.

«Temos de compreender que a nova ideia de paz, a concepção global de paz, como ordenação concordante e harmoniosa de quantos vivem e trabalham no mundo, é condição que assenta fundamentalmente no esforço urbano» — acrescentou.

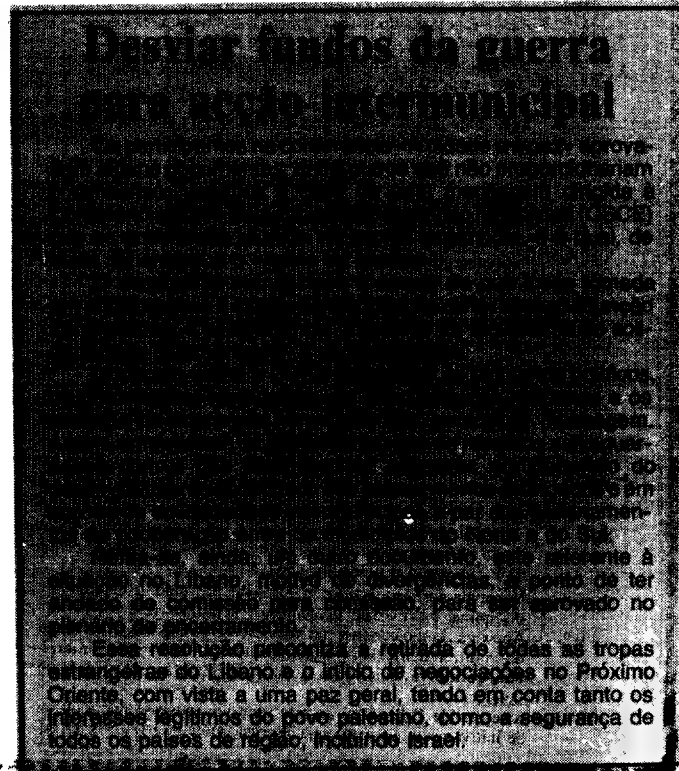
O papel das cidades apareceria, assim, como correctivo e interveniente no sentido de devolver aos Estados a consciência de qual o caminho a empreender para que terminem as discórdias, aquelas que ameaçam a existência de vida no mundo.

O «alcalde» recordaria, enfim, algumas das aspirações das cidades, destas aqui representadas e das que se ficaram de fora, das que cruzamos ou sobrevoamos das que florescem e das que vão sendo destruídas. Ele falaria das bibliotecas, dos jardins, da tranquilidade, de menor delinquência, de mais possibilidades de evolução certa e segura da nossa própria condição de vizinhos e da nossa condição humana.

Rogério Vidigal

Uma excepção feita, para espanto de todos, por um eleito de Bolonha que veio dizer do apoio da sua municipalidade ao Governo italiano, quanto à instalação de mísseis naquele país.

O «anfitrião», Tierno Galván,



Para o "Washington Post"

Proposta soviética é passo importante para acelerar conversações de Genebra

A proposta soviética apresentada na semana passada, em Genebra, representa «o passo mais importante» dado pela URSS para acelerar as conversações sobre armas estratégicas (START), declara na sua edição de ontem o «Washington Post», citando fontes oficiais.

Estas fontes sublinham, diz o jornal norte-americano, que embora a proposta fique «aquém das pretensões dos Estados Unidos», constitui um sintoma inequívoco de progresso nas negociações em torno da redução de armas nucleares de longo alcance.

As mesmas fontes sublinham que a delegação soviética às START propôs limitar a 1100 o número de mísseis atômicos de ogivas múltiplas e bombardeiros de grande raio de acção, em vez dos 1800 que no início das conversações havia estabelecido para estas armas.

Embora Washington desejasse que cada um dos dois países restringisse a 850 o número de mísseis de grande alcance, a Casa Branca anunciou recentemente que estaria disposta, se necessário, a aumentar os níveis para 1100 ou 1200 a fim de se aproximar da posição de Moscovo.

As fontes referidas pelo «Washington Post» destacaram que a recusa persistente da União Soviética em reduzir a 640 o número dos seus «super-mísseis» SS-18 e SS-19 significa que a nova proposta continua a omitir as armas que mais preocupam os Estados Unidos.

Consideraram que o projecto

permitiria a existência de cerca de 700 mísseis de ogiva múltipla — todos os SS-18 e SS-19, bem como alguns SS-17, que poderiam até ser substituídos por versões actualizadas.

Os Estados Unidos estão convictos de que os 308 mísseis SS-18 (dez cabeças nucleares cada), os cerca de 330 SS-19 (seis ogivas) e os SS-17 (quatro ogivas) têm a capacidade teórica de destruir, num primeiro ataque atômico, os mísseis norte-americanos com base no solo.

Os funcionários, citados pelo jornal, manifestaram a esperança de que as novas ideias levem a uma aproximação das posições de ambas as partes e representem a aprovação soviética a um número mais reduzido de «supermísseis».

Para o «Washington Post», a proposta aproxima-se da fórmula aceite pelos dois países no Tratado SALT-2 de 1979, que Moscovo e Washington se comprometeram a acatar, mas que os Estados Unidos nunca ratificaram, apesar da insistência da URSS. O SALT-2 estipulava que os soviéticos e norte-americanos congelassem em 2250 o total dos seus mísseis e bombardeiros, com um sublimite de 1 320 para os mísseis de ogivas múltiplas e bombardeiros lança-mísseis.

O Pentágono dispõe actualmente de cerca de 1600 mísseis de grande alcance e 410 bombardeiros, ao passo que Moscovo conta, aparentemente, com 2350 mísseis e 350 bombardeiros.

A nova proposta divide-se em

três limites diferentes: primeiro, para bombardeiros equipados com mísseis Cruzeiro de grande alcance, segundo para um total combinado dos mísseis de cabeças múltiplas lançados de submarinos ou do solo, e por último, para mísseis unicamente lançados de terra, os mais precisos e ameaçadores.

Se bem que o tipo dos armamentos a reduzir continue a ser o principal problema para um acordo geral, na capital norte-americana há a impressão de que as START, iniciadas em Junho de 1982, podem estar em vias de dar resultados positivos.

Samantha Smith continua na URSS

Samantha Smith, a jovem americana de 11 anos de idade convidada pessoalmente, por Yuri Andropov, para visitar a URSS, deixou ontem as margens do mar Negro para se des-

locar a Leninegrado, anunciou a agência TASS.

Tendo chegado na passada sexta-feira a Moscovo, onde lhe foi reservada uma recepção digna de um chefe de Estado, Samantha Smith seguiu de avião, no dia seguinte, para a Crimeia, onde acaba de passar quatro dias, no campo de pioneiros de Artek. Ontem, a jovem partiu, sempre acompanhada pelos pais, para Leninegrado, «a Veneza do Norte», onde ficará até ao dia 17 de Julho.

De regresso a Moscovo, Samantha a «Embaixadora da Paz», será novamente alvo das atenções dos jornalistas soviéticos e ocidentais. Com efeito, é entre os dias 17 e 21 de Julho, dia em que regressará aos Estados Unidos, que a rapariga se encontrará com o «número um» soviético, ao qual deseja ardentemente colocar algumas questões sobre a Guerra e a Paz.

Guiné-Bissau e Cabo Verde Conversações sobre o caso Naguicave

A Guiné-Bissau e Cabo Verde retomaram provavelmente em Setembro as conversações para a solução do contencioso existente desde o golpe de Estado de 1980 em Bissau.

Os dois governos definiram em breve — informou à ANOP em Bissau o procurador-geral da República, Nicandro Barreto — as

datas para o prosseguimento das conversações e para a instalação da auditoria por parte de uma companhia britânica à antiga companhia mista caboverdiano-guineense de navegação Naguicave.

A delegação cabo-verdiana enviada sexta-feira a Bissau no quadro das conversações bilaterais sobre o contencioso regressou ontem a Cabo Verde «após a revisão de questões pontuais e a redefinição da metodologia dos trabalhos» — disse Nicandro Barreto.

A missão do governo cabo-verdiano era chefiada por Renato Cardoso, conselheiro do primeiro-ministro, Pedro Pires, e constituída ainda pelo chefe do Departamento de Assuntos Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Alcides Barros, e por um inspector-geral do Banco Nacional de Cabo Verde.

Foi recebida em audiências pelo primeiro-ministro guineense, Vitor Saude Maria, e pelo ministro da Economia e Finanças, Vitor Freire Monteiro, a quem entregou uma mensagem do chefe da delegação ministerial cabo-verdiana às conversações, o ministro da Justiça, David Hopffer Almada.

Nas conversações mantidas durante os cinco dias, em Bissau, as duas partes reafirmaram o «desejo e a preocupação dos dois governos de que o contencioso existente seja resolvido rapidamente», antes da cimeira dos chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, prevista para Dezembro em Bissau.

«Foi reafirmada a determinação dos dois governos de reafirmar aplicar na solução do diferendo o princípio da globalidade» relativamente aos problemas subsistentes — contas dos dois bancos, carregamento de trigo guineense descarregado em Cabo Verde, Companhia Mista Naguicave, companhias, de aviação e relações entre empresas comerciais.

Uma delegação da empresa guineense de aviação LIA (linhas aéreas da Guiné-Bissau) deslocar-se-á no fim de Agosto à Cidade da Praia, para conversações directas com a sua congénere cabo-verdiana TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde).

Chile

Libertados da democracia

Três dirigentes da Democracia Cristã do Chile, há cinco dias em Santiago, foram postos em liberdade na capital chilena.

A libertação de Valdes e de dois outros dirigentes demo-cristãos, Jorge Lavandero e José de Gregório, foi decidida na quarta-feira à noite pelo Supremo Tribunal de Justiça do Chile.

Valdes, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, que foi igualmente subsecretário-geral das Nações Unidas, havia sido preso no sábado. Era acusado de infracção à lei de segurança interna do Estado, devido à sua participação na organização do terceiro dia de protesto nacional, que teve lugar na terça-feira em todo o Chile.

A prisão dos três dirigentes democratas-cristãos havia-se seguido à de um estudante e um sociólogo encontrados na

posse de 700 000 panfletos apelando à jornada nacional de protesto.

Antes de serem colocados no segredo na prisão pública de Santiago, os três dirigentes da Democracia Cristã haviam sido interrogados durante cinco horas por um juiz especial.

A prisão de Valdes provocou a reacção de vários países, os Estados Unidos, a França, a RFA, a Grã-Bretanha e a Itália, bem como a do secretário-geral das Nações Unidas, desencadeando igualmente, segundo consideram os meios democratas-cristãos, um movimento de solidariedade sem precedente no Chile.

Depois da reconqui

Reforços zairenses confiança de H

A reconquista da cidade de Abeche (no Leste do Chade), anunciada oficialmente na terça-feira à noite pela Rádio Nacional Chadiana, e a chegada de mais um contingente de forças zairenses fizeram aumentar ontem à noite o optimismo das autoridades de N'Djamena.

Chegaram ontem ao Chade três contingentes zairenses, cerca de 650 homens, no total. Na parte da manhã desembarcaram 250 pára-quedistas no aeroporto da capital. À tarde chegou outro contingente, composto por 147 soldados zairenses, o qual era acompanhado por três caças bombardeiros «Mirage» e por um avião «Hércules C-130».

Estes quatro aparelhos foram colocados à disposição do Governo do Chade pelas autoridades de Kinshasa. Segundo uma fonte diplomática zairense, o «C-130», que aterrou na base militar de N'Djamena desembarcou pessoal técnico zairense para a manutenção dos «Mirage».

Ao fim da tarde chegou outro grupo, composto por 260 homens.

As tropas que chegaram ontem ao Chade fazem parte da força de 1750 soldados cujo envio foi anunciado por Kinshasa, para além dos 250 pára-quedistas que já se encontravam no país desde o passado dia 3.

Por outro lado, as autoridades chadianas não escondem a sua satisfação depois da reconquista de Abeche, anunciada oficialmente na terça-feira à noite pela Rádio Nacional.

A partir da manhã de ontem, os jornalistas presentes em N'Djamena eram convidados a deslocar-se a Abeche, cerca de 800 km a nordeste da capital. «Somos senhores da situação», declarava-se de fonte oficial chadiana. «Retomamos a iniciativa, era isso o que precisávamos», acrescentava-se da mesma fonte.

Segundo os observadores em N'Djamena, a reconquista de Abeche é duplamente importante. Esta subperfeitura do Leste é uma cidade símbolo para as «FANT» (Forças Armadas Nacionais do Chade). Com efeito, trata-se da capital de uma

Na agenda questões sobre

Funcionário japonês hoje

Um alto funcionário do Ministério japonês dos Negócios Estrangeiros, Shozo Kadota, terá conversações, hoje e amanhã, em Moscovo, com os seus colegas soviéticos, as quais incidirão, designadamente, em problemas do desarmamento.

Shozo Kadota é director-geral do departamento das Nações Unidas no Ministério nipónico dos Negócios Estrangeiros. O seu principal interlocutor será Vladimir Petrovski, seu homólogo directo.

Segundo o ministério japonês, serão evocados todos os assuntos inscritos na agenda da 38.ª sessão da Assembleia Geral da ONU, que terá lugar no próximo Outono, particularmente as questões do Camboja e do Afeganistão.

O Japão apoia as resoluções da ONU que pedem a retirada das tropas vietnamitas do Camboja e condena intervenção soviética no Afeganistão.

As conversações também incidirão no desarmamento. Segundo observadores diplomáticos, este assunto constituirá mesmo o principal tema da agenda, nomeadamente as negociações em curso sobre os mísseis nucleares de médio alcance. A União Soviética evocou várias vezes a possibilidade de aumentar o número dos seus mísseis «SS-20» na Ásia (em número de 108), acrescentando-lhe alguns dos que estão apontados actualmente à Europa Ocidental.

Esta eventualidade preocupa



OCCIDENTAL SCHOOLS

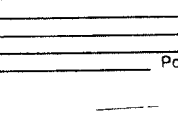
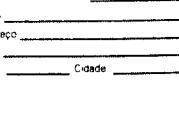
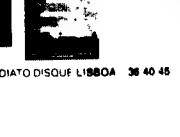
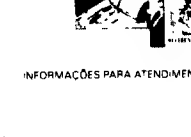
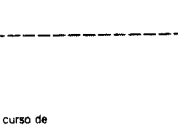
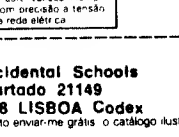
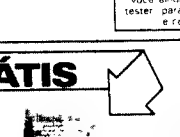
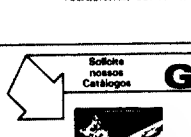
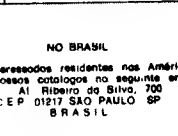
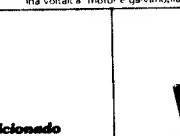
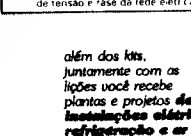
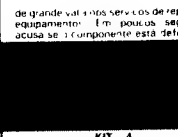
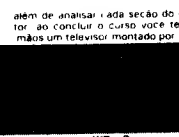
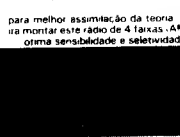
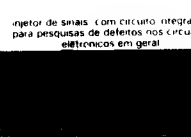
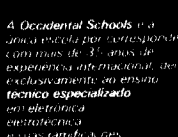
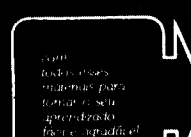
cursos técnicos especializados

Beco dos Apostolos, 11.3.º — 1200 LISBOA — Portugal

O futuro da eletrônica e eletrotécnica está aqui!

1 - Curso de eletrônica - rádio - televisão

eletrônica geral, rádio, televisão preto & branco, televisão a cores, áudio, eletrônica digital, vídeo, cassete



GRÁTIS

Occidental Schools

Apartado 21149

1128 LISBOA Codex

Solicite o catálogo grátis e o catálogo ilustrado do curso de

Indicar o curso desejado

Nome

Endereço

Bairro

C.P.

Cidade

País

INFORMAÇÕES PARA ATENDIMENTO IMEDIATO DISQUE LISBOA 38 40 45

Os dirigentes da facia cristã

ile, entre eles Cristina Gabriel Valdes, presos
erdade ontem à noite, soube-se oficialmente

Balanço da jornada de protesto

A terceira jornada de protesto nacional no Chile causou dois mortos — duas estudantes — e um ferido grave — mais de um milhão de detenções e importantes prejuízos materiais. Este balanço oficial foi comunicado a Pinochet numa reunião em que participavam diversos ministros, bem como os responsáveis dos serviços de polícia.

Um anterior balanço não oficial tinha referido a morte a tiro de uma jovem estudante a leste de Santiago. A segunda vítima é também uma estudante de 19 anos de Valparaíso (140 km a leste de Santiago). Segundo testemunhas

oculares, teriam sido disparados tiros contra um grupo de estudantes que montavam uma barricada, atingindo assim a jovem.

Mais de 760 pessoas foram detidas após a instauração do recolher obrigatório, enquanto que 290 foram detidas nas cidades de Valparaíso, Concepción, Talcahuano e Punta Arenas.

A mesma fonte acrescentou que sinais de trânsito, veículos de transporte público e viaturas tinham sido seriamente danificadas.

Várias bombas explodiram, por outro lado, nas vias férreas, interrompendo o tráfego. O emissor de uma rádio foi também destruído, tal como vários postes eléctricos, provocando cortes de corrente.

Quista de Abeche

enses aumentam Hissene Habre

região que sempre representou, para os partidários do presidente Habre, quer uma zona de refúgio nos maus momentos quer uma base de partida para as reconquistas vitoriosas.

A reconquista da cidade constituiu, por outro lado, a primeira vitória das «FANT» de Hissene Habre sobre os partidários do antigo presidente Goukouni Wedede. Depois de uma importante série de desaires que obrigaram as «FANT» a retirar de Gouro (Norte do país) nos dias 20 e 21 de Fevereiro deste ano.

«Talvez não se trate de uma vitória no plano militar», mas dará «confiança aos homens de Hissene Habre, que tinham muita necessidade dela», acrescentam os observadores militares.

Além disso, indicam os mesmos observadores no Chade, país duas vezes e meia maior que a França, os partidários do ex-presidente Goukouni Wedede terão de alongar a partir de agora consideravelmente as suas linhas de reabastecimento, enquanto as «FANT» de Habre conhecem menos este problema

desde que o seu perímetro de defesa foi reduzido. Estas últimas forças podem encaminhar agora as armas que lhes são fornecidas por países estrangeiros, mais rapidamente do que anteriormente.

Líder militar do GUNT confirma

O chefe de Estado-Maior das forças do GUNT general Djogo, confirmou ontem a evacuação pelas suas tropas da cidade de Abeche.

«Tive que ordenar a evacuação de Abeche perante o assalto de um habitante, em particular carros de assalto, que intervieram ao lado das FANT carros utilizados por estrangeiros, para além da participação das tropas zairenses», disse Djogo a um jornalista de Rádio France Internationale que se encontrava com ele a bordo de um avião entre Faya-Largeau e a cidade de Sheba (Libia).

«Perante esta nova situação, acrescentou o general, estabeleci-me numa nova linha em Um-Chaluba, Kalait, Arada e Biltin».

bre o desarmamento

é a amanhã em Moscovo

muito o Japão e Shozo Kadota reafirmará a oposição de Tóquio à transferência desses mísseis, segundo se pensa. O responsável japonês repetirá a posição de Tóquio afirmada pelo primeiro-ministro, Yasuhiro Nakasone, na cimeira ocidental de Williamsburgo, em fins de Maio, segundo a qual o problema dos mísseis deve ser abordado de maneira global.

Estas consultas serão as primeiras entre altos funcionários dos dois países desde a cimeira de Williamsburgo, durante a qual o Japão assinou a declaração comum dos «sete» afirmando a sua solidariedade em matéria de segurança.

Segundo alguns observadores, não se exclui a possibilidade

de também serem abordados os problemas bilaterais já que os contactos a alto nível entre os dois países não são muito frequentes, tendo em conta o mau estado em que se encontram as suas relações. O último contacto oficial fora a visita que o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Mikhail Kapitsa, efectuou a Tóquio em Abril último.

Tal visita não permitiu que se registassem avanços nos problemas que opõem os dois países. O principal ponto de discordância é um contencioso territorial relativamente a quatro ilhas ocupadas pela URSS desde 1945 (Kurilhas do Sul), as quais são reivindicadas pelo Japão.

Margareth Thatcher foi derrotada

Câmara dos Comuns recusou restabelecimento da pena de morte

Os partidários do restabelecimento da pena de morte na Grã-Bretanha, entre os quais se conta a primeira-ministra Margaret Thatcher, sofreram ontem à noite uma franca derrota na Câmara dos Comuns.

Os deputados recusaram por 368 votos contra 223, ou seja por uma importante maioria de 145 votos, uma moção de ordem geral reclamando a pena capital para assassinio.

Anteriormente, haviam sido recusadas, por maiorias variando dos 175 aos 81 votos, cinco disposições reclamando o enforcamento por assassinio de polícias, de guardas prisionais, por assassinio com arma de fogo ou por explosão e, por último, assassinio com intenção

de roubo.

O Gabinete conservador não se considerava derrotado no final do debate, por não ter feito indicações de voto, deixando a cada deputado a escolha da sua consciência. Mas Leon Brittan, de 43 anos, ministro do Interior desde há um mês, não sofreu menos um revés, ao recomendar a pena de morte para os assassínios de carácter terrorista. Essa disposição foi recusada por 361 votos contra 245 (maioria de 116 votos).

Os deputados favoráveis à pena capital, suspensa na Grã-Bretanha em 1965, dificilmente poderão considerar que a sua causa fez progressos. Com efeito, a rejeição da moção geral, pedindo o enforcamento por as-

sassinato, ocorreu por maioria de 145 votos, ou seja, por um pouco menos que a maioria de 162 votos, registada em 1982, mas francamente maior que a de 119 votos em 1979.

Brittan surpreendeu a Câmara ao recusar, no seu discurso, a aplicação da pena capital para todas as formas de assassinio, com excepção das de carácter terrorista. «A violência contra o Estado, disse, é totalmente diferente de uma ameaça contra um indivíduo» e o Estado «tem o dever de exprimir a sua aversão para com os que se opõem à sua integridade».

Mas essa tese, nas bancadas da oposição como nas dos conservadores, deparou com viva oposição, por duas razões prin-

cipal: o IRA Provisório aproveitaria da execução dos seus membros condenados por terrorismo, apresentando-os como «mártires».

Roy Hattersley pelos trabalhistas e Roy Jenkins, pelos sociais-democratas, com também o antigo primeiro-ministro Edward Heath pelo clã dos conservadores «calados», exprimiram o seu total desacordo com Brittan.

O actual secretário para a Irlanda do Norte, James Prior, um dos «calados» que ainda pertence ao Gabinete, declarou-se ele próprio, pouco antes do debate, hostil à pena de morte, considerando que esta faria o jogo do IRA e do INLA provisório, os dois principais grupos armados nacionalistas do Ulster.

Para "suster" pacifistas

Parlamento da RFA reforçou poderes da Polícia

Os pacifistas alemães ocidentais são o alvo directo do projecto de lei ontem aprovado em Conselho de Ministros sobre o direito de manifestação, que reforça consideravelmente os poderes da Polícia.

Este projecto, em relação ao qual chegaram a acordo finalmente os ministros do Interior, Friedrich Zimmermann, e da Justiça, Hans Engelhard, poderá, com efeito, reduzir consideravelmente as possibilidades de os pacifistas se manifestarem contra a eventual implantação de europeus na RFA este ano, salientam os observadores.

Isto apesar de o projecto não dever ser votado pelo Parlamento antes de Outubro, época em que as primeiras grandes mani-

festações pacifistas devem começar.

Outras manifestações estão, contudo, previstas para os três últimos meses deste ano.

O texto prevê essencialmente que qualquer pessoa que não obedeça às ordens da Polícia para se afastar de uma manifestação próxima da violência, será passível de sofrer as consequências da acção. As penas poderão atingir um ano de prisão.

Os legisladores querem impedir que se repitam acontecimentos como os de Krefeld, em que manifestantes mascarados apedrejaram o cortejo oficial do vice-presidente americano, George Bush, e provocaram confrontos com a Polícia que causaram várias dezenas de feridos.

Por outro lado, o projecto não prevê, por ora, a interdição do porte de máscaras, apesar de Zimmermann o reclamar vigorosamente.

Na realidade, a Polícia, logo que a lei for votada, poderá intervir quando achar necessário, para dominar os grupos considerados incontroláveis.

Polícia e «Verdes» estão contra

O projecto levantou já uma tempestade de protestos. Os «Verdes» fizeram saber que recusam toda e qualquer tentativa para dividir o movimento pacifista. Para os «Verdes», mesmo os «elementos violentos» são parte integrante do movimento.

A própria Polícia não está de acordo com o projecto. Guenter Schroeder, presidente do Sindicato da Polícia da RFA, afirmou que esta lei «poderia criminalizar um grande número de cidadãos inocentes e em breve seria preciso abrir os estádios para lá meter as pessoas detidas, pois serão numerosas».

Para a Confederação dos Sindicatos alemães ocidentais (DGB) a lei «visa unicamente deturpar os pacifistas».

Os legisladores arriscam-se, com efeito, a reforçar os laços de solidariedade entre os diferentes movimentos autónomos e a fazer ressurgir as acções violentas de grupos desmembrados após o desaparecimento dos seus principais dirigentes.

Ao receber delegação palestina

Gromyko considerou inadmissíveis querelas internas na OLP

O ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko, considerou «inadmissíveis» as querelas internas na OLP, ao receber ontem, em Moscovo, Faruk Kadumi, chefe de uma delegação palestina em visita oficial à capital soviética.

Gromyko, cujas palavras são citadas pela agência oficial TASS, considerou «inadmissível» que hajam controvérsias e querelas internas entre os palestinos face ao agressor israelita. Estas enfraquecem as forças palestinas e desunem as fileiras árabes», acrescentou Gromyko.

As divergências no seio da OLP «podem e devem ser superadas através do diálogo», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, sublinhando

ainda «a necessidade de estreitar a cooperação entre a OLP e os Países Árabes progressistas».

Por outro lado, os dois dirigentes, rejeitaram categoricamente o plano Reagan para o Médio Oriente.

Um comunicado conjunto distribuído em Moscovo, o segundo emitido por um líder palestino e por dirigentes soviéticos que não mencionam o nome de Yasser Arafat, presidente da OLP, salienta que a situação no Médio Oriente se agravou devido à persistente «agressão israelita, com o apoio de Washington, contra os palestinos e outros povos árabes».

No comunicado condena-se o acordo israelo-libanês sobre o Líbano e frisa-se que a URSS e a OLP «repudiam os planos de

Washington para espezinhar os direitos nacionais palestinos».

Retirada parcial israelita

O chefe do Estado-Maior israelita, general Moshe Levy, confirmou ontem à noite que as tropas israelitas recuarão «num primeiro tempo» até à ribeira de Awali, no quadro do redeslocamento das tropas israelitas no Líbano.

É a primeira vez, acentuam os observadores, que a linha de redeslocamento é designada ao mais alto nível militar situada na ribeira de Awali, de entre todas as outras linhas possíveis de que a Imprensa israelita fez menção há algumas semanas.

Ao longo de uma entrevista à televisão israelita, o general Levy, aludindo além disso aos recentes atentados contra forças israelitas no Líbano, não afastou «uma certa forma de acção preventiva destinada a frustrar planos de ataques».

O general Levy, que recusou fornecer mais pormenores quanto a estas opções militares, não quis comentar também uma declaração do ministro israelita da Defesa, Moshe Arens, segundo a qual «Tsahal» (exército israelita) reagirá no Líbano com infinitamente mais força que a dos atentados cometidos contra ele».

Arens havia produzido estas afirmações na terça-feira na sequência de uma viagem no Sul do Líbano.

Diplomata turco abatido esta manhã em Bruxelas

Um diplomata turco foi morto a tiro esta manhã, cerca das 10h 30m locais (9h 30m em Lisboa), em Bruxelas, na Avenida Franklin Roosevelt, no bairro das embaixadas, informou à agência «AFP» uma fonte policial. O atentado ainda não foi reivindicado, mas os observadores consideram provável tratar-se de mais uma acção do Exército Secreto da Libertação da Arménia.

JUGOSLAVIA

Circuito da
COSTA ADRIÁTICA

8 OU 15 DIAS

AVIAO E AUTOPULLMAN — VISITANDO

ZAGREB • LJUBLJANA • POSTOJNA • PLITVICE • ZADAR

SPLIT • DUBROVNIK • MOSTAR • SARAJEVO • BANJA LUKA

PARTIDAS 3 JUN - 15 JUL - 5, 12, 19 e 26 AGO - 2 e 9 SET

8 OU 15 DIAS

DUBROVNIK

PARTIDAS 5, 12, 19 e 26 AGOSTO 2 e 9 DE SETEMBRO

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

DESE 1840

PEÇA-NOS PROGRAMA DETALHADO

abreu

LISBOA - Avenida da Liberdade, 160 Tel. 371341

LISBOA - Avenida de Roma, 66 - B Tel. 803609

ALMADA - Rua de Oliveira, 9 - C Tel. 2756272

PORTO - BRAGA - COIMBRA - FARO - PORTIMÃO - FUNCHAL

SENHOR AUTOMOBILISTA

O ESCAPE ESTÁ ROTO!...
A CHAPARIA DO CARRO APODRECEU!...

Pensando em si, o VOLANTE DE BENFICA, LDA, na Estrada da Damaia 20 A/B, junto ao Mercado, às Portas de Benfica, Tel. 703280, equipado com o mais moderno equipamento, em poucos minutos monta-lhe um escape novo da afamada marca Bortex.

Ali encontrará também quase toda a espécie de chaparia auto (portas, painéis, guarda-lamas, capotas, pára-choques, grelhas, emballeiras, etc).

Está aberto aos sábados das 9 às 13 horas.

ouro

TODOS OS OBJECTOS
MESMO DANIFICADOS, CAUTELAS
DE PENHOR, MOEDAS, PRATAS
• COMPRO A P/ PAGAMENTO. •
das 10 às 12h e das 14 às 18h.

Av. Almirante Reis 175-17 (cinema IMPÉRIO)
VICTOR - tel. 53 82 20

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 5.º JUÍZO ANÚNCIO

Por este Tribunal do 5.º Juízo Cível — 3.ª Secção nos Autos de Execução de Sentença Processo n.º 5046-A/82 que a Exequente — Sociedade Portuguesa do Ar Líquido (ARLIQUIDO), SARL com sede em Lisboa na Rua da Quinta do Almaraz, 14, move contra o Executado, JOSÉ PEREIRA TAVARES, residente no Lugar, Gamilhos, Aljubarrota-Alcobaça, correio editos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado, para no prazo de DEZ DIAS, posterior aos editos virom à execução deduzir os seus direitos tendo sido penhorado um sexto do seu vencimento. Lisboa, 28 de Junho de 1983.

O JUIZ DE DIREITO,
a) Eduardo Nunes da Silva Baptista

O ESCRIVÃO-ADJUNTO
a) Carlos Manuel Baptista

D.L. — 11/7/83 — 2.ª Publicação

Comarca de Lisboa — 4.º Juízo Cível

4.º Juízo 3.ª Secção Proc.
n.º 253-A

ANÚNCIO EDITAL

SEGUNDA PRAÇA

O Doutor ALÍPIO DUARTE
CALHEIROS JUIZ DE DIREITO DO
4.º JUÍZO CÍVEL DE LISBOA

Faz saber que no dia 18 do próximo mês de Outubro pelas 10 horas, neste tribunal há-de ser posto em praça para ser arrematado por metade do valor indicado os bens abaixo identificados, penhorados ao executado Urbaco — Construções e Urbanizações, Lda, na execução sentença que lhe move Henrique Manuel Fialho França Machado e de que é depositário Aurélio Martins Soares, domicílio Rua Brancamp, 52 e residente Rua João Ortigão Ramos, 31-5.º Lisboa.

BENS A ARREMATAR
VERBA ÚNICA

Uma Máquina Fotocopiadora, marca Rank Xerox modelo 2 300, avaliada em 400 000\$00 (quatrocentos mil escudos).

Lisboa, 8 de Julho de 1983

O Juiz de Direito,
Alípio Duarte Calheiros

A Escriutaria,
Maria Alice Ramos

D.L. — 14/7/83 — 1.ª Publicação



HENRIQUE PINTO

Sua mulher, afilhado e mais família participam o seu falecimento e que o seu funeral se realiza amanhã, dia 15, às 11 h da Igreja dos Jerónimos para o cemitério de Carnaxide.



HENRIQUE PINTO Sócio gerente da «Livraria Portugal»

FALECEU

A LIVRARIA PORTUGAL cumpre o doloroso dever de participar o falecimento do seu querido gerente, realizando-se o funeral sexta-feira dia 15, às 11 h da Igreja dos Jerónimos para o cemitério de Carnaxide.

Escaramuça evitável numa guerra imprescindível

Continuação da pág. 5

caram «graciosamente», toca os limites do insulto para o povo checoslovaco que contribuiu, pessoa por pessoa, de acordo com os seus desejos, até cobrir as despesas da conferência: mais de 60 milhões de coroas (700 000 contos, ao câmbio oficial). Povo que, por isso, se privou de algumas coisas durante um ano, para as poder dar aos seus hóspedes, nesta altura. Povo que os recebeu com a maior dignidade e confiança e lhes mostrou no território inteiro e com todas as inteligências, desde as crianças aos anciãos, uma autêntica, variada e imaginativa campanha pela Paz. Povo que, como recompensa envenenada, leu depois os comentários fáceis e imaturos dalguns. Povo que foi a primeira vítima de Hitler, o maior criminoso da História, e que lembrará sempre Lidice, onde o exército daquele (passe-se: um exército!) assassinou a população inteira, não poupando (abjeção das abjeções!) as crianças. Povo que perdeu, só na última guerra, mais de 420 mil vidas.

Quem é, pois, neste País e nestes jornais, que tem autoridade de qualquer espécie para lançar alguma dúvida sobre os reais desejos de Paz dum tal povo e das pessoas que a ele acorrem, para a defender?

PORQUE é que, ao contrário, não se estranha que os pais

ses do **bloco liderado pelos EUA** (como diz o editorial) não organizem assembleias da Paz e não convoquem, graciosamente ou não, milhares de participantes? Que trava a França para os convocar a Paris, ou a Inglaterra a Londres? Muitos dos que estiveram em Praga até seriam capazes de correr os riscos de uma qualquer das selvas urbanas dos EUA, se este país realizasse, aí, a sua assembleia da Paz. Mas duvido que tal oportunidade surja algum dia, porque, se os seus movimentos de paz são muito fortes (estiveram em Praga 250 delegados americanos) e autores de ideias fundamentais, como a proposta de congelamento das armas nucleares, não dispõem, como os checos, do apoio da estrutura estatal, apenas «desfrutando» da atenta e patriótica animosidade do presidente Reagan e seus especiosos e irrequietos prosélitos.

Como condimento muito apreciado, de efeito seguro por muito experimentado, usa o articulista alegadas restrições das autoridades checas a certas actividades das televisões ocidentais, dos habituais dissidentes, dos pacifistas «autónomos». etc.

Por acaso, algo posso ajudar a esclarecer neste campo, porque dois portugueses falaram, casual mas livre e publicamente, numa cervejaria, com dois elementos da Carta 77 na presença, também ocasional, de alguns soldados. A liberdade da sua cir-

culação e comunicação com nacionais e estrangeiros não pôde ser negada e acabaram por concordar em que, embora aceitável que discordassem do regime, a Paz estava acima de tudo. Os soldados ouviram e apreciaram.

Quanto à manifestação dos cerca de 400 jovens (há quem refira 200), só sei o que diz o jornal. Mas pergunto se o jornalista tentou verificar se ela estava legalizada. É que, cá e mesmo na livre Inglaterra, isso é imprescindível. Neste democrático país, até é possível haver mortos pela Polícia especializada, quando tal não se verifica, não é verdade? Dez rapazes identificados, depois de terem ido 400 até ao Parlamento, e berado todos, o que muito bem entenderam, **inesperadamente**, é muita benevolência, mesmo para os parâmetros ocidentais, este jardim à beira-mar plantado incluído. Aliás, que representam eles em 200 000 manifestantes a favor da Paz?

Não desejo, porém, deixar-me desviar do que interessa, como resultado da Assembleia Mundial. Em primeiro lugar, há que realçar a abertura das discussões, que foi total, o que transporece, aliás, na linguagem adaptada do apelo final. Depois, a persistente orientação dos trabalhos no sentido de pôr os cerca de 3000 participantes a dialogar, ainda que em grupos variáveis conforme as circunstâncias; a simples adopção da palavra

«diálogo» na estrutura da Conferência, nas funções tradicionais da comissão, é sintomática dum objectivo que foi sempre procurado, embora, obviamente, nem sempre conseguido.

Por fim, realçou-se a relação do problema das armas nucleares com a solidariedade dos povos em luta pela sua emancipação em todo o Mundo (do Médio Oriente à África Austral e à América Latina) e as suas consequências nos domínios da economia e do progresso; o apelo diz:

«Provocam-se do exterior conflitos militares entre diversos países, impedindo, assim, que os povos vejam realizadas as suas justas aspirações à independência política e económica, à soberania nacional e à integridade territorial, e pondo em risco a paz mundial.»

E termina:

«Paz, Liberdade, Independência e Prosperidade para todas as Nações».

Mas, para a opinião pública, o que julgo que interessa seria, o correcto dum ponto de vista do rigor e independência da informação, era que os jornais estapassem nas suas páginas o apelo, tão claro ele é tão pouco espaço ocuparia. Cada leitor julgaria, por si. Aqui fica o repto à objectividade da imprensa portuguesa.

João Cunha Serra



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA E EXPORTAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Mafra em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º 1/6000, arquivo 9, para o estabelecimento no concelho de Mafra, de uma modificação da linha mista a 10 Kv, n.º 1272 (1.º troço) com a montagem dum troço misto com 3 241 metros, parte aérea com 3 091 metros e parte subterrânea com 150 metros, do PST n.º 2 930 em Mafra ao PT n.º 2 943, na Murgeira.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 28 de Junho de 1983.

O Engenheiro Director,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA E EXPORTAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º 1/2376, arquivo 96, para o estabelecimento na freguesia de Tancos, concelho de Vila Nova da Barquinha, de uma linha mista a 30 Kv, com 462 metros, parte aérea com 368 metros e parte subterrânea com 94 metros, do poste n.º 4, da linha para o PT da Base Aérea n.º 3 de Tancos, ao posto de transformação n.º 3 da E.P.E.-Escola Prática de Engenharia, no Bairro dos Sargentos, em Tancos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 28 de Junho de 1983.

O Engenheiro Director,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 16.º JUÍZO ANÚNCIO

FAZ-SE SABER que nos autos de Execução de Sentença n.º 585-A, que correm termos na 3.ª Secção deste Juízo, em que é exequente Sociedade Portuguesa de Ar Líquido (ARLIQUIDO) SARL e executada PONCAR-INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E COMÉRCIO Lda, foi designado o dia 12 de Outubro próximo, pelas 17.30 horas, na Secretaria deste Tribunal, para a abertura das propostas em carta fechada apresentadas pelas pessoas interessadas na compra do seguinte prédio penhorado: Terreno no sítio do Sisudo, freguesia do Vale da Pinta, concelho do Cartaxo, com um pavilhão de 770 m2, e uma edificação destinada a escritório e serviços sociais com 200 m2, confrontando do norte com Gertrudes RI-

cardo, sul com José Gilro, nascente serventia e poente estrada, inscrito na matriz sob o Artigo 104 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Cartaxo sob o n.º 19511 a fls. 55, ao L.º B-50.

As propostas devem mencionar preço superior a 11.800 contos, já oferecido pelo credor BANCO NACIONAL ULTRAMARINO.

Lisboa, 5 de Julho de 1983

O JUIZ DE DIREITO

(a) Manuel Luis Pinto de Sá Ferreira

O escrivão adjunto,

(a) Caetano Afonso Mendes

D.L. — 14/7/83 — 2.ª Publicação



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA E EXPORTAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º e nas Secretarias das Câmaras Municipais dos Concelhos de Barreiro e Moita em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-EDP, Direcção de Distribuição Sul, a que se refere o processo n.º 1/4297, arquivo 688, para o estabelecimento na freguesia de Fátima, concelho do Barreiro e freguesias de Alhos Vedros e Moita, concelho da Moita, de uma linha aérea [LI 60-10 Coima-Moita] a 60 Kv, entre a subestação de Coima [SE 60-2 Coima] e a subestação de Moita [SE 60-14 Moita], com 6 780 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, ou nas Secretarias daquelas Câmaras Municipais, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 16 de Junho de 1983.

O Engenheiro Director,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes

PROCURE

zonas sem rebentação
ou remoinhos



Impasse na situação da Setenave

Os trabalhadores da Setenave acusaram o Governo de «usar o diálogo apenas como manobra de diversão» e «nada ter adiantado no respeitante à resolução concreta dos problemas da empresa».

Numa concentração ontem efectuada nos estaleiros da Setenave, em Setúbal, os trabalhadores responsabilizaram o Governo pela situação criada «que visa a aplicação das exigências dos grandes monopólios da CEE, numa clara submissão aos interesses imperialistas em confrontação com os interesses dos trabalhadores e do País».

Entre os problemas apontados avulta o saneamento económico-financeiro da empresa, a consolidação da carteira de encomendas, o desbloqueamento dos contratos de três graneleiros e dos Panamax, e a garantia do pagamento dos vencimentos e da manutenção dos postos de trabalho para além do mês de Agosto.

Os trabalhadores da Setenave manifestaram a sua «firme vontade» de lutar pela defesa da nacionalização da empresa e mandatarão os seus órgãos representativos para decidirem, com base na proposta aprovada na última assembleia geral de trabalhadores, sobre as acções de luta a levar à prática proximamente.

CTT Elementos da CNS impedidos de entrar na empresa

Três elementos da comissão negociadora sindical dos CTT estão desde ontem à noite impedidos de entrar na sede da empresa, na Rua de S. José, que mantém os portões principais fechados.

De qualquer forma, os restantes membros da CNS continuam, desde ontem, dentro da empresa aguardando uma reunião com o presidente do conselho de administração dos CTT.

Tudo isto se deve à recusa dos gestores a negociar o acordo colectivo de trabalho da empresa.

A Federação dos Sindicatos das Comunicações e Telecomunicações havia, entretanto, anunciado ontem a realização de uma greve geral nos CTT para os dias 28 e 29, caso o ACT não esteja negociado até aquela data.

Os trabalhadores reivindicam a negociação imediata da revisão salarial e do regulamento das obras sociais da empresa e não abdicam da autonomia do processo negocial. A actual proposta de revisão do ACTV, salarial e global, foi entregue à administração em 8 de Março e esta respondeu a 29 de Junho.

A administração impôs, porém, como condição para iniciar as negociações a 26 de Julho, só terminar o acordo salarial quando terminar a negociação do ACT global.

De acordo com um porta-voz sindical, tal imposição é inaceitável pelos trabalhadores pelo facto de a administração ter nomeado um negociador estranho à empresa, «que desconhece totalmente o funcionamento dos CTT», o que levará a que dificilmente as negociações do ACT global terminem este ano.

Os trabalhadores reivindicam um aumento salarial de 26/27 por cento e a administração contrapõe com 16 por cento.

GNR e PSP ocuparam a Lisnave

Continuação da pág. 1

nas instalações da Lisnave, onde se reuniu com a administração, não tendo aceitado prosseguir as negociações enquanto se mantivesse o forte contingente policial, constituído por forças da GNR, PSP e Polícia de Intervenção.

Esta reunião havia sido marcada ontem pelo ministro do Trabalho, e tudo levava a crer que o conflito estaria em vias de solução, já que Amândio de Azevedo ter-se-ia mostrado favorável a uma alteração da posição até agora mantida pela administração. Mas, segundo Joaquim Moutaco, da CT, os trabalhadores foram esta manhã, surpreendidos pela intervenção policial e «não estamos dispostos a negociar nestas condições».

No conflito existente na Lisnave o único ponto de divergência que ainda subsiste refere-se à data de regularização dos salários em atraso.

Até ao fim da manhã, os representantes dos trabalhadores encontravam-se na delegação de Almada do Sindicato dos Metalúrgicos aguardando um contacto com a administração, para uma reunião fora dos estaleiros.

Esta manhã chegou a constatar que um trabalhador dos 30 que, terminado o seu turno, conseguiram ficar nas instalações da empresa, teria sido espancado pela Polícia. Mas tal foi desmentido pelos bombeiros de Cacilhas, que ali deslocaram uma ambulância. Tratava-se, disseram, de um

tripulante ferido de um navio iraquiano.

Segundo um elemento da CT, os representantes dos trabalhadores, quando esta manhã se dirigiam para a reunião com a administração foram insultados pela Polícia. «Porcos», foi a expressão usada. E uma ameaça: «Se vocês não se calam, desfazemo-vos em porrada». Perante esta provocação, os trabalhadores souberam manter-se calmos e não deram nenhuma resposta. Daí o facto de não se ter registado qualquer incidente.

A Polícia também impediu que os carros de som continuassem a circular em Almada, a fim de esclarecerem a população das razões de luta que os trabalhadores da Lisnave neste momento travam.

Por outro lado, forças policiais montavam vigilância no exterior, bloqueando estradas nomeadamente em Águas de Moura, Coima, Setúbal, para impedir que trabalhadores de outros estaleiros afluíssem à Margueira.

CGTP toma posição

Entretanto a CGTP-Intersindical considera «de extrema gravidade a decisão governamental de ocupar hoje a Lisnave com forças policiais, enviando para o conselho de Almada um aparato repressivo sem justificação».

Um porta-voz da Comissão Executiva da CGTP disse que os trabalhadores das principais empresas do distrito de Setúbal estão a ser informadas pelas estruturas sindicais da



situação que se vive na Lisnave, o mesmo podendo vir a acontecer na cintura industrial de Lisboa.

O dirigente da Intersindical sublinhou que «esta actuação na Lisnave é a negação do diálogo social que o Governo apregoa» e a «CGTP irá tomar medidas no sentido de contrariar esta actuação governamental».

O porta-voz da central sindical afirmou que uma delegação da Comissão Executiva da CGTP-Intersindical «vai ao local imediatamente para se inteirar da situação e intervir junto de quem de direito para pôr imediatamente termo à situação».

Solidariedade

Numa imediata acção de solidariedade, os trabalhado-

res da «Parry and Son», estaleiro situado junto à Lisnave decidiram antecipar a greve prevista para a tarde de hoje e manifestaram-se solidários com os seus companheiros da Lisnave.

«Face à situação de repressão policial desencadeada pelo Governo, os trabalhadores da «Parry and Son» decidiram solidarizar-se com a luta da Lisnave», disse um elemento da CT da empresa.

Recorde-se que os 735 trabalhadores da Parry vivem presentemente uma situação semelhante à dos seus colegas do outro estaleiro, uma vez que até agora só recebiam metade dos salários de Maio.

Situação difícil

A Lisnave deverá ter este

ano pelo segundo exercício consecutivo, um prejuízo da ordem dos cinco mil milhões de escudos, a manter-se a situação nos mercados — afirma a ANOP citando uma fonte do estaleiro.

Em 1981, a empresa facturou 10,8 mil milhões de escudos, mais de 90 por cento em moeda estrangeira, e obteve um resultado do exercício positivo em 50 milhões de escudos.

No ano passado, em virtude da degradação do mercado, a empresa teve de reduzir drasticamente a actividade, facturando 5,8 mil milhões de escudos e apresentando um prejuízo de 5 mil milhões.

Em Dezembro do ano passado a empresa chegou a estar a funcionar a 10 por cento da sua capacidade.

Para este ano a empresa elaborou uma previsão de facturação de nove mil milhões de escudos e apontava para um prejuízo de dois mil milhões que deverá ser largamente ultrapassado, devido à degradação do mercado particularmente, a partir de Abril deste ano.

A administração considera impossível a sua sobrevivência nestas condições pelo que enviou um documento ao anterior Governo, aos responsáveis pelo actual Governo e ao Presidente da República, solicitando apoios, designadamente de natureza financeira, para apoiar o redimensionamento da empresa e a sua adaptação às condições do mercado.

Segundo a CGTP

Política do Governo desmente intenção de diálogo

A CGTP-IN não se considera satisfeita com os resultados dos contactos que tem mantido com o Governo uma vez que na última reunião realizada no passado dia 12 não foi dada resposta «positiva e concreta» às questões por si anteriormente levantadas.

Por outro lado, a Intersindical acusa o Executivo de Mário Soares de prosseguir uma acção que «é em si mesma contraditória com a intenção do diálogo social e é ao mesmo tempo limitativa da eficácia do próprio diálogo».

Em conferência de Imprensa esta manhã realizada a central sindical justificou a sua afirmação dando como exemplo as medidas já tomadas pelo Governo que «teima em prosseguir a mesma política de ruína, procurando atingir objectivos que os governos AD não foram capazes de concretizar».

A propósito referiu a desvalorização do escudo, a subida dos preços dos bens essenciais, o aumento dos combustíveis, a suspensão dos investimentos no sector público que, em sua opinião, têm como consequência imediata «o aumento do endivi-

damento externo, a quebra do investimento e agravamento do custo de vida».

Por outro lado, refere a CGTP, a decisão de abrir ao grande capital a banca, os seguros, os cimentos e os adubos, de alterar a legislação laboral e de restringir os direitos de negociação colectiva dos trabalhadores da Função Pública «configura o agravamento dos efeitos da política da AD, procurando concretizar objectivos que foram travados pela luta dos trabalhadores».

Na ocasião, a central sindical manifestou a sua preocupação pela actuação do ministro da Administração Interna que «ameaça os trabalhadores pondo em causa os direitos de reunião e manifestação, constitucionalmente consagrados». A propósito, foi citada a «repressão desencadeada esta madrugada contra os trabalhadores da Lisnave» considerada como uma «outra face da grave actuação do Governo».

Depois de considerar a política do Governo como «um factor condicionante das potencialidades da via da negociação e do diálogo», a CGTP adianta que

«mais importante do que a criação de novos aparelhos ou instituições, importa que as reuniões com o Governo sejam viradas para a resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, tanto os imediatos como os de médio prazo».

De qualquer forma a central sindical está na disposição de prosseguir as reuniões com o Governo «para tentar resolver na via do diálogo os problemas dos trabalhadores». «É com esse espírito que encara a próxima reunião marcada para dia 3 de Agosto».

De qualquer forma a CGTP opor-se-á a que se pretenda utilizar o «diálogo social» com o objectivo de manter os trabalhadores enquanto se atacam os seus direitos e interesses, referiu um elemento da central.

Finalmente a Intersindical afirma que «se o Governo não der resposta concreta aos problemas não restará outro caminho aos trabalhadores que não seja desenvolver a luta na plenitude da utilização dos seus direitos democráticos e constitucionais».

Acordo salarial na Casa da Moeda

A greve dos trabalhadores da Imprensa Nacional — Casa da Moeda marcada para sexta-feira foi ontem desconvocada na sequência do estabelecimento de um acordo salarial — refere a ANOP citando um porta-voz sindical.

O intermediário referiu que em reunião de negociações ontem realizada, a Casa da Moeda e a Federação das Indústrias de Celulose, Papel e Gráfica estabele-

ceram um acordo salarial para vigorar até Agosto de 1984, com aumentos de 20 por cento retroactivos a Janeiro e mais 11 por cento a partir do início do próximo ano.

As diuturnidades, na base deste acordo — acrescentou — são aumentadas de 870 para 1050 escudos, entre Janeiro e Dezembro deste ano, e para 1250 escudos entre Janeiro e

Agosto do próximo.

Os subsídios de férias do próximo ano serão pagos em função das negociações para a revisão em Agosto do acordo agora estabelecido — disse a mesma fonte.

A extensão destes valores até Agosto de 1984 resulta de o primeiro acordo na Imprensa Nacional — Casa da Moeda datar de Agosto de 1982.

Desconvocada a greve na Rodoviária Nacional

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos (FESTRU) suspendeu esta madrugada a greve marcada para a Rodoviária Nacional.

A paralisação, com início previsto para as três horas de hoje, foi suspensa depois de uma reunião entre a Federação Sindical e o Conselho de Gerência da RN «em que foi possível chegar a um acordo de princípio».

Segundo um informador da FESTRU, o acordo conseguido «embora não atinja na totalidade as pretensões da Federação é, no entanto, um notável avanço das posições do CG, nomeadamente a garantia da vigência de 12 meses e no valor da tabela salarial de 19 por cento». De qualquer forma caberá agora aos trabalhadores a aceitação ou não do acordo uma vez que será um plenário do pessoal da RN a tomar a posição final sobre a questão.

Carris

Entretanto, plenários de delegados sindicais e de trabalhadores da Carris havia decidido ontem suspender a greve convocada para hoje na empresa. Na ocasião foi aprovada a substituição desta forma de luta por outras «que permitam evitar maiores transtornos às populações». Esta manhã realizou-se uma concentração de trabalhadores frente às instalações da comissão administrativa da empresa, em Santo Amaro, durante a qual foi entregue um abaixo-assinado protestando contra o «impasse» nas negociações contratuais pelo qual responsabilizam a administração e os «sindicatos afectos à UGT».

A propósito da situação nos transportes chama-se a atenção dos leitores para a publicação hoje, na página 16, de um artigo de opinião sobre o assunto.

Hotelaria

MT convocou reunião de conciliação para dia 18

A Federação da Hotelaria e Turismo que tem uma greve do sector marcada para o próximo dia 20, anunciou ontem, que o Ministério do Trabalho, a convocou para uma reunião de conciliação a realizar no dia 18, às 15 horas.

Aquela estrutura sindical irá comparecer à referida reunião e «declara a sua disponibilidade para a negociação, mas exige seriedade e boa fé no comportamento negocial do patronato».

Quanto à greve, adianta a Federação, só será desconvocada se houver «uma alteração das posições e propostas do patronato». De qualquer forma, os sindicatos lamentam que o MT tivesse «protelado por tanto

tempo a convocação das partes para uma tentativa de resolução do conflito».

Entretanto, tem prosseguido a bom ritmo a preparação da greve para o que já foram realizados cerca de 30 plenários de trabalhadores, uma assembleia de delegados sindicais estando uma outra convocada para o dia 18 e efectuadas inúmeras colagens de cartazes à porta dos hotéis bem como distribuídos mais de cinco mil comunicados.

Nas empresas com o maior número de trabalhadores realizaram-se já reuniões com as comissões intersindical da Torralta, Estoril-Sol, PPTZ, Sheraton, Penta, Roma e SAAL «com vista a garantir e reforçar a mobilização».

- Poderia render o triplo

O imposto de turismo em Cascais atinge 60 mil contos

O imposto de turismo no concelho de Cascais deverá gerar este ano receitas de 60 milhões de escudos, mas poderia gerar o triplo, disse hoje no Estoril a presidente da Câmara de Cascais.

Helena Roseta participou num encontro com os hoteleiros da Costa do Estoril com o ministro do Comércio e Turismo, Álvaro Barreto e com o secretário de Estado do Turismo, Joaquim Ferreira do Amaral, para analisar os problemas com que se debate esta região em matéria de turismo.

Álvaro Barreto, disse que o Governo já pediu autorização à Assembleia da República para legislar no sentido de garantir mecanismos de controlo de recolha das receitas deste imposto, para além de devolver aos organismos locais (Câmara e Junta de Turismo da Costa do Estoril) as receitas a que têm direito, em virtude deste imposto (50 por cento para cada entidade).

Disse que o Governo está a estudar os principais dossiers e prometeu que dentro de dois a três meses serão divulgados as opções sobre os principais problemas na área do turismo.

Os hoteleiros manifestaram ao ministro a sua posição no sentido de a concessão do jogo do Estoril ser efectuada mediante um concurso público como forma de obtenção do maior volume possível de receitas para aplicar na zona.

Alguns hoteleiros manifestaram-se a favor da transformação da Junta de Turismo da Costa do Estoril, em Comissão Regional de Turismo, englobando outros concelhos, para além de Cascais. Helena Roseta esclareceu que existem contactos neste sentido com as edilidades de Oeiras, Mafra e

Sintra.

O presidente da junta, César Torres, disse que já estão em curso obras no valor de 400 milhões de escudos, financiadas nomeadamente através do Fundo de Turismo, com verbas provenientes do jogo, que vão desde a construção de um complexo de ténis, ao museu automóvel, a duas piscinas atlânticas e a readaptação do antigo Casino do Estoril para funcionar como palácio de congressos.

Os hoteleiros da zona do Estoril consideraram fundamental a construção de um palácio de congressos, capaz de atrair as reuniões de grandes organizações mundiais e atenuar o carácter de sazonalidade do turismo na zona.

Também frisaram a necessidade da construção da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, para que Portugal seja internacionalmente reconhecido na área da formação profissional.

Durante a reunião Helena Roseta, disse que a Câmara de Cascais está a debater com a Junta Autónoma de Estradas e a BRISA um novo trajecto para a auto-estrada, ou uma via-rápida de Lisboa até Oeiras e parte do concelho de Cascais, seguindo para Sintra.

Marinas em estudo

O ministro do Comércio e Turismo disse que já está em curso um estudo sobre a possibilidade de racionalizar toda a actividade de promoção turística no exterior, considerando que, face aos poucos recursos financeiros do País, não faz sentido ter na mesma cidade um escritório da TAP outro da Direcção-Geral de Turismo e eventualmente outro de outras estruturas.

Bancos privados vêm a caminho

O Banco do Nordeste será o primeiro banco privado a ser criado na sequência da próxima publicação da nova lei de delimitação dos sectores produtivos. Segundo o semanário «O Tempo», os promotores do futuro banco vão convidar a participar as Câmaras Municipais de Trás-os-Montes e Alto Douro, núcleos de emigrantes e personalidades da região residentes em Lisboa. O Banco, que terá em princípio um capital de 1 milhão

de contos, instalara uma filial em Lisboa, outra no Porto e agências em todas as sedes de concelho de Trás-os-Montes.

À espera da abertura do sector bancário à iniciativa privada estão também, segundo a mesma fonte, o Banque Nationale de Paris e o Hannover Trust Bank, dos EUA. Finalmente, fala-se também na possível transformação em banco da Sociedade Portuguesa de Investimentos.

Em todo o mundo as empresas de transportes públicos são deficitárias

Os trabalhadores dos transportes não devem pagar o que compete ao Estado

Os Governos da AD, em especial o último, pretendem que os trabalhadores das empresas de transportes públicos fossem contemplados com aumentos salariais muito inferiores aos aumentos dos preços dos produtos de consumo corrente. O mesmo está a verificar-se, em parte, com o Governo PS/PSD.

O argumento utilizado para impor essa situação baseia-se no prejuízo a que estas empresas estão sujeitas, dando-se a entender que a responsabilidade pertence aos trabalhadores. Esse prejuízo, aliás, dá lugar às chamadas «indenizações compensatórias» entregues pelo Estado.

No entanto, nunca esses Governos esclareceram o País de que em todo o Mundo as empresas de transportes públicos são deficitárias, e só deixarão de sê-lo se os preços dos bilhetes foram exorbitantes para o serviço social que essas empresas prestam. Dai o ter surgido o conceito universal de «indenizações compensatórias». Isto é, os poderes públicos indemnizam as empresas pelo prejuízo que sofrem ao prestarem um serviço social.

Vejamos o montante destas indenizações em alguns países (Grã-Bretanha, RFA, França, Canadá, EUA, Espanha, Suécia, Finlândia, Bélgica, Áustria, Holanda, Suíça, Itália e Irlanda) em resultado de um inquérito da UITP (Union Internationale des Transports Publics). No quadro I apresenta-se a percentagem das empresas inquiridas que recebem indenizações atingindo certos montantes em percentagem dos seus custos totais.

No estrangeiro

Verifica-se que é muito elevada a percentagem de empresas que recebe um montante elevado de apoio e que está a crescer esta percentagem. A percentagem de empresas que recebe mais de 40% dos seus custos totais em «indenizações compensatórias» foi de 75% em 1979. Note-se o salto verificado de 1971 para 1975, em resultado do grande aumento dos preços do petróleo em 1973.

Vejamos o montante atribuído a algumas empresas portu-
gasas de transportes públicos no quadro II.

Percentagem das empresas

Montante das indenizações em percentagem dos custos totais	1971	1975	1977	1979
Até 20%	30,4	20,0	2,3	—
21-40%	39,1	36,7	34,9	25,0
41-60%	26,1	36,7	37,2	43,2
mais de 60%	4,4	16,6	25,6	31,8

Países: Grã-Bretanha, RFA, França, Canadá, EUA, Espanha, Suécia, Áustria, Holanda, Suíça, Itália e Irlanda

Quadro I - Percentagem das empresas por classes de percentagem de apoio dos poderes públicos

Empresas	1977	1978	1979	1980	1981
Carris	26,5	26,7	28,2	32,3	46,2
STCP (Porto)	31,8	27,7	29,6	—	—
Rodoviária Nacional	19,0	19,3	17,9	5,8	12,7
CP	51,1	55,3	48,1	39,9	53,3

Quadro II - Apoio dos poderes públicos em percentagem dos custos totais em Portugal

Observa-se que os valores nacionais são baixos em termos mundiais nos mesmos anos, tendo mesmo baixado em 1980 em algumas empresas elevando-se depois em 1981.

Repare-se que na CP se atingem os valores mais altos. A revista «The Economist» publicou em 30/12/78 um artigo sobre os défices das empresas europeias de caminhos-de-ferro. Referiam-se défices de cerca de 2 bilhões de dólares por ano na RFA e de 3 bilhões em França.

No mesmo artigo mostrava-se uma tabela publicada em 1975 pela Conferência dos Ministros dos Transportes europeus, em que se verifica que os subsídios entregues às empresas vão desde 20 a 60% dos custos de exploração.

Interessa ainda referir que

nos EUA, em 1981, o orçamento do Departamento Federal de Transportes continha uma verba de cerca de 5 bilhões de dólares como subvenção federal às empresas de transportes públicos urbanos e regionais.

transportes públicos condizente com o aumento do custo de vida. Quer dizer, pretendem fazer pagar a estes trabalhadores uma parte dos prejuízos das empresas resultantes do serviço social que prestam.

Por isso, estes mesmos trabalhadores têm visto reduzir a parcela dos encargos de pessoal nos custos totais que, de 1977 a 1981, passou de 69,4 para 53,4% NA Carris, de 48,9 para 41,0 na Rodoviária Nacional e de 54,3 para 49,1% NA CP.

Enquanto isso, os encargos de pessoal atingiam em percentagem dos custos totais, em 1980, 50,4% na SNCV (Bélgica), 64,2% na Régie Autonome des Transport Parisiens (França) 67% na National Bus Company (Grã-Bretanha), 81,6% na Soc. Transportadora de Barcelona. Em 1978, atingiam 76,7% na Toronto Transit Commission e 74,9% na London Transport Executive. Como se vê, sempre valores mais elevados que os nacionais.

Em contrapartida, os encargos financeiros em percentagem dos custos totais atingem em Portugal valores mais elevados do que nos mesmos países.

Só para referir empresas de caminhos-de-ferro essa percentagem atingia em 1979 os 8% em França, 7% na RFA, 5% na Grã-Bretanha, 12% na Suíça, 10% na Bélgica, 16% na Holanda, 8% em Espanha e... 23% em Portugal.

Em alguns países, para reduzir os défices das empresas de transportes públicos estas detêm empresas de actividade lucrativa de outros ramos: hotelaria, por exemplo. Ora em Portugal os governos da AD entregaram à iniciativa privada algumas actividades lucrativas desenvolvidas pela Rodoviária Nacional. Referimo-nos ao Hotel Eva, em Faro.

Como será possível evitar a saída dos melhores quadros destas empresas públicas que poderão encontrar noutros sectores remuneração mais adequada?

Tiago Pires

assim vai o TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO

PARA O CONCURSO Nº 29 DE 16/17 JULHO.83

Rádio Totobola, 121 111 211 1111; Correio de Coimbra, 111 1x1 112 1112; Correio do Vouga, 111 1x1 111 1111; Defesa de Espinho, 111 1x2 11x 2x21; Diário de Lisboa, 111 1x2 11x 2x21; Ecos do Cacia, 1x1 111 111 111x; Eu Sei Tudo, 12x 121 111 1x11; Folha de Domingo, 111 111 11x 1211; Gazeta das Caldas, 111 11x 111 1x11; Jornal das Beiras, 1x1 122 111 12x1; O Jornal da Lixa, 111 111 1x1 1211; Jornal de Sintra, 22x 122 1x1 1211; Jornal Linhas de Elvas, 121 111 1x1 12x1; Maria da Fonte, 1x1 1x1 111 1211; Notícias de Gouveia, 112 121 121 1x2; Notícias de Guimarães, 11x 1x2 211 1211; Jornal «A Ordem», 121 1x2 21x 1211; Recon-

quista, 111 1x2 11x 1211; RDP/Secção Desportiva, 1x1 112 1x1 112x; A Voz das Beiras, 21x 2x2 211 1x11; A Voz do Domingo, 111 111 111 11x1; Voz de Lamego, 1x1 112 2x1 1211; RDP/Tempo de Desporto, x21 1x2 11x 1x2x; O Mensageiro, 21x 111 1x1 1x22; Música e Não Só, 1x2 1x1 1x2 1x1x; Jornal do Sul, 221 122 21x 12x1; RDP/Ponto de Encontro, x21 1x2 1x1 211x; Bola Branca, 1x1 111 2x1 1x21; O Jornal de Amarante, 121 111 111 1x11; Rodapé, 121 21x 2xx 2111; Reportagens Exteriores, 111 11x 111 2111; Diatónico, 111 1x1 111 1111; Sais de Banho, 1x1 1x2 111 1x22; Notícias de Évora, 1x1 11x 11x 1x11; Es-

trela da Manhã, 121 121 1x1 1111; O Jornal de Felgueiras, 111 1x1 112 11x1; Jornal a Voz de Palmela, 111 122 xxx 1122; Manchete Desportiva, 111 1x2 11x 12x1; Penalty, 111 11x 111 1x221; Jornal «O Porto», 121 1x2 11x 1212; O Comércio de Leixões, 1x1 1x1 112 1211; A Voz dos Ridículos, 1x1 111 111 2x1x; Jornal da Graça, 121 11x 111 1x212; Jornal de Notícias, 111 1xx 1x1 1111; Repórter do Dia, 111 1x1 11x 22x1; Alvo Desportivo, 111 111 111 1111; Rádio Alvo, 1x1 1x2 11x 1x1x; Jornal de Gaia, 1x2 112 1x2 1121; O Primeiro de Janeiro, 121 12x 111 1x22; Jornal A Voz do Ave, 111 11x 111 1222.

R E S U M O B O L A S									
	1	X	2		1	X	2	a)	
1. LIÉGE - DUSSELDORF	41	5	4		10	1	1		
2. BRONDBY - YOUNG BOYS	25	11	14		6	3	3		
3. SLÁVIA PRAGA - SLÁVIA SÓFIA	41	5	4		10	1	1		
4. MALMO - ST. GALLEN	43	6	1		10	1	1		
5. POGON - BREMEN	25	15	10		6	4	2		
6. SLOBODA - I. BRATISLAVA	19	13	18		5	3	4		
7. HONVED - INNSBRUCK	30	13	7		7	3	2		
8. GÖTEMBURGO - ADMIRA	45	3	2		10	1	1		
9. BRYNE - BIELEFELD	29	16	5		7	4	1		
10. STURM GRAZ - VIDEOTON	36	9	5		9	2	1		
11. RUDA CHEB - CRÁCÓVIA	19	10	21		5	2	5		
12. ELFSBORG - PLOVDIV	30	12	8		7	3	2		
13. VITKOVICE - BRAUNSCHWEIG	34	6	10		9	1	2		

a) - Nos termos do Artº 149.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "CHAVE" LÓGICA SERÁ:

111 111 111 1211

DESPORTO

Mário Coluna técnico da Quimigal

Mário Coluna é o novo técnico do Grupo Desportivo da Quimigal (3.ª divisão, Zona E). O grande «capitão» dos «Magrinhos» treinou recentemente o Ferrovário do Maputo e a selecção nacional moçambicana.

Boavista na Malásia

A equipa do Boavista disputará um encontro particular com a equipa nacional da Malásia no próximo dia 31, em Kuala Lumpur (Malásia).

Este encontro servirá de treino à selecção da Malásia antes da sua digressão de duas semanas, na Inglaterra. Confirmada (portanto) a digressão do Boavista ao Oriente.

Guiné-Bissau: Taça

O Sporting Clube de Bissau conquistou a Taça da Guiné-Bissau, ao vencer o Sport Bissau e Benfica por 2-1, na final disputada em Bissau.

Os jogos foram marcados pelos jogadores sportingistas Ciro e Agostinho, e pelo benfiquista Lebre. O presidente guineense, João Bernardo Vieira, entregou a Taça da época de 1982/83 ao «capitão» da equipa do Sporting, Almeida. É a 1.ª Taça Nacional de Futebol da Guiné-Bissau após a independência do País (em 1974), depois de vitórias sucessivas ganha pelo Sporting de Bissau do Benfica, Bula, União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB) e (em 1982) do Ajuda Sport Clube, da capital.

O Sporting deverá ver hoje homologado o seu título de campeão nacional de futebol na época agora concluída, que está ainda por atribuir oficialmente, após o recurso interposto pelo Benfica que, no seu último jogo (disputado no estádio do Cunchungo, em repetição da primeira partida anulada) não conseguiu evitar o empate a zero bolas.

A vitória do Sporting Clube de Bissau frente ao Quinara conferiu-lhe, na derradeira jornada, a vantagem de um ponto na tabela geral e, se a Federação Nacional assim o decidir, o seu primeiro título de campeão nacional.

Mundial-86

A Confederação Brasileira de Futebol reagiu favoravelmente à decisão de o Brasil, a Argentina e o Uruguai serem «cabeças de série» das eliminatórias sul-americanas para o Mundial de 1986.

A decisão fora anunciada (em Buenos Aires) por Santiago Leyden, director da Confederação Sul-Americana de Futebol, e coincide com a proposta apresentada a este organismo pelo Brasil. Os sul-americanos terão quatro equipas apuradas para o Mundial de 1986, e cada um dos vencedores dos três grupos da fase de qualificação ficam apurados para o México. A 4.ª selecção será encontrada num torneio a disputar pelos segundos classificados das três séries de qualificação.

Na sua agenda

CICLISMO: já não é hoje apresentação em conferência de Imprensa, da Volta à Madeira. Acontecerá no Hotel Embaixador (Lisboa), dia 21, às 18 horas.

ATLETISMO: colóquio, amanhã, pelas 21 horas, na Câmara Municipal da Amadora, com entrega de certificados aos frequentadores do curso de monitores, ministrado pela Associação de Atletismo de Lisboa, com o patrocínio da Câmara Municipal da Amadora.

ANDEBOL: congressos (desportivo e ordinário) da Federação, no próximo dia 24, na sede federativa.

Futebol madeirense

“Custos de insularidade” perturbam mas não evitam contratações de ‘craques’

As equipas madeirenses (Marítimo, Nacional e União) que militam no campeonato de futebol da 2.ª divisão, iniciam na última semana deste mês a sua preparação.

Participando este ano, uma vez mais, no mesmo campeonato, aquelas equipas não conseguiram, na época anterior a concretização dos seus objectivos: o Marítimo poque não evitou a despromoção, espectro que praticamente o acompanhou ao longo de todo o campeonato, União e Nacional porque não asseguraram o acesso aos torneios de competência I/II Divisões, meta que se propunham alcançar face ao «plantel» que apresentavam.

A carência de valores no mercado regional levou a que as contratações (na sua esmagadora maioria, e a exemplo dos anos anteriores) se verificassem no continente, ainda que, nalguns casos, houvesse o recurso ao estrangeiro.

Os problemas surgidos na época 82/83 entre o Marítimo e alguns jogadores brasileiros ao seu serviço (nomeadamente Beca, Adriano, Escurinho e Peribaldo) que culminaram com as rescisões dos contratos, terão influenciado (de algum modo) a escassa procura de valores naquele «mercado», tradicionalmente «fornecedor» das equipas portuguesas.

O Marítimo, comparando com épocas anteriores, parece agora apostado em jogar com futebolistas locais, na medida em que promoveu seis juniores que participaram recentemente na fase final do campeonato nacional da categoria, e contratou apenas quatro novos jogadores: João (ex-Braga), Ademar e Marinho (ambos ex-Sporting) e John Richard (ex-Wolverhampton, da Inglaterra).

No entanto, os verde-rubros de Mário Lino, que apostam num regresso imediato à 1.ª divisão do futebol português (particularmente numa altura em que está em jogo a questão do «clubes único» ou «equipa representativa da Madeira») continuam em negociações com vista à aquisição de mais dois ou três jogadores, um dos quais estrangeiro.

Contratar, contratar

O Nacional da Madeira, treinado por Pedro Gomes (que já foi campeão nacional da 2.ª divisão pelo Marítimo), depois de uma temporada frustrante, reforçou-se consideravelmente, tendo os nomes mais conhecidos em Álvaro (ex-União de Leiria), Eurico (ex-Chaves e ex-Belenenses), Moisés (ex-Belenenses) e provavelmente Nicolau (ex-Académico de Coimbra) que, devido a uma lesão, terá de sujeitar-se a alguns testes.

Finalmente, o União da Madeira, que será treinado por José Moniz (um madeirense, há alguns anos ao serviço de equipas continentais e que esta época fez regressar o Penafiel à 1.ª divisão), não esconde também os seus objectivos.

Perdendo em 82/83, nas últimas sete jornadas do campeonato, a excelente possibilidade que teve de participar na «competência» de acesso ao escalão maior, os unionistas apostaram forte na contratação, tendo em Bastos (ex-Sporting), Humberto (ex-Marítimo), Hélder (ex-Portimonense) e Caio Cambalhot e Emanuel Gonçalves (ambos ex-Amora) os jogadores mais conheci-

dos, que passarão a envergar a sua camisola.

Emanuel Freitas, antigo jogador júnior do Benfica e do Marítimo, é o treinador adjunto do União da Madeira. Emanuel Freitas alinhinou no final da sua carreira pelo Nacional da Madeira e orientou a equipa da Associação Desportiva de Machico que milita na 1.ª Divisão regional.

No entanto, apesar desta onda de contratações, o futebol madeirense (e particularmente estas três equipas) não conseguem esconder os seus problemas financeiros, numa altura em que apresentam um passivo global de mais de 100 milhões de escudos.

Esta situação, que não deixa de ser preocupante (como o reconhecem os próprios dirigentes) resulta essencialmente de uma acumulação de despesas com o futebol profissional, já que as receitas, quer das quotizações, quer dos desafios realizados no Funchal, não chegam para cobrir tais despesas.

O Marítimo, Nacional e União, para além de assegurarem vencimentos aos seus jogadores (alguns deles significativos) comprometem-se a proporcionar aos seus reforços habitação, numa região onde a crise habitacional é uma realidade e onde o aluguer de apartamentos atinge valores astronómicos. Haverá ainda a associar as despesas com deslocações ao continente das três equipas, apesar da Federação Portuguesa de Futebol ir suportando os custos das viagens aéreas, através de dotações saídas do próprio Orçamento Geral do Estado.

Clube único

O simples facto de Marítimo, Nacional e União surgirem envolvidos no mesmo campeonato, permitirá (em certa medida) «tira-teimas» tão desejável a nível de massas associativas, numa altura em que estas parecem empenhadas em mostrar qual o «mais forte» facto que lhe poderá permitir o estatuto do «Clube Único» ou «equipa representativa» da região. Esta polémica, surgida na sequência de uma proposta governamental que condiciona qualquer apoio financeiro à assinatura de um protocolo que preveja a participação de uma única equipa nos nacionais de futebol a partir da época 84/85, ameaça arrastar-se sem que uma solução concreta (e da iniciativa dos clubes) seja tomada.

Foi o governo regional quem, através da concessão de subsídios financeiros significativos, contribuiu para a regularização da tesouraria dos clubes, a qual tende a agravar-se, facto que confirma a tese de que dificilmente as três equipas conseguirão uma estabilidade financeira.

Para além do empenho na próxima época futebolística, Marítimo, Nacional e União poderão ter encontrado já uma plataforma de entendimento (ainda não divulgada) quanto à constituição das denominadas **sociedades de investimento** que pretendem afirmar-se como uma fonte de receitas para os clubes, depois de devidamente avalizadas pelo executivo regional. Acordo entre clubes que, no caso da **equipa representativa ou clube único** parece não ser possível, tendo o Marítimo (em assembleia geral, a única convocada até ao momento) criticado tais objectivos e aprovado uma moção (por una-

nimidade) solicitando a revisão do processo desencadeado pelo Governo. É neste quadro que as três equipas vão iniciar na última semana deste mês a sua preparação, algumas com jogos de rodagem já programados no Continente, todas em busca de objectivos que, embora publicamente não declarados como metas, não deixam no entanto de ser admitidos pelos responsáveis e técnicos.

Que futuro?

Recentemente, dois acontecimentos envolveram, de forma indirecta, as equipas madeirenses. Em 1.º lugar, uma reunião de clubes da Zona Sul do Campeonato da 2.ª divisão que consideraram insuportável três deslocamentos ao Funchal, atendendo às dificuldades que as colectividades do Sul enfrentam. Por outro lado, a audiência solicitada pela Federação Portuguesa de Futebol ao secretário de Estado dos Desportos, durante a qual foram debatidas questões relacionadas com a participação das equipas madeirenses na prova.

O Orçamento Geral do Estado, por força de reivindicações feitas pelo Governo Regional (há cerca de quatro anos) atribui à FPF, por força dos **custos de insularidade** verbas destinadas a suportar os encargos com as viagens aéreas de e para a Madeira. No entanto, num e noutro caso, a presença das equipas



Treinadores: um diploma

Prossegue o curso de treinadores de futebol organizado pela Federação, enquanto também se incrementa a guerrilha de comunicados entre o Sindicato dos Treinadores de Futebol e o Sinbol. Aulas práticas no campo n.º 3 do Estádio Nacional animam o complexo do Jamor. Nas imagens: Toni (monitor do curso) dá lições actuando com jogadores do Vitória de Setúbal, enquanto (se Baltasar e Mário Wilson) uma plateia interessada vai observando a sessão de treino.

madeirenses não foi posta em causa, se bem que na citada reunião de alguns clubes da Zona Sul, tivesse sido levantada

a hipótese da Madeira passar a estar representada na Zona Centro, Norte e Sul, um clube em cada bloco.

Europeu de hóquei em campo

Já não somos os últimos!

Portugal venceu a Suécia (por 2-1) no 1.º encontro do torneio de apuramento para o campeonato da Europa de hóquei em campo (juniores) que decorre no Estádio Nacional. O jogo, presenciado por fraca assistência, surpreendeu pelo nível da turma portuguesa, a superar a sua forte adversária. Especialmente no decorrer dos primeiros 20 minutos, altura em que Rui Lopes abriu o activo, através de uma grande penalidade provocada sobre Fernando Gonçalves, o conjunto praticou um hóquei a que pouco se está habituado em Portugal, talvez por ter sido jogado sobre relva. Os últimos 15 minutos do tempo inicial revelaram uma quebra na turma portuguesa: e os suecos aproveitaram para empatar, também através

de uma grande penalidade, provocada pelo guarda-redes português.

No 2.º tempo, o duelo manteve as mesmas características dos 35 minutos iniciais, com Portugal novamente mais afoito junto das redes adversárias, tendo Rui Lopes, Fernando Gonçalves e Nunes desperdiçado oportunidades de aumentar o marcador.

Quando o cronómetro marcava 23 minutos, Nunes (a cruzamento da direita, sem deixar cair a bola no solo), desferiu forte remate, que fez entrar o esférico a meia altura na baliza, sem hipóteses de defesa para Gregoradis. A vitória portuguesa acabou por ser o resultado justo.

As equipas alinharam, sob a arbitragem de R. Romero (Gibraltar).



Portugueses ultrapassaram suecos

PORTUGAL: David Gonçalves; Fernando Fonseca, Francisco Alves, Alberto Braga e Aldino Santos; António Sousa, Joaquim Ribeiro (Vitor Reis) e Rui Lopes. **Fernando Gonçalves, Vítor Santos e José Nunes.**

SUÉCIA: Gregoradis; Urban Jansson, Alm e Custvissom Karlsson, Jocejo e Johansson Lindholm, Jansson, Odquist.

Marcadores: Rui Lopes e Nunes (Portugal) e Urban (Suécia). **Cartão verde** para Joaquim Ribeiro (duas vezes) e amarelo para Urban.

No outro encontro, a Inglaterra bateu claramente Gibraltar: 8-0. Hoje defrontam-se Gibraltar e Suécia.

Placard

Voleibol: estágio

Dezassete atletas femininas juniores de voleibol, iniciaram no Colégio dos Carvalhos (arredores do Porto) uma concentração tendo em vista futuras competições internacionais. As atletas pertencem ao Vitória Sport Clube, Sport Clube de Vila Real, Sporting Clube de Portugal, Leixões Sport Clube, Associação Académica de Coimbra, Boavista Futebol Clube, Associação Académica de São Mamede, Colégio São João de Brito e Clube Fluvial Portuense. A concentração termina na 2.ª-feira.

Boxe de 1.ª

O francês Lucien Rodriguez, campeão da Europa de Pesa-dos, porá o seu título em jogo. A 14 de Agosto, em Nîmes (Sul da França), jogará com o belga Albert Syben.



DESPORTO

ponta esquerda

Benfica de luto

Horácio da Silva Ferreira, associado n.º 1 do Sport Lisboa e Benfica faleceu ontem. Natural de Alenquer, contava 89 anos de idade, foi futebolista do seu emblema e vai hoje a sepultar, às 15 horas, da Igreja de S. João de Brito para o cemitério da Ajuda. Ao Benfica e à família enlutada, o nosso sentido pesar.

Salgueiros : jornalistas são bem-vindos

O vice-presidente do Salgueiros afirma que «não pretende marginalizar os jornalistas em qualquer das suas deslocações a Vidal Pinheiro».

Pretendendo desfazer equívocos registados quando da apresentação da equipa principal de futebol, para a época que se avizinha, Carlos Alberto esclareceu que «os jornalistas só foram impedidos de entrar no balneário na sessão de boas-vindas da direcção e do treinador, por motivo de falta de espaço. Este foi o principal factor que nos levou a não convidarmos os jornalistas para essa sessão, no interior do balneário» — disse.

Carlos Alberto afirmou que «se continuará a seguir a política de amizade e compreensão com os jornalistas, a exemplo da temporada anterior».

Carlos Alberto esclareceu ainda que «antes da apresentação oficial, jogadores, directores e treinadores estiveram inteiramente à disposição, como continuarão a estar, dos representantes dos órgãos da Informação».

Tejo : aventura é aventura

Três professores de educação física iniciam hoje em Abrantes a descida do Tejo à vela. Pires Vitor, classifica do espírito de aventura e incentivo à prática da vela na região de Abrantes a empresa em que vai participar, juntamente com Rui Moraes e Quinta Gomes, todos professores da Escola Preparatória de Abrantes. O barco foi construído pelo próprio Pires Vitor e é do tipo «Vaurien».

A chegada ao Terreiro do Paço (Lisboa) está prevista para sábado, mas tudo depende do caudal do Tejo, entre outros factores que podem alterar os planos dos três professores.

Futebol romeno mal entregue

O presidente, o vice-presidente e o secretário da Federação Romena de Futebol (Andrei Radulescu, Pascu Mircea e Dumitrescu Florin) foram destituídos por «irresponsabilidade», em consequência da não-qualificação do vencedor da Taça da Roménia para a Taça dos Vencedores de Taças. São acusados de não terem tido em conta, na feitura do calendário romeno da época, a data limite de inscrição (30 de Junho) para as taças europeias junto da UEFA (União Europeia de Futebol). Dado que a final da Taça da Roménia teve lugar a 6 de Julho, o vencedor (Univesitatea de Craiova) não pôde ser qualificado para jogar a Taça das Taças.

Durante a tiragem à sorte da 1.ª volta das taças europeias UEFA, aplicou o regulamento, decidindo que não haveria representante romeno na Taça das Taças. Entretanto, o Univesitatea de Craiova classificou-se em 2.º lugar no campeonato: em consequência, o clube romeno está automaticamente qualificado para a Taça UEFA 1983/84, de que foi semifinalista na época passada. Por outro lado, o Conselho Nacional dos Desportos romeno foi acusado de «superficialidade e de desleixo» por ter aprovado as propostas de calendário da federação de futebol. Os seus dirigentes foram alvo de «uma severa advertência».

Zico: quatro milhões de dólares

O director-geral do Udinese (Franco Dalcin) afirmou em Milão que o seu clube continuará a lutar contra a decisão da Federação Italiana de Futebol que proibiu a contratação do brasileiro Zico. Mais do que esperar, temos a certeza de que Zico virá para o Udinese, pois respeitamos todos os regulamentos, acrescentou Dalcin antes de anunciar que vai apresentar um «dossier» público à Federação e à direcção do Comité Olímpico Italiano. O dirigente disse que são ofensivas as frases do último comunicado do presidente da Federação (Federico Sordillo) de que o clube não tem uma cobertura económica suficiente para pagar a transferência. Franco Dalcin acrescentou que a operação tem a máxima transparência e consiste em pagar ao jogador da selecção brasileira 3 964 556 dólares, com a ajuda de uma firma inglesa e de forma exactamente igual à usada a época passada em relação a Edinho.

Connors para a «lista negra»?

O norte-americano Jimmy Connors, que (domingo) ganhou 400 mil dólares no torneio de Sun City, no Bantustão do Bophuthatswana, deverá participar no «open» da África do Sul. Connors derrotou o checo Ivan Lendl (em Sun City) e esta semana realiza duas partidas de exibição com Kevin Curren, na cidade do Cabo e em Durban (África do Sul). No «Torneio do Milhão de Dólares», realizado em Sun City durante o passado fim-de-semana, Lendl ganhou 300 mil dólares e Johan Kriek e Kevin Curren 100 mil cada um.

Edmonton : mergulhador soviético ainda «em estado crítico»

O estado de saúde do mergulhador soviético Sergeri Shalibashwili, que ficou gravemente lesionado no sábado passado, durante o concurso preliminar de saltos de alto voo nas Universiadas de Edmonton, continua a ser «crítico mas estável», declarou um porta-voz do Centro Hospitalar da Universidade de Alberta, afirmando que o mergulhador (de 21 anos de idade), originário de Tbilissi, na Geórgia, não voltou a si desde que bateu com a cabeça na plataforma de saltos do Centrp Náutico de Kinsmen. A mãe do jovem, que também é sua assistente técnica, deve deixar hoje a União Soviética, para se instalar à cabeceira da cama do filho.

“TOUR”: Agostinho sobe, sobe

Joaquim Agostinho subiu ao 9.º lugar da classificação geral da Volta a França em bicicleta, depois de se ter classificado em 5.º lugar na 12.ª etapa corrida entre Fleurance e Roquefort-Sur-Soulzon. Na etapa (de 254 quilómetros) Agostinho cortou a meta à frente do camisola amarelo, o francês Pascal Simon, que, depois de ter fracturado uma omoplata na etapa de 3.ª-feira, chegou ontem a Roquefort-Sur-Soulzon, apoiado pelos seus companheiros de equipa e denotando grandes dificuldades.

A etapa foi ganha pelo dinamarquês Kim Andersen (que já foi camisola amarela deste «Tour») com o tempo de 7 horas 17 minutos 49 segundos, à frente do espanhol Pedro Delgado, com mais um segundo, e do ho-

landês Gerad Veldscholten, com mais 9 segundos. Agostinho, empenhado na sua tarefa de rebocar o seu chefe-de-fila, Sean Kelly, chegou à meta com mais 29 segundos que o vencedor da etapa. Agora, ocupa a 9.ª posição a 9 minutos 19 segundos do líder, com o mesmo tempo do 10.º, o australiano Phil Anderson.

Entretanto, mais dois controlos anti-doping resultaram positivos: o francês Patrick Clerc (da equipa de Agostinho) e Pierre Bazzo, da turma de Zoetemelk, também ele já apanhado na «rede»...

Classificação dos dez primeiros à partida para a etapa de hoje: 1.º Pascal Simon (França) 60 h 21 m 31 s; 2.º Laurent Fignon (França) a 4.14; 3.º Sean

Kelly (Irlanda) a 5.33; 4.º Jean René Bernaudeau (França) a 5.34; 5.º Pedro Delgado (Espanha) a 6.42; 6.º Jacques Michaud (França) a 7.16; 7.º Marc Madiot (França) a 7.28; 8.º Robert Alban (França) a 9.09; 9.º Joaquim Agostinho (Portugal) a 9.19; 10.º Phil Anderson (Austrália) a 9.19.

Hoje corre-se a etapa Rochefort-Aurillac (190 quilómetros), com seis contagens de montanha.

«Comércio do Porto»

Luís Moiano (Mako Jeans) é o 1.º camisola amarela da 7.ª edição do Grande Prémio «Comércio do Porto», cujo prólogo se disputou ontem, no Estádio Municipal de Fafe. O ciclista cobriu as três voltas do percurso em um minuto e 50 segundos, menos

um segundo que Belmiro Ribeiro (Vigaminho). A prova, consta de sete etapas, terminando no domingo no Estádio Municipal de Guimarães. A 2.ª etapa disputa-se hoje, na distância de 123 quilómetros, entre Guimarães e Trofa.

Classificação do prólogo: 1.º Luís Moiano (Mako Jeans) 1 minuto 50 segundos; 2.º Belmiro Ribeiro (Vigaminho) 1.51; 3.º José Martins (Vigaminho) mesmo tempo; 4.º Manuel Martins (Vigaminho) 1.52; 5.º Carlos Ferreira (Tavira) mt; 6.º Luís Teixeira (Coelima) 1.52; 7.º Joaquim Fonseca (Coelima) mt; 8.º José Reis (Coelima) mt; 9.º Armando Terebentino (Coelima) 1.55; 10.º José Amaro (Mako Jeans) mt. O futebol Clube do Porto não alinhou à partida.

Ténis por aí fora

A ténista portuguesa de cadetes, Fátima Santiago, perdeu o seu primeiro «set» da época, embora tenha vencido a adversária Sandra Marques, por 6-2, 3-6, 6-0. Esta partida contava para as meias-finais do torneio feminino do campeonato nacional de cadetes, (organizado pela Escola de Ténis João Lagos) cuja jornada da fase final decorreu nos «courts» do Estádio Nacional. Na outra meia-final, Susana Marques venceu Isabel Vicente, (6-3, 6-1). A final realizou-se hoje, pois Fátima Santiago parte amanhã, para Zurique, onde integrará a selecção portuguesa no campeonato mundial de equipas seniores (Federation Cup). Outros resultados: (singulares rapazes, 1.ª ronda, conclusão: João Ribeiro V. Alexandre Martins, 6-1, 6-0; Pedro Machado, V. José Rodrigues 6-0, 6-1; José Pedro Silva V. Pedro Fernando, F. C.; Ricardo Manzanarra, V. Nuno Delfino, 6-4, 7-6; José Mário Silva, V. Luís Sequeira, 6-2, 7-5; Mário Lyra, V. Cesário Mateus, 6-3, 7-5; Bernardo Mota V. Miguel Marques, 6-2, 6-1; Miguel Caroco V. Pedro Vaz Pinto, 6-3, 4-6, 6-0; Paulo Nuncio, V. José Carlos Pires, 6-1, 6-2; Pedro Nuncio V. João Carlos Garcia, 7-6, 6-4; Vasco Graça, V. António Cardoso, 6-0, 6-1; Nuno Romão, V. Pedro Teixeira, 6-2, 6-0; Armando Simões V. Henrique Pessoa, 6-7, 6-4, 6-3; Rui Martins V. Tito Nabais, 6-4, 6-4; Rui Alegre, V. Rui Fernandes, 6-4, 6-3; Rui Jorge Pinto V. Luís Mesquita, 6-0, 6-1; Paulo Monteiro, V. Emanuel Couto, 6-0, 6-0.

Imprensa — 83

O jornalista Costa Carvalho («do Comércio do Porto») venceu o Torneio de Ténis Imprensa/83, ao derrotar na final de singulares, Fernando Mendes («Jornal de Notícias») por 6-3, 6-0. O encontro decorreu no «court» principal do Clube de Ténis do Porto. Em pares, o triunfo pertenceu à dupla formada por Frederico Martins Mendes e Fernando Mendes («Jornal de Notícias»), que venceu na final, Costa Carvalho e Simões Lopes («A Bola»), por 6-2, 6-4.

Na entrega dos prémios estiveram presentes Januário Nunes (secretário do governador civil do Porto) Germano Silva (em representação do Sindicato dos Jornalistas), Avides Moreira (presidente da Associação de Ténis do Porto) e Eduardo Coelho (pela direcção do CTP).

Manuela de Melo (da RTP) recebeu um troféu por ter sido a única presença feminina, do torneio (organizado pelo Sindicato dos Jornalistas). Simões Lopes, falando no decorrer da cerimónia da distribuição de prémios, refe-

riu as vantagens deste torneio, sublinhando que os jornalistas saíram das suas redacções e do «stress» do dia-a-dia para se desestressarem em contacto com o ar livre e o desporto.

Open RTP

Pedro Cordeiro venceu Santos Costa (6-2, 6-3) nos oitavos de final do «open RTP» que decorre nos «courts» de Monsanto. Noutros jogos L. Miguel Coutinho venceu Azevedo Gomes (7-5, 6-2), Luís Filipe derrotou Jorge Roll (6-0, 6-2), e Jaime Caldeira venceu João Guedes (6-4, 0-6, 8-6) Azevedo Gomes e João Guedes eram «cabeças de série» 4 e 6.

Segunda ronda: João Cunha e Silva — João Ribeiro, 6-0, 6-0; Daniel Riva — Miguel Pereira, 6-0, 6-2; Nuno Rolando — José Salgado, 6-2, 6-0; Paulo Rohrbach — Luís Farinha, 6-0, 6-3; José Luís Kendall — João Paulo Lucena, 6-1, 6-4; António Ledo — Rui Martins 6-1, 6-1; Rui Alegre — Gentil Neves, 6-2, 6-2; Pedro Machado — José Pedro Silva, 6-0, 4-6, 6-1; José Guilherme — Armando Simões, 6-2, 6-0; Bernardo Mota — Mário Lyra, 6-1 (desistência); Miguel Caroco — Paulo Nuncio, 6-3, 6-4; Vasco Graça — Pedro Nuncio 6-1, 6-4; José Mário Silva — Ricardo Manzanarra, 7-5, 6-1; Paulo Monteiro — Rui Jorge Pinto, 6-0, 6-1; Nuno Romão — Florindo Ramos, 6-1, 6-0.

Taça Galea

A turma de ténis de Portugal ficou em 3.º lugar na Taça Galea (campeonato do mundo por nações, para jogadores até 20 anos), que teve lugar nos «courts» do Clube de Ténis do Porto, o triunfo pertenceu ao Mónaco, ficando o Chile em 2.º, Portugal em 3.º e a Argélia em último lugar. Os portugueses alinharam com Pedro Cordeiro, José Maria Santiago, João Maio e Alberto Miguel. Foram juizes-árbitros Fernando Almeida e Eduardo Coelho. Árbitros: Luis Pinto Ribeiro, José Maria Magalhães, Paulo Machado, Armando Simões, Joaquim Lima e Carlos de Sousa.

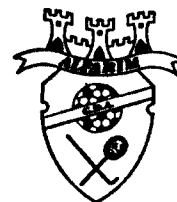
Curiosidade: José Maria Santiago está a fazer exames de admissão à Faculdade e notou-se um vivo desinteresse do bloco de responsáveis federativos, criticados duramente (e publicamente no «Record») pelo seleccionador-treinador e «capitão» da nossa selecção (Luís de Sousa) que não se escusou de afirmar: «A Federação Portuguesa de Ténis mostrou que está completamente desorganizada no capítulo competitivo (...). Não podemos continuar a trabalhar em cima do joelho. Pessoalmente, já estou a ficar um bocadinho saturado com a situação que se vive no Conselho Técnico. (...) Para quem o não souber, devo dizer que, em todas as minhas participações como seleccionador, treinador e «capitão» de equipa de todas as seleções, nunca fui pago por esse trabalho (...)»

Grande prémio

O francês Yannick Noah que se encontra suspenso pelo Conselho Profissional Internacional, lidera a classificação do «Grande Prémio de Ténis, divulgado pela Federação Internacional. Noah obteve até ao momento um total de 1528 pontos nos oito torneios internacionais pontuáveis para o «Grande Prémio» já disputados esta época. A classificação é a seguinte: 1.º Yannick Noah (França) 1528 pontos, 8 torneios; 2.º Mats Wilander (Suécia) 1356 pontos, 10 torneios; 3.º Ivan Lendl (Checoslováquia) 1241, 8 torneios; 4.º John McEnroe (Estados Unidos) 1220 pontos, 5 torneios; 5.º José Higuera (Espanha) 1192, 9; 6.º Jimmy Connors (Estados Unidos) 1145, 8; 7.º Gene Mayer (Estados Unidos) 730, 6; 8.º Kevin Curren (África do Sul) 635, 7; 9.º Tomar Smid (Checoslováquia) 524, 11; 10.º Guillermo Vilas (Argentina) 505, 6.

Pares: 1.º P. Fleming-J. McEnroe (EUA) 243, 5; 2.º K. Curren - S. Denton (AFS/EUA) 242, 7; 3.º A. Jarryd - H. Simonsen (Suécia) 242/8; 4.º H. Guntardt - B. Taroczy (Suíça-Hungria) 202/6; 5.º P. Slozil - T. Smid (Checoslováquia) 198/7.

Colectividades



Grupo Desportivo de Alfirim

Assembleia geral dos associados do Grupo Desportivo de Alfirim, no sábado, pelas 21 horas, para eleição dos novos corpos gerentes da colectividade.

Ginásio Clube: festival

O Ginásio Clube Português realizou ontem, à noite, um belíssimo espectáculo internacional de ginástica no Pavilhão dos Desportos (Lisboa). Assistiram à exibição o ministro da Qualidade de Vida (dr. António Capucho) o secretário de Estado dos Desportos (dr. Miranda Calha) o director geral dos Desportos (prof. Lopes Marques) e o embaixador de Israel em Portugal. Participaram no espectáculo duas classes dinamarquesas de ginástica, duas israelitas e duas portuguesas.

Atletismo: destaques

Luís Azevedo (Sporting) conseguiu ontem, durante provas de preparação efectuadas no Estádio da Luz, fazer um triplo salto de 15,62 metros, o que constitui a melhor marca do ano no nosso país. Ao mesmo tempo, em Madrid, numa prova de 3000 metros, os «leões» Ezequiel Canário (7m 57,84s) e Hélder de Jesus (8m 03,93s) classificaram-se logo após o vencedor, o espanhol António Prieto (7m 55,21s).

A romena Anisoara Cusmir batteu o recorde mundial feminino do salto em comprimento, com 7,43 metros. A marca foi obtida num torneio internacional, em Bucareste.

Anisoara detém (igualmente) a melhor marca mundial em pista coberta, 6,92 metros.

Halterofilia soviética : uma força

A última edição, (a 22.ª) da Taça da Amizade em halterofilia, realizada na cidade ucraniana de Odessa, proporcionou um autêntico «recorde de recordes»: nada menos de 12 novos máximos mundiais estabelecidos durante a competição. O halterófilo que mais se destacou na prova chama-se Iuri Zakharévitch, conta apenas 20 anos de idade e pertence à categoria de «pesados-médios» (de 90 a 100 qui-

los), tendo fixado três novos máximos: 240 quilos no arranque, 200 no arremesso, e portanto, 440 no combinado.

Zakharévitch encontra-se, agora, no auge da sua forma e está certo que as suas proezas irão, ainda, dar muito que falar — considera, a propósito, o seu treinador (desde há dez anos), Victor Naúmenkov. Sublinhe-se que só quatro halte-

rófilos tinham, até agora, conseguido levantar 200 quilos no arremesso: os búlgaros Khristo Platchkov e António Kráshnev, e os soviéticos Sultan Rakhmanov e Anatoli Pissarenko; todos eles, porém, pertencem à categoria de «super-pesados» (mais de 110 quilos). De registar, finalmente, que depois da «taça da Amizade» de 16 (entre 30), número de recordes mundiais na posse de halterófilos soviéticos.

Campanha em marcha para rearborizar Cabo Verde

O primeiro-ministro cabo-verdiano, Pedro Pires, apelou na Cidade da Praia à participação de toda a população na campanha de rearborização de 1983.

Cerca de dois milhões de árvores aguardam as primeiras chuvas para serem plantadas em todo o espaço cabo-verdiano, revelou o ministro cabo-verdiano, do Desenvolvimento Rural, João Pereira Silva, na abertura de uma sessão pública de esclarecimento sobre os objectivos da campanha de reforestação do país.

A sessão foi presidida por Pedro Pires que classificou de «objectivo nacional» a campanha a que chamou de rearborização.

O primeiro-ministro cabo-verdiano insistiu durante a intervenção, no carácter «educativo da campanha», afirmando que «todos devem participar: do mais alto ao mais baixo. Que não seja uma campanha do pessoal menor» — disse.

«Falar da árvore é falar do futuro do nosso país» — salientou o dirigente cabo-verdiano, que situou a iniciativa do governo no quadro mais amplo da luta contra o avanço do deserto e na necessidade de «correções ao processo de desenvolvimento mundial» e na «correção aos efeitos da industrialização».

A campanha de reforestação-83 visa a plantação de cerca de dois milhões de árvores, que se juntarão aos seis milhões e 750 mil já plantadas desde 1976 e das quais terão sobrevivido 80 por cento.

A preparação da campanha, que está a ser divulgada sob o lema «Tornar Cabo Verde, verde», começou em Novembro de 1982.

Os governos da Bélgica, França, Holanda, Estados Unidos, Noruega e Alemanha Federal financiam vários projectos ligados à reforestação de Cabo Verde, em cuja concretização participam igualmente a FAO e o Fundo Cabo-verdiano de Desenvolvimento Nacional, financiado com o produto das receitas obtidas na venda da ajuda alimentar concedida ao país.

A área que se pretende reforestar em 1983 é de 3800 hectares.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 15.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

Execução SUMARIA N.º 4 788 1.ª Secção EXEQUENTE FRIGEL — SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES, Lda.

EXECUTADO Representações Fontepre, Lda., com sede na Praceta Fontes das Elras, 11 — Aqualva — Cacem e OUTRO.

Por este Tribunal correm editos de vinte dias, que começarão a contar-se da data da 2.ª e última publicação do respectivo anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado para, no prazo de dez dias, posterior aos dois editos, virem à execução deduzir os seus direitos.

Lisboa, 11 de Julho de 1983

O Juiz de Direito, Jaime Octávio Cardona Ferreira

Pro Escrivão de Direito, Fernando de Almeida Coelho

D.L. — 14/7/83 — 1.ª Publicação

munoz & sampayo

MISTER WILCOX, MISTER CONRAD.

UMA AMIZADE DE CINQUENTÕES



NOTA: Por lapso, de que pedimos desculpa aos nossos leitores, as pranchas de ontem e de hoje saíram trocadas. Retornaremos amanhã a ordem normal.

**musidisco
apresenta**

FRANCISCO CEIA
alcatruz

**JÁ À
VENDA**



* PEDIDOS telf 2294668

**FRANCISCO CEIA
apresenta
«ALCATRUZ»**

**Sessão de autógrafos
Sábado, 16
às 11 horas:**

DISCOBRINCA
Rua Dr. Ant. José Almeida
COVA DA PIEDADE

às 16.30 horas:

CODILIVRO
Praça Dr. Nuno P. Torres, 2A
BENFICA

R. Tenente Raul
Cascais, n.º 1-A
1200 LISBOA
Tel: 66 15 15
66 92 05

**teatro
do bairro
alto**



**NOVAS
PERSPECTIVAS**

de Franz-Xaver Kroetz

HOJE ESTREIA

Curta série de espectáculos
De 3.ª f. a sáb. às 21.30 h.
Domingo às 17 h.

Centro Gulbenkian abre brevemente ao público

Arte moderna

O Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian, a inaugurar pelo Chefe do Estado no dia 20, abre ao público a 26 — anunciou ontem a instituição.

Estará então patente uma exposição de Amadeu de Sousa Cardoso, de quem o Centro possui mais de dez telas.

«A primeira descoberta de Portugal no século XX» é o título desta exposição, em citação da expressão com que Almada Negreiros se referiu ao pintor português, presente no arranque da arte contemporânea em Paris.

O Centro, com um acervo de cerca de 3500 peças, expostas ou em reserva, terá o horário de funcionamento dos museus oficiais, com bilhetes de ingresso no custo previsto de 20 escudos.

Estes dados foram fornecidos pelo respectivo director, arquitecto Sommer de Andrade, quando ontem os jornalistas, a convite da instituição, foram os primeiros estranhos a visitar o Centro, antes da inauguração oficial.

O Centro, disse Sommer de Andrade «terá meia dúzia de peças fixas, e as restantes estarão sempre em rotação».

Por isso o Museu não terá um catálogo, mas, em edições sucessivas, tantas quantas as renovações periódicas da parte do espólio exposta.

Reproduções, diapositivos, «posters» e outros múltiplos estarão também ao alcance dos visitantes.

O Centro de Arte Moderna, construído em três anos — prazo que os responsáveis consideram curto —, compreende três pisos, com uma área total de 14 700 metros quadrados.

Por estes se distribuem, além dos salões de exposição permanente, salas polivalentes para outras mostras periódicas e para «performances», sessões de vídeo, cinema e não só, estúdios experimentais, um centro de documentação e diversos serviços de apoio.

Para a realização de exposições temporárias de obras alheias, disse Sommer de Andrade, o Centro estabelecerá ou está em vias de celebrar acordos com outros museus estrangeiros, como é o caso, para breve, da Pinacoteca de Gand, Bélgica.

crítica de teatro

CARLOS PORTO

A professora confessa-se

«Dona Margarida», de Roberto Athayde. Interpretação: Júlia Correia. Grupo «Cena». Os Modestos (Porto). 2-7-1983.

O grupo português Cena transformou a sala dos Modestos, onde está instalado, naquilo a que chama um Espaço-Convívio. As cadeiras habituais foram substituídas por mesas nas quais os espectadores se transformam em clientes, podendo comer e beber de acordo com uma lista naturalmente imprópria para gastrónomos. Trata-se de um processo já utilizado por outros grupos (Comuna em Lisboa, Realejo no Porto) que aqui procura, em especial, aproveitar o êxito obtido por «Um Cálice de Vinho do Porto» que a Seiva

Trupe tem há um ano em cena. Observam-se, no entanto, diferenças consideráveis entre estes espaços e entre estes espectáculos, uma das quais, e não é de pequena monta, consiste no facto do espectáculo e intérpretes do Cena se encontrarem praticamente no mesmo plano, o que torna muito precária a visibilidade do espectáculo.

O grupo inaugurou esta nova fórmula com um espectáculo constituído pela interpretação de um texto brasileiro, e por canções e músicas ao vivo. Não assisti à segunda parte do espectáculo, com intervenção de voluntários, ao que suponho, e por isso limitarei esta nota a um comentário muito breve à interpretação da peça de Roberto Athayde, peça que correu grande

parte do mundo, ida do Brasil, interpretação a cargo da actriz Júlia Correia, que já anteriormente tinha estado só num palco para viver na peça francesa «A Mesa» a vida de uma mulher.

Tenha-se em conta que, além deste, o Cena estreou um outro espectáculo, «Sem Dinheiro», de que falarei em breve.

«Dona Margarida» põe-nos perante a verbalização das frustrações, solidão, desencanto de uma professora que se dirige aos seus alunos (os espectadores) numa linguagem frequentemente ácida, por vezes mesmo descabelada. A peça não se fica pelas estereótipos a que um discurso destes por vezes se reduz mas também não vai muito mais longe. Entre a paródia e o melodrama, a personagem não chega

a uma definição cabal e eficaz do seu relacionamento com os outros, da situação conflitual em que social e sociologicamente se insere. Acaba, talvez, por sobressair o cómico caricatural em detrimento do drama real que a situação potencialmente contém. Além disso, o autor desaproveita a força humana do outro lado (do lado dos alunos/espectadores) o que minimiza o carácter dialogante que a peça poderia assumir.

Júlia Correia exprimeu com simplicidade e eficácia, sem exageros, os aspectos caricaturais da personagem e também a sua verdade humana. A sua composição de Dona Margarida é excelente e se porventura não vai mais longe o facto deve-se às limitações do próprio texto.

TEATRO NACIONAL DE D. MARIA II

HOJE ÀS 21,45 h.

ESPECTÁCULO NOS PATIOS DO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

**«O ANÚNCIO
FEITO A MARIA»**

de

PAUL CLAUDEL

encenação

JORGE LISTOPAD
(por ordem de entrada em cena)

com

JOÃO PERRY
MANUELA DE FREITAS
EUNICE MUÑOZ

CARLOS DUARTE
CATARINA AVELAR
ANTONIO RAMA

ESPECTÁCULO NÃO ACONSELHÁVEL A M. 13 ANOS
DESCANSO DA COMPANHIA À 2.ª FEIRA

**TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DA
MOITA
ANÚNCIO**

Pela 1.ª secção do Tribunal Judicial da Comarca da Moita, correm editos de 30 dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, notificando a ré ZELIA LUISA CAMPOS MOURÃO, ausente em parte incerta e com a última residência conhecida na Residência Zuari, sita na Av.ª Duque d'Avila, n.º 112, 1.º esq.º, em Lisboa, para, no prazo de 20 dias,

findo o prazo dos editos, contestar, querendo a acção de divórcio que lhe move o autor Stelio José Lopes Moreira Mourão, pelos quais este pede para a acção ser julgada procedente e provada, decretando-se o divórcio entre o A. e a R. com a culpa exclusiva da R., com as legais consequências, sob pena de os autos prosseguirem à sua revelia.

Moita, 11 de Julho de 1983
O Juiz de Direito, a) — Guilherme Augusto da Igreja
O Escrivão de Direito, a) — Anibal Manuel P. de Mira
D. L. 14/7/83 — 1.ª Publicação

TEATRO NACIONAL DE D. MARIA II

**ÚLTIMO DIA AMANHÃ ÀS 21
HOJE ÀS 21**



**«LONGA VIAGEM
PARA
A NOITE»**

EUGENE O'NEILL • prémio PULITZER 1956
• prémio NOBEL 1936

**encenação de
Jacinto Ramos**

Distribuição
(por ordem de entrada em cena)

ROGÉRIO PAULO — TYRONE
LYGIA TELLES — MARY
MÁRIO PEREIRA — JIMMY
CARLOS DANIEL — EDMUND
LUZ FRANÇO — CATLEEN

ESPECTÁCULO NÃO ACONSELHÁVEL A M. 13 ANOS
DESCANSO DA COMPANHIA À 2.ª FEIRA

UM SENSACIONAL REGRESSO

**TERENCE HILL / BUD
SPENCER**



**...CONTINUAM
A CHAMAR-ME
TRINITA'**

REAL.
E. B. CLUCHER

Em 3.ª SEMANA NO PATHÉ

crónica de touros

SOLILÓQUIO

Um dia como tantos

Praça de Touros de Badajoz. Domingo, 26 de Junho de 1983. Touros do Conde de la Corte para Angel Teruel, Luis Francisco Esplá e Vítor Mendes.

BADAJÓZ. Feira de São João. Manhã. Domingo, e há lojas que vão abrindo portas, na mira dos forasteiros que atravessaram a raia, no pretexto anual do santo que às festas dá o nome, e por lado nenhum aparece, as deixa entregue a forças da natureza que já antes dele existiam, a água, a terra, o fogo. Manuel saiu cedo. No café do largo matou o jejum, com um comprimido que faz o mesmo à dor de cabeça que lhe amanhacera cravada por trás dos olhos, sobre o balcão folheou o jornal ainda fresco, viu que nada de particular tinha acontecido, na cidade e no mundo: continuaram as guerras já começadas, sucederam os atentados que estavam minuciosamente planeados, e o número de acidentes que os computadores haviam previsto, além do discurso de um bispo a respeito do aborto, declarando aquilo que outros bispos doutros lugares já tinham declarado.

A porta do café, Manuel deteve-se uns instantes, forasteiro sem poiso, de dúvida para onde ir; abanou a cabeça, a dizer que não a um cigano que lhe oferecia pesetas, entre dentes, como se ali fosse segredo tê-las, arriscado falar delas, proibido vendê-las; depois foi andando, um rufar de tambores lhe puxou os passos para o virar duma esquina, além, onde se juntava gente. Ficou também a vê-lo, aos tambores e às carantonhas enormes, sorridentes, dos gigantes e cabeçudos que atrás deles baloiçavam o andar, e à frente a marcha das pequenas «majorettes», os gestos importados a dizerem mal com aqueles rostos espanhóis e morenos, gestos repetidos da lição mal aprendida, não os sentiam na alma.

Domingo de feira, em Badajoz. Os touros para a corrida são vizinhos da cidade, vieram de Fuente de Cantos, por ali pasta a vacada que da fama guarda o nome, e no sangue uns restos muito restos do Vis-

tahermosa em que caprichava o conde de la Corte, caprichava no sangue e nas cabeças, essas sim, continuam de lenhas crescidas: mas o fraco podereaseivaqueesmoreceas vão deixando entre hesitantes e quedadas. Valeu, recolhido por coxo o que abriu praça, aquele que em primeiro lugar se lida, nobreza encastada, mal empregado touro às mãos de Teruel o ofício posto na maneirosa defensiva, as finas elegâncias esperando que lhes chegue o sentimento, que também não veio com o sobrero de Piriz, cómodo de cabeça mas não do resto, ficou o madrilenho pela andar que ao longe parecia sereno.

No passeio de São Francisco, nas danças em que despedem a manhã, os grupos vão descendo do coreto ao terreiro, a misturarem-se com a gente, folclore tem de ser coisa vivida, não apenas mostrada. Entre as ressonâncias árabes do bailar dos turcos, e o estalar das castanholas com que os valencianos de Alcúria marcam seu fandango, será a vez dos rusos se oferecerem a quem se queira unir a seus passos, deles o vigor, delas a doçura. Manuel metido ali, nunca tinha visto rusos assim tão perto, sem coragem de entrar na dança para que o chamava o sorriso da cabaça azul, o sorriso e os olhos, que já curiosos pousavam no moreno que na frente dela agita o desalinho dos cabelos de azeviche, na música duma república distante, de que não sabe o nome, vai metendo o ritmo do sapatear flamenco, do olé que faz mais rasgado o sorriso da bailadora, olé com certeza sinal de alegria, de coisa sentida, compartilhada.

Na praça de touros, pela tarde, raros olés iria ouvir Vítor Mendes. Tantos que do seu país ali estavam, nele punham os olhos, dele afinal só se puderam gabar nas bandarilhas. Ai sim, Manuel bem viu que foram do patricio os melhores pares da tarde, trazendo as farpas desde cá de baixo

baixando-as rectas e unidas lá de cima; então no último, terminadas as ofertas entre os companheiros, que ao término dão alegria mas roubam unidade, foi mesmo de antologia o bandarilheiro sozinho de Mendes, desde o medir os terrenos ao colar o touro, do cravar certo ao sair com garbosos vagares. E os três pares ligados, no ritmo que o corpo do toureiro marcava. Ritmo que no resto da lide se iria perder: fácil na arena, isso vem das corridas toureadas, hoje ao lado de primeiras figuras, amanhã com os touros que elas recusam. Mas não chega: nas faenas de Vítor Mendes tudo foi a menos, excepto a espadita de madeira, que ele tem obrigação de por de lado, está a mais. Faltaram o mando, o temple, a garra, o sentimento: faltas bastantes para explicarem por que, das tardes que este ano leva toureadas, só uma orelha ainda cortou, em arena modesta e francesa. Cuidado, que do sítio onde tanto custa a subir, num instante se desce: para baixo todos os santos ajudam, até os que não fazem milagres, os do pé da porta, como o São João de Badajoz.

Restaram, para consolo de Manuel, os detalhes de Luis Francisco Esplá, ressuscitador de sortes e maneiras dos antigos: se brinde não tinha havido, com a montera posta fez toda a faena ao quinto, da cabeça só a tirou para o desplane, cravada a estocada inteira; e depois veio o adorno de a pendurar numa haste do inimigo, que nas tábuas buscava abrigo onde morrer. Na arena, o lance desusado, o gesto secular, na trincheira, o sítio mais próximo daquele onde lá dentro estiver o companheiro; em tudo, a permanente «toreria» de Esplá, onde parece natural a atitude deliberada, estudada, fruto dessa escola que lhe vem dos verdes anos. Já naquela feira de Valência de 1975 os críticos exigentes a tinham percebido, escrevia Navalon que «Esplá se las sabe todas», admirava Zabala a sua «asombrosa precocidade torera». Mas só agora se começam as massas a fixar nesse matador completo, que não é apenas florido

bandarilheiro, ganha direito ao tratamento de maestro.

Era essa «toreria» que ficava a animar o fim de tarde, o esmorecer do afã de Manuel por sensações que já não esperava fortes, pela feira de Badajoz não sente a mesma ilusão da primeira, ao lado do pai no autocarro do sector 1, cheio de velhos aficionados; o pequeno almoço em Vendas Novas, as sandes de lombo reforçadas; o coração a bater-lhe mais depressa da emoção de passar a fronteira; chegaram, foram direitos ao Hotel Simancas, o senhor Carvalho tratara de tudo, Manuel parece que está a vê-lo, a presidir à distribuição dos quartos, dos bilhetes para as corridas, fila baixa. Agora o senhor Carvalho já não existe, e o Simancas também não, foi ficando esventrado por obras nunca mais começadas, Manuel evita passar-lhe à porta, aquele abandono faz-lhe triste a lembrança que foi ali a última noite do general Delgado, antes de partir para a cilada dos que iam matá-lo. Coisas que doem, misturadas com outras que apenas vão ficando longe, a velha sala de jantar, o pai de Manuel dividindo com ele a garrafa do Paternina, rótulo de banda dourada, que esteja bem fresco, e depois do café a conversa, noite fora, aquele touro de Gandarias, se em voz de Curro Giron tinha tocado ao Ordóñez... e aquela faena de Gregório Sanchez numa tarde de tormenta, como pode um toureiro seco ter tanto sabor... Manuel pensa em tudo isso com uma nostalgia suave, afinal foi mais um dia como tantos, e sem a dor de cabeça aparecer outra vez, fingiu-se enganada por uma simples aspirina, deixou que as horas passassem como a corrida de touros: duma maneira apenas suportável, sem nada que viesse sacudir a desesperança, neste mundo de sociedades anónimas. Mas Manuel olhou o céu que escurecia, viu que as nuvens ainda brancas recortavam, lá em cima, desenhos caprichosos, de algodão que se estendia preguiçoso, abrindo lugar para as estrelas.

Hoje



Na RTP-1 exibe-se hoje o 19.º episódio da série **A Balada de Hill Street**

15.05 **Verão Azul**. (1.º episódio).
16.05 **O Homem e a Terra**. «O Cemitério Helado».
16.30 **Vale a Pena Ver de Novo**. «Reviver o Passado em Brides-head». (2.º episódio).
18.00 **Tempo dos Mais Novos**
18.20 **Curso de Línguas-Inglês**. (Follow me) 7.ª e 8.ª lição.
18.55 **Autovisão**
19.30 **Telejornal**
20.30 **Telenovela**. «Origens».
21.05 **A Balada de Hill Street**. (19.º episódio).
22.00 **1.ª Página**.
22.55 **Último Jornal**. Inclui resumo da etapa do dia da Volta à França em Bicicleta.



Joan Sutherland



19.02 **TV/2 Notícias**.
19.15 **Desenhos Animados**. «O Homem Pássaro».
19.35 **Estúdio Aberto**. «Terminismo».
20.05 **Sara Dane**. (Último episódio).
Intérpretes: Juliet Jordan, Elona Rogers, Barry Quin, Peita Toppano, Brenton Whittle, Judy Dick.
Realização: Gary Conway.
20.55 **Os Grandes Sopranos**. «Joan Sutherland».
22.00 **Jornal da Noite**.
22.20 **Parabéns P'ra Você**.

Amanhã



13.00: Desenhos Animados; 13.30: Jornal da Tarde; 14.00: «Pai Herói»; 15.00: Gente e Ideias; 15.30: Matinée das 3 e 1/2; 17.00: Os Grandes Rios; 17.50: Sumário; 18.00: Tempo dos Mais Novos; 18.25: Curso de Línguas-Francês; 18.55: Tur/83; 19.30: Telejornal; 20.30: «Origens»; 21.00: Super estrelas com Charles Aznavour; 22.00: XVI Exposição de Arte Ciência e Cultura; 23.00: Último Jornal.

13.00: Teletexto; 19.00: TV/2 Notícias; 19.10: Desenhos Animados; 19.30: Fronteiras da Música; 20.00: O Traje em Portugal; 20.30: Música de Corte no Palácio da Ajuda; 21.00: Segredos diplomáticos; 22.00: Jornal da Noite; 22.20: «Parabéns P'ra Você» (1.º episódio).

A V I S O

SERVIÇO DE LUTA ANTITUBERCULOSA SLAT

Estão em aberto vagas de

ASSISTENTE DE PNEUMOTISIOLOGIA-SLAT

para o distrito de Évora

Ao Abrigo do n.º 5 do art.º 11.º da Portaria n.º 1103/82 de 23 Novembro

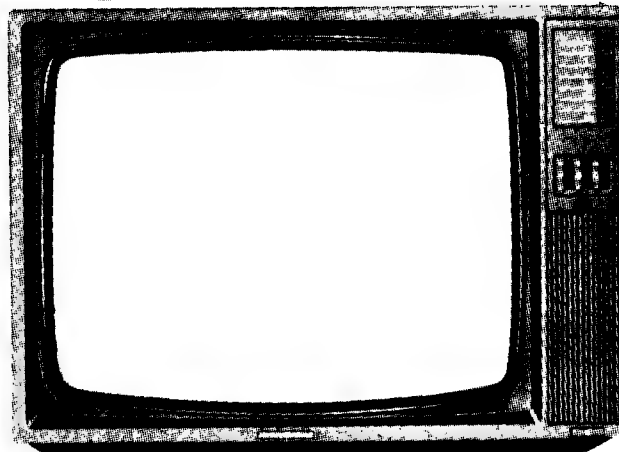
Contactar com o Coordenador distrital do SLAT—Dr. João António Silva Herdeiro



EVITE

locais pouco frequentados

39.990\$00
ÉCRAN 51 CM



com troca do seu TV usado

M. L. FERREIRA

RUA D. ESTEFÂNIA, 48 - A
AV. DA REPÚBLICA, 54 - B
1000 LISBOA

GRUNDIG

a segurança de um grande nome seleccionou para si...



A Balada de Hill Street (21.05)



Os Grandes Sopranos «Joan Sutherland» (20.55)

Origens

Sara conta a Duarte o resultado do encontro com o notário e a sua decisão de ir viver para o pavilhão de caça e ainda o seu grande desejo de vir a conhecer o pai.

Nuno procura Gaspar no Conservatório e conta-lhe o que se passou na polícia. Xavier assiste à conversa diz-lhes que a brigada que procurou foi a da droga.

Otília, preocupada com a ausência de Gaspar, procura telefonar-lhe.

Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraca, 17 - Cruz Quebrada - Telef 2112871



roteiro cultural

Música

Por causa do tão falado sol e hospitalidade portuguesa, por vezes acontece que o Hot (Praça da Alegria, 39) «aparece» de passagem músicos estrangeiros que acabam por, ir lá tocar. Desta vez vai o **Wolfgang Schmidtke Quartet**, com Wolfgang Schmidtke (sax soprano, alto e clarinete baixo), Berth Fastenrath (guitarra), Ihald Iheller (contrabaixo) e Dietmar Koch (bateria). Sessões hoje, amanhã e depois, às 22.30 e às 0.30.

Cinema

Realiza-se hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória, do PCP, à Avenida da Liberdade, uma projecção do filme «Em prol da Paz», seguida de debate com Francisco Carvalho e Zilda Carvalho.

Bailado

O Ballet Gulbenkian vai despedir-se do público de Lisboa, na presente temporada, com um programa extraordinário em que serão apresentados, em estreia absoluta, dez pequenos bailados criados, em regime experimental, no 10.º Estúdio Coreográfico da Companhia. Este programa será apresentado no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, hoje e am-

nhã, às 21.30. Os bailados em referência são da autoria de Ana Rita Palmeirim, Gagik Ismailian, Paula Pinto, Martha Athayde, Edmund Strip, Lucia Lozano, Olga Roriz, César Moniz e Carlos Fernandes.

Poesia

O convidado das habituais sextas-feiras do **Manjar Poético** (Rua do Norte, 17) será amanhã, às 20.30, José Blanc de Portugal, Prémio de Imprensa em 1960 e Prémio Fernando Pessoa em 1959, autor de importantes livros de poesia como «Espaço Prometido», «Odes Pedestres» e «Parva Naturalia».

Teatro

«**Novas Perspectivas**», de Franz Xaver Kroetz é o novo espectáculo do Teatro da Cornucópia e estreia hoje no Teatro do Bairro Alto. O espectáculo, que se integra no ciclo dedicado pela Cornucópia ao Teatro do Quotidiano, fará (para já) apenas uma curtíssima carreira de duas semanas, antes da interrupção para férias anuais da Companhia. A encenação é de Luís Miguel Cintra, o cenário de Cristina Reis e a montagem de Fernando Correia.

O **Festival de Teatro Amador de Lisboa** de



Uma Cena de «O Céu e o Inferno», de Mórime, pela Companhia do Centro Cultural de Évora

1983 prossegue amanhã, às 21.30, no Teatro de S. Luiz, com a apresentação do Grupo de Teatro de Carnide com «O Crime da Aldeia Velha», de Bernardo Santareno.

O Teatro Amador de Intervenção - TAI - Estreia o seu novo espectáculo «As Mãos e o Resto», criação colectiva do teatro de fantoches para público adulto (m/13 anos), amanhã, pelas 21.30 horas, na sala do Selva Trupe (Rua de Camões), no Porto. O espectáculo será também apresentado no sábado, às 21.30 e no domingo, às 16 e 21.30 horas.

O **Centro Cultural de Évora** continua as representações da peça de Michel Vinaver «Dissidente, só», no Teatro Garcia de Resende, em Évora, com espectáculos hoje, amanhã e depois, às 21.30. Entretanto, a Companhia continua a apresentar no concelho de Loures a peça de Prosper Merimée «O Céu e o Inferno». Os espectáculos realizam-se às 21.30, nas seguintes localidades: hoje na Pontinha; amanhã em S. Julião do Tojal; sábado em S. João da Talha.

Exposições

A Cooperativa Árvore, do Porto, aceitou um convite que lhe foi dirigido no sentido de manter em permanente actividade uma galeria nas instalações da Pousada D. Dinis, de Vila Nova de Cerveira.

Esta acção insere-se na descentralização cultural que a cooperativa está a levar a efeito, sendo sua intenção realizar mostras de artistas seus associados noutros pontos do país, sobretudo no Norte.

As edilidades ou colectividades de cultura poderão, para esse fim, contactar a sede da cooperativa.

«Artistas do Porto» é o nome genérico desta primeira mostra que apresenta trabalhos, entre outros, de Armada Passos, Pedro Rocha, Jaime Isidro, Carlos Carreiro, José Rodrigues, Henrique Silva, Ângelo de Sousa, Zulmiro de Carvalho, Sobral Centeno, Albuquerque Mendes, Carlos Marques e Helena Abreu.

A inauguração realiza-se no próximo sábado, dia 16, pelas 17 horas, estando patente ao público até fins de Agosto.

As exposições organizadas pela Cooperativa Árvore em Vila Nova de Cerveira, contam com o apoio, além da Pousada D. Dinis, da Comissão Organizadora da Bienal de Arte daquela localidade.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA

TELEFS. 23846/22346/25245 - APARTADO 72

3001 COIMBRA CODEX

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

Até às 15 horas do dia 29 de Julho de 1983, aceitam-se propostas em carta fechada e lacrada para:

RECUPERAÇÃO DE PRATA DOS

FIXADORES RADIOLÓGICOS USADOS

A abertura das propostas far-se-á uma hora depois de expirado o prazo da entrega das mesmas.

As restantes condições estão patentes nos Serviços de Aproveitamento - Secção de compras - do C.H.C. - Quinta dos Vales - S. Martinho do Bispo - 3000 Coimbra - Telef: 33019

O SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

rádio

«ANTENA UM»
16.00 «batida de limão»;
17.00 «ZGIBZ» (RDP/Norte) -
(Tranquilamente ao entardecer na Antena Um); 18.30 Informativo de Trânsito; 19.00 «Informação e Música»; 20.00 «O espaço é seu» - Maria Emília Michel; 21.00 «A viver também se aprende»; 21.30 «Viva a noite» - «Antena 1 do Casino Estoril»; 23.00 -
Títulos do último jornal: **Noticiários Intercalares** às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas

Programa 2
15.30 Que quer ouvir - 2 Concertos em Dó Maior, para violoncelo e orquestra, de BOCHERINI: - Concerto n.º 1; e Concerto n.º 2; 17.00 Tempo de Bailado; 17.40 Música para órgão, de Carlos Seixas; 18.05 - Cultorando, diário de actualidade cultural; 19.30 Cancioneiro Popular; 20.10 Música de cena: - Sonho de uma noite de verão, de Mendelssohn; 21.00 Velhas ciências novas técnicas; 21.40 Música portuguesa: - Suite Medieval, de Frederico de Freitas; 4 Bosquejos para orquestra de arcos, de LOPES GRAÇA; 22.30 Música de Piano; 23.00 Intercâmbio Musical: Festival de Música de Montreux-Vevey 1982 Concerto de música barroca, pela Orquestra «I Musici»; 01.00 Noticiários de hora a hora

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397 m)
14.00: Matinée; 17.00: Rápido das cinco; 19.00: Musical; 20.00: Contacorrente; 20.30: Quando o telefone toca (3 edições); 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Programas religiosos; 22.30: Tempo de Desporto; 23.00: 24ª Hora; 01.00: O Passageiro da noite. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)
15.00: O Vapor; 16.00: O som da frente; 18.00: Circulo em FM; 19.00 Em Órbita; 20.00: Cinco Estrelas; 21.00: Jazzfone; 22.00: Café concerto; 00.00: Dois pontos. Noticiário de hora a hora.

Rádio Renascença
Rede Nacional de OM e FM
15.00 Equipa da Tarde; 18.00 Jornal das Regiões; 18.30 Transmissão do Terço; 19.00 Programa da L.A.R.; 20.00 Horizonte; 21.00 Hora de Música; 22.00 Grande Circulo; 23.00 ÚLTIMA HORA; 23.55 Meditando, Noticiários intercalares todas as horas

Rede Sul de FM
15.00 Duas vezes seis;
21.30 Quando o telefone toca;
22.00 Pentagrama

Tiragem média diária do mês anterior: 42 150 exs.

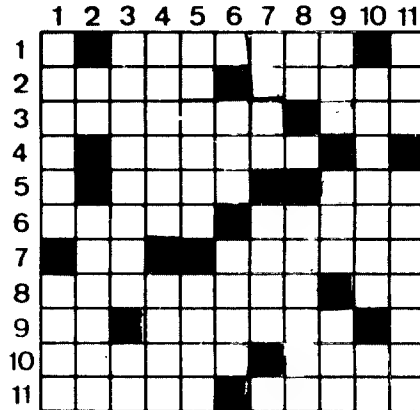
palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 785

HORIZONTAIS:

- Artigo definido. Sinceridade. Tempo do verbo ser.
- Crença política. Da Sardenha.
- Invólucro espinhoso de alguns frutos (pl). Prefixo que designa terra.
- Nome de flores.
- Um dos antigos poetas latinos. Trezentos em romano.
- Fimbrias. Novecentos e três em romano.
- Artigo definido (ant) Indignadas.
- Não mencionamos. Sua Majestade.
- Batráquio. Liga de prata usada principalmente na fabricação de talheres.
- Região do noroeste da Ásia Menor, entre o Egeu e o Ponto Euxino, célebre pelo culto de Cibele. Guarnecer de asas.
- Irmão de Moisés. Berreiro.

Resolva completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



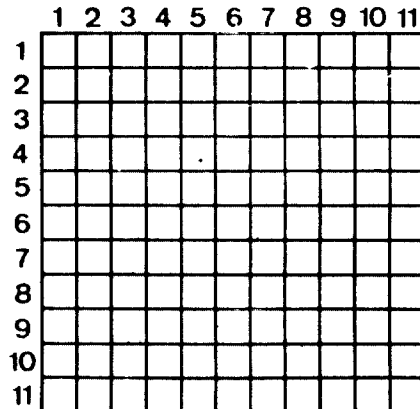
VERTICAIS:

- Conformidade. Abandonada.
- Rutínio (s.q.). Movera os remos.
- Cidade de Itália. Distar.
- Cidade da Turquia europeia. Acrescentando uma consoante é filipino.
- Tocais de leve. O mesmo que liense.
- Gemme (fig). Soluça.
- Tosto. Planta tóxica do Ceará.
- Concede. Mastigar sem engolir.
- Unidade de trabalho. Uma das mais belas tragédias de Corneille. Agarrei.
- Apeavas. Antigo Testamento.
- Aurora. Meditara.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9635

HORIZONTAIS:

- Caminha. Ingénio (pop).
- Torna morno. Canto de muitas vozes. (pl).
- Fruto da azeit. Vazios. Duzentos em romano.
- Apara. Nome de fruto.
- Clima. Fileira. Medida agrária inglesa equivalente a 25m².
- Artigo definido. Passado. Pequeno símil do Brasil.
- Cidade do estado de São Paulo. Platina (s.q.).
- Insur. Golpe.
- Despida. Naquele lugar.
- Tens. Assassina.
- Artigo definido. Sádios.



VERTICAIS:

- Pois a mar. Embriaguez.
- Observar. Artérias.
- Doutoras. Mulheres.
- Pretexto de privação. Utensílio doméstico. Futili.
- Computaram.
- Acrescentel. Arsénio (s.q.).
- Preposição. No Oriente, espécie de pombo.
- Colocar-se em posição conveniente para ser pintado ou fotografado. Rio de Itália. Preposição e artigo.
- Clima. Patenteais.
- Doce de coco. Tálho (s.q.).
- Aversão. Óleo extraído da azeitona.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 784

HORIZONTAIS:

- Pé. Sairemos.
- Solto. Na.
- AO. São. MEDO.
- los. Cosa.
- Amor. Arem.
- Barrelas.
- Pelair. Aro.
- Rijas.
- Eram. Cão. Ah!
- Iam. Poisa.
- SS. Carroças.

VERTICAIS:

- Praias. Reis.
- Oom. Piras.
- SOBEJAM.
- Sós. Ralam.
- Alar. Ras. Pá.
- lto. An. Cor.
- Ro. Cré. Sair.
- Moela. Oso.
- Esmara. Ac.
- Onda. Sa.
- São. OLHOS.

Provérbio: Ao medo sobejam olhos

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9634

HORIZONTAIS:

- Páras. Botar.
- Amem. Soca.
- Rem. Agi. Cor.
- lto. Apar.
- Abre. Eras.
- Fa. Boa. Ir.
- Riad. Pá.
- Al. Trema. Ri.
- Regar. Assem.
- Rã. Ló. Otel.
- Arco. Amas.

VERTICAIS:

- Parda. Barra.
- Eme. BF. Lear.
- Remirar.
- Am. Te. Italo.
- Ao. Barro.
- Pg. Rode.
- la. Mão.
- Os. Pé. Pasta.
- Tocana. Sem.
- Aporar. Rela.
- Raros. Rimos.

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS Banco Fundado em 1864

BANCO CENTENÁRIO Um Banco Moderno

COTAÇÕES DE NOTAS

	(Por unidade)	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	82\$10	88\$10	
ALEMANHA FED (marco)	45\$30	46\$40	
AUSTRIA (xelim)	6\$35	6\$55	
BÉLGICA (franco)	2\$095	2\$295	
BRASIL (cruzeiro)	\$070	\$170	
CANADA (dólar - notas de 1 a 2)	95\$25	97\$25	
(notas de 5 a 1000)	95\$75	97\$75	
DINAMARCA (coroa)	12\$65	13\$05	
ESPAÑA (peseta)	\$757	\$877	
EUA (dólar - notas de 1 a 2)	117\$55	119\$55	
(notas de 5 a 1000)	118\$05	120\$05	
FINLÂNDIA (marka)	21\$00	21\$60	
FRANÇA (franco)	15\$05	15\$75	
HOLANDA (florim)	40\$50	41\$50	
INGLATERRA (libra)	180\$25	184\$25	
IRLÂNDIA (libra)	143\$80	147\$80	
ITALIA (lira)	\$070	\$080	
JAPÃO (iene)	\$460	\$495	
NORUEGA (coroa)	15\$00	16\$50	
SUECIA (coroa)	16\$05	16\$55	
SUIÇA (franco)	55\$35	56\$45	
VENEZUELA (bolivar)	9\$05	10\$05	

Observações:

- No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 5 por mil

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma
As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Int. men. 18 anos

FÉRIAS ESCALDANTES

c/Margit Man e Sasha Hehn

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00
N. ac. men. 13 anos

A GUERRA DO FOGO

6.ª semana

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

As 15.30, 18.30 e 21.30
- Int. men. 18 a.

EMMANUELLE, A ANTIVIRGEM

6.ª Semana

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

O CANDIDATO

3.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

A CORRIDA MAIS LOUCA DO MUNDO

3.ª Semana

CASTIL 530194

Rua Castilho

As 15.30, 18.30, 21.30

O ROLLS-ROYCE AMARELO

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (at. Saldanha)

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

A ROSA

As 24.00

O MAGNÍFICO

CITY CINE 49999

R. Tomás Ribeiro, 34

As 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

MÚSICA NO CORAÇÃO

As 23.45

MULHER ENTRE CÃO E LOBO

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

As 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

E.T. O EXTRATERRESTRE

As 24.00

GUERRA ABERTA

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

As 14.15, 16.30 e 21.30

N. ac. men. 13 anos

MÚSCULOS DE AÇO

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

As 14, 16.30, 19 e 21.30

- M. 12 a.

SAS, TERROR EM SÃO SALVADOR

5.ª Semana

2000 2100055

Av. Bomb. Voluntários, lts. 113/4

As 15.30, 18.30 e 21.30

Int. men. 18 anos

ADEUS AMÉRICA

EDEN 320768

P. Restauradores, 21

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

N. ac. men. 18 anos

LIÇÕES PRIVADAS

3.ª semana

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

As 15.30, 18.30 e 21.30

N. ac. men. 13 anos

OS DEUS DEVEM ESTAR LOUCOS

50.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

As 15.30, 18.30, 21.30

Int. m. 18 anos

O EXTERMINADOR

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

As 15.15 e 18.30

QUADRO PHEMIA

As 21.30

Int. men. 13 anos

OS CANHÕES DE SAN SEBASTIAN

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

As 14.30, 18 e 21.30

Maiores 12 anos

FANNY E ALEXANDRE

5.ª semana

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

As 14.15, 16.30, 18.15, 21.30

Para todos

O GENDARME

E OS EXTRA-TERRESTRES

As 24.00

O ÚLTIMO PADRINHO

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

As 15.15, 21.00

N. ac. men. 13 anos

BEN-HUR

3.ª Semana

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Não acons. men. 18 anos

LIÇÕES PRIVADAS

2.ª semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

As 14, 16.15, 18.30 e 21.30

- M. 12 a.

LA BOUM 2

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20

As 15.15, 18.15 e 21.30

Int. men. 18 anos

A FÚRIA DO DRAGÃO

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109

As 14.15, 16.30 e 19.00

FUGA PARA A VITÓRIA

As 21.30

Int. men. 18 anos

O JUSTICEIRO DA NOITE

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

As 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

N. ac. men. 13 anos

CONTINUAM A CHAMAR-LHE TRINITY



Uma cena do filme «A cidade branca».
Realizado por Alain Tanner. Em exibição no Quarteto.

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1

As 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

N. ac. men. 13 anos

SURO - O REBANHO

As 23.30

O LADRÃO DE PARIS

As 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

Ma. 13 anos

CARMEM JONES

As 23.30

FRANKENSTEIN CRIOU UMA MULHER

As 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

N. ac. men. 13 anos

AQUI HÁ GATO

As 23.30

STRAVINSKY, O GRANDE JOGADOR

As 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15

Ma. 18 anos

CIDADE BRANCA

As 23.30

VIRIDIANA

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

As 15.30, 18.30, 21.30

N. ac. men. 18 anos

LIÇÕES PRIVADAS

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

As 14, 16.30, 19 e 21.30

- M. 12 a.

A ESPADA DOS BÁRBAROS

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 — «O Candidato», às 21.30 (12 anos)

ALFA-2 — «Morte ao Sol», às 21.15 (13 anos)

ALFA-3 — «Opção Final», às 21.45 (12 anos)

QUINTETO — «O Duetto da corda» às 21.30 (13 anos)

CINESTÚDIO ACS — «A Ilha Azul», às 21.15 (13 anos)

ZODIACO — «O Expresso da Meia-Noite», às 21.30 (18 anos)

OLIMPIA — «Boncos Sexuais» (18 anos) sessões permanentes

CAPITÓLIO — «As insaciáveis do sexo» As 21.00 e 23.00 (18 anos)

RESTELO — «Sem Amor e sem Remorso», às 21.30 (13 anos)

CINEMATECA PORTUGUESA — «A Costureira da Sé» às 21.30 (13 anos)

ROYAL — «Ambição de Glória» às 21.30 (13 anos)

PROMOTORA — «O Homem de Hollywood» às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS — Stadium — «Massacre do Reas», às 21.30 (18 anos)

PAÇO DE ARCOS — Chaplin — «E. T. O Extraterrestre», às 21.15 (6 anos)

OEIRAS — Oeiras Cine — «A Grande Luta», às 21.15 (18 anos)

PARADE — Royal Cine — «Dupla Suspeita», às 21.30 (18 anos)

ESTORIL — Casino — «Estado de Guerra», às 21.15 (18 anos)

ESTORIL — Palácio — «A Bomba na Marinha», às 21.30 (13 anos)

S. JOÃO DO ESTORIL — Cinelândia — «Os Selvagens da Noite», às 21.15 (18 anos)

Cascais — OXFORD — «O Caos Concorde», às 21.30 (18 anos)

Cascais — IMPALA — «O Dragão do Lado do Fogo», às 21.30 (13 anos)

Outra banda

ALMADA — Incrível — «A Música não pode parar», às 21.15 (13 anos)

ALMADA — Academia — «Os grandes Aldabões», às 21.15 (10 anos)

Almada — CINE ESTÚDIO — «Vingança Forçada» às 21.30 (18 anos)

Costa de Caparica — SILCINE — «A Grande Branca», às 21.30 (18 anos)

TRAFARIA — Pavilhão Jardim — «Escândalo em Família», às 21.15 (18 anos)

SETUBAL — Júpiter — «As Portas do Céu», às 21.15 (13 anos)

Linha de Sintra

AMADORA — Cine Plaza — «Ator a Águia Invencível», às 21.30 (13 anos)

CACÉM — Cine Estúdio Flores — «O Bar da Última Esperança», às 21.30 (13 anos)

SINTRA — Carlos Manuel — «Cidade Branca», às 21.30 (18 anos)

ERICEIRA — Cineestúdio — «Shogun, o senhor da guerra», às 21.15 (18 anos)

Porto

BATALHA — «O Contrabandista», às 21.45 (16 anos)

PASSOS MANUEL — «O Candidato», às 21.45 (12 anos)

TRINDADE — «Tootsie», às 21.30 (13 anos)

OLIMPIA — «Os Prazeres de Pompeia», às 21.45 (13 anos)

TERÇO — «Força de Intervenção Antidrogas», às 21.30 (13 anos)

LUMIÈRE — Sala A — «Roadie» às 21.30 (13 anos)

LUMIÈRE — Sala L — «A Primeira Noite», às 21.45 (13 anos)

PEDRO CEM — «O Gendarme e as Gendarmetas», 21.30 (13 anos)

SÃO JOÃO — «O Padrinho», 21.30 (18 anos)

BEBE — «Jonas, 25 anos no ano 2000», às 21.45 (13 anos)

JULIO DINIZ — «Fim-de-Semana Sangrento», 21.30 (18 anos)

RIVOLI — «A Grande Paródia» 21.30 (9 anos)

CHARLOT — «La Boum», às 21.30 (13 anos)

VALE FORMOSO — «Onde o Sol Nunca Brilha», 21.30 (18 anos)

COLISEU — «E tudo o vento levou» 21.30 (13 anos)

ESTÚDIO — «Um Caso Estranho», 21.30 (13 anos)

AGUIA — «Os Comandos de Sua Magestade», às 21.30 (13 anos)

FOCO — «O Grande Conquistador», às 21.30 (13 anos)

Lisboa

PERMANENTE

ALVALADE-AV. BRASIL — Marbel — Av. de Roma 131 A (Tel. 776235);

CHELAS-COLEGIO VALSSASSINA — Santos Silva — Zona N2 Chelas Bloco III

Lote 226 Loja 22 (Tel. 3866255);

ESTRELA-INFANTE SANTO — ALB — Rua Santana à Lapa 156 (Tel. 663562);

BENFICA-IGREJA-CEMITÉRIO — Lisboa — Rua Cláudio Nunes 73 A (Tel. 703393);

INTENDENTE-CINEMA ROXY — Magalhães — Av. Almirante Reis 4 DF (Tel. 549479);

POÇO NEGROS — Modelar — Lg. Dr. Ant. Sousa Macedo 7 (Tel. 608898);

REGO — G. Silva — Rua Franc. Tomás Costa 3 AC (Tel. 771873);

RIO SECO — Blotifar — Rua D. João Castro 27 B (Tel. 638824);

ROMA-TEATRO MARIA MATOS — São João de Deus — Rua Pedro Ivo 1 AB (Tel. 885140);

SALDANHA — Cardeira — Av. Duque de Ávila 32 C (Tel. 543495);

SÃO VICENTE — Rosa & Viegas — Rua São Vicente 31 (Tel. 864351);

ALGÉS — Branco — Av. Comb. Grande Guerra 29 (Tel. 2112081);

ODIVELAS — Joleni — Rua Dr. Alexandre Braga 3 B (Tel. 910812);

PONTINHA — Pontinha — Est. Santo Elói 4 Lote SE (Tel. 990220)

REFERÇO

ALCANTARA — Nogueira — Rua de Alcântara 5 A/5 B (Tel. 637563);

ALTO

PORTE
PAGO

DL

Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade
e Serviços Técnicos:
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1426/82
Endereço Telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5
Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784



MARES DE HOJE			
PREIA-MAR	BAIXA-MAR		
6.59	3.9 m	12.31	1.0 m
19.16	4.1 m	DIA 15	
7.49	3.8 m	1.12	0.9 m
20.07	4.0 m	13.24	1.1 m

TEMPERATURAS DO AR
AS 6 HORAS

VIANA DO CASTELO	17°
BRAGANÇA	17°
VILA REAL	15°
PORTO	17°
COIMBRA	16°
CABO CARVOEIRO	18°
PORTALEGRE	18°
LISBOA	15°
ÉVORA	13°
BEJA	12°
FARO	15°
SAGRES	16°
PONTA DELGADA	17°
FUNCHAL	20°

Submarino nuclear norte-americano desde ontem fundeado no rio Tejo

O submarino nuclear norte-americano «Nathaniel Green» encontra-se desde ontem no cais Nato, na Trafaria, em pleno rio Tejo.

De acordo com informações recolhidas junto do Estado-Maior da Armada o «Nathaniel Green» ficará em Lisboa até depois de amanhã.

A sua «visita» tem como objectivo o descanso da tripulação, que é constituída por 14 oficiais e 130 sargentos e praças. Com 129,5 metros de comprimento, 10,1 de boca e 9,6 de calado, o «Nathaniel Green» desloca 7250 toneladas.

Ainda segundo o porta-voz do Estado-Maior da Armada o submarino nuclear americano — de resto como sempre acontece com qualquer navio de propulsão nuclear, seja da marinha mercante ou de guerra — foi inspecionado por técnicos do LNETI (Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial).

Este facto, contudo, está longe de ser tranquilizador para a opinião pública. A verdade é que este tipo de navios continua a não ter autorização para a entrada na maioria dos portos europeus. Lisboa, no entanto, mantém-se como porto completamente aberto e disponível. Obviamente, de acordo com protocolos ao nível NATO.

Nova administração da RTP

Deverá verificar-se no princípio da próxima semana a posse do novo conselho de administração da RTP presidido por João Palma Ferreira — soube o «DL», esta manhã, de uma fonte socialista.

Quanto à distribuição dos pelouros pelos membros do novo conselho (José Niza e João Tito Morais, além de Palma Ferreira) disse-nos a mesma fonte que não foi tomada ainda uma decisão. Tudo aponta, no entanto, para que José Niza fique com o pelouro da programação (para o qual já estarão convidados António Reis e Júlio Isidro), Tito Morais com o sector de pessoal e administrativo, propriamente dito, e Palma Ferreira com a informação.

Entretanto, para o lugar deixado vago na Biblioteca Nacional pelo novo presidente da RTP, o nome mais falado continua a ser o de Raul Rego.

Ontem à noite na zona do Areeiro

Três irmãos feridos a tiro em confronto com agentes da PSP

TRÊS irmãos foram alvejados a tiro, cerca da meia-noite de ontem, durante um confronto com elementos de um carro-patrolha da PSP ocorrido na esplanada da cervejaria «O Pote», na Avenida João XXI, ao Areeiro. Um deles, Luís Fonseca Rodrigues, de 18 anos, estudante, encontra-se em «estado desesperado» no Serviço de Urgência Cirúrgica do Hospital de S. José. Quanto aos outros dois, José Fonseca Rodrigues, de 23, estudante, e Manuel Fonseca Rodrigues, de 21, a prestar serviço militar, já estão livres de perigo no Hospital de Santa Maria. Nos incidentes ficaram ainda feridos, embora sem gravidade, dois agentes da PSP, um deles alvejado no antebraço esquerdo e o proprietário da pastelaria Zurique, José dos Santos Carmo, de 38 anos, atingido a tiro numa perna, os quais tiveram alta após receberem tratamento no

Hospital de S. José.

De acordo com a versão policial, coincidente com a que nos foi narrada no local por algumas testemunhas presenciais, tudo começou quando um grupo de quinze jovens (já conhecidos na zona pelas suas tropelias) tentaram forçar a entrada na pastelaria «O Pote». O proprietário do estabelecimento, David Costa Montenegro, de 35 anos, acabou por ser agredido a soco na cara tendo telefonado para a Polícia. No local apareceu pouco depois um carro-patrolha, com três agentes, que ao tentarem recolher elementos sobre os acontecimentos foram envolvidos pelo grupo. Dois deles viram-se agredidos e despojados dos cassetetes, tendo então reagido «primeiro com disparos para o ar e depois para o nível dos pés» dos seus contendores. Acontece que três dos jovens apareceram com balas no corpo, tendo

uma delas atingido Luís Rodrigues no abdómen. Quanto ao pasteleiro José do Carmo, que acorreu para auxiliar os agentes, foi atingido, ao que afirma a PSP, por um projectil disparado por um indivíduo não identificado.

Segundo afirmou ao «DL» o irmão de David Montenegro, co-proprietário de «O Pote», o estabelecimento embora tenha licença para encerrar as suas portas às duas horas, tem fechado ultimamente o serviço de esplanada às 22 horas, «a fim de evitar a permanência no local de drogados e outros tipos de marginais».

Do grupo de quinze jovens, quase todos residentes na zona e que incluíam algumas raparigas, foi detido na altura o estudante Luís de Sousa, de 22 anos, que ainda hoje será presente aos Juízos de Instrução Criminal.

Ameaçava com o nome das «FP-25»

Industrial chantagista enviado a tribunal

PORTO, 14 — Ao cabo de intensas diligências, a Polícia Judiciária de Braga pôs a descoberto o autor dos telefonemas anónimos que começaram a ser feitos em fins de Março último para determinados gerentes bancários e advogados, a exigir avultadas importâncias, como se de uma exigência «revolucionária» se tratasse.

O indivíduo em causa é um industrial de Braga, de apelido Pires, que mal foi interceptado pela PJ, logo confessou a prática

dos factos, justificando-os com a situação difícil da sua empresa.

O referido industrial intitulava-se, também, como elemento activo das «Forças Populares 25 de Abril» e, entre outras ameaças, dizia que se o pedido não fosse satisfeito nas condições de tempo e lugar exigidas, «seria a morte dos visados».

Afectado psicologicamente pelo clima de terror que se instalou em sua casa, um gerente

bancário decidiu, entretanto, solicitar o auxílio da Polícia Judiciária que, como dissemos, acabou por interceptar o industrial chantagista ao fim de três meses de duras investigações.

Interrogado, ainda, sobre a sua conduta, o industrial confessou, também, que nunca esteve ligado, a qualquer organização revolucionária e muito menos às «FP-25» e que a evocação destas visava unicamente dar maior credibilidade aos seus telefonemas.

Acusados de fraudes e irregularidades

Três portugueses expulsos de Moçambique

Três portugueses e um mauriciano foram intimados a abandonar Moçambique num prazo que varia entre os sete e os 30 dias devido a «actividades irregulares e fraudulentas» — soube, hoje, a Anop em Maputo.

Trata-se de Augusto de Sousa de Saraiva Garcia, 47 anos, divorciado, acusado pelas autoridades moçambicanas de estar envolvido na transacção ilegal de um estabelecimento comercial,

de não ter regularizada a sua situação de cidadão estrangeiro em Moçambique e de ter tentado obter os respectivos documentos de forma ilícita.

Carlos da Silva Reis, 27 anos, natural de Cochim, acusado de dedicar ao tráfico e consumo de droga e Hélder Gabriel Corlissiano Domingos, 33 anos, moçambicano naturalizado português, em 1976, acusado da venda de cadernetas falsas de senhas de combustível.

O mauriciano, Jean Sylvie Rose, 39 anos, considerado desempregado há dois anos é acusado de ter deixado expirar o prazo do seu documento de identificação.

Todos estes casos foram detectados no decorrer de uma «operação de produção» desencadeada pelas autoridades moçambicanas destinada a libertar as cidades de «desempregados e improdutivos» a fim de serem encaminhadas para zonas rurais.

Estrada na serra da Estrela

Projecto da Câmara de Gouveia contraria legislação em vigor

A decisão da Câmara Municipal de Gouveia de construir uma estrada através do planalto central da Serra da Estrela, entre a Lagoa de Rossim e a Torre, contraria a legislação em vigor e constitui «uma agressão à reserva vegetal e animal da parte mais conservada do Parque Natural da Serra da Estrela» considera a Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela (ACASE) em comunicado distribuído aos órgãos de informação.

Nos termos legais, e tendo em conta que a estrada projectada «se integra totalmente numa área geográfica pertencente a um parque natural criado por decreto-lei, «é obrigatório o pedido de parecer daquela entidade». No entanto, em ofício enviado àquela associação a direcção do Parque Natural da Serra da Estrela afirma «que não existe qualquer conhecimento oficial do assunto». Na mesma informação, declara-se que «não é intenção destes serviços concordar com tal obra».

Para a Câmara Municipal de Gouveia, no entanto «a ligação Vale do Rossim-Lagoa Comprida por estrada, é de grande importância não só para o concelho de Gouveia, mas para toda a região, pelo impulso que a mesma viria dar às actividades ligadas ao turismo na região da Serra da Estrela». Para a autarquia, as razões invocadas pela ACASE — devassa da «réstea única do que de virgem ainda existe naquela serra» — por si só «não são impeditivas», pois se assim fosse, «teríamos entre outras, a ligação entre Manteigas e Píornos vedada ao trânsito».

Perante esta derradeira tomada de posição, a Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela decide «tomar uma posição frontal contra tal iniciativa, que pode ser levada a limites extremos, se as circunstâncias o exigirem, e na qual contamos com a solidariedade prática de outros amantes desta montanha, nomeadamente o Clube de Campismo da Guarda».

Atribuídos prémios da Feira do Livro

Uma reportagem publicada no jornal «Notícias da Tarde» (Porto) venceu este ano o prémio instituído pela Feira do Livro — anunciou a organização do certame.

As reportagens da autoria do jornalista Henrique Monteiro e o valor do prémio é de cinco mil escudos.

O prémio da fotografia foi atribuído ao trabalho de Correia dos Santos, do «Diário Popular» (Lisboa) e tem o valor de seis mil escudos.

A Feira do Livro atribui anualmente e desde 1956 prémios aos melhores trabalhos (reportagem e fotografia) publicados sobre o certame.

CASA DA SORTE

Informação dos números mais premiados na extracção de hoje da LOTARIA NACIONAL:

- 1.º Prémio — 64 044 — 48 000 contos
- 2.º Prémio — 42 211 — 9000 contos
- 3.º Prémio — 74 996 — 3000 contos

A Sorte Grande e o 2.º prémio foram vendidos aos balcões da Casa da Sorte.

Consulte a Lista Oficial e habite-se para a próxima extracção aos balcões da CASA DA SORTE

em LISBOA — BRAGA — PORTO — AVEIRO — COIMBRA — SETÚBAL — FARO

OUTROS PRÉMIOS

APROXIMAÇÕES AO 1.º PRÉMIO

64 043 — 245.400\$00
64 045 — 245.400\$00

PRÉMIOS DE 120 CONTOS

659; 3 782; 4 272; 6 747; 8 897; 9 403; 10 102; 11 831; 12 027;
12 417; 15 840; 18 607; 22 577; 23 183; 33 619; 28 114; 28 394; 27 484;
28 646; 29 550; 29 993; 32 441; 32 465; 33 925; 34 041; 36 937; 37 195;
41 919; 46 760; 47 202; 47 575; 52 547; 54 035; 57 078; 60 831; 62 964;
63 658; 64 978; 67 184; 68 879; 68 801; 69 563; 71 353; 72 040 e 75 097.

PRÉMIOS AOS ALCARISMOS FINAIS

30.000\$00 — 044; 211 e 998
24.000\$00 — 208; 245; 252; 502; 555; 688; 897; 777 e 858.
6.000\$00 — 76 e 89.
3.600\$00 — 4 (terminação)

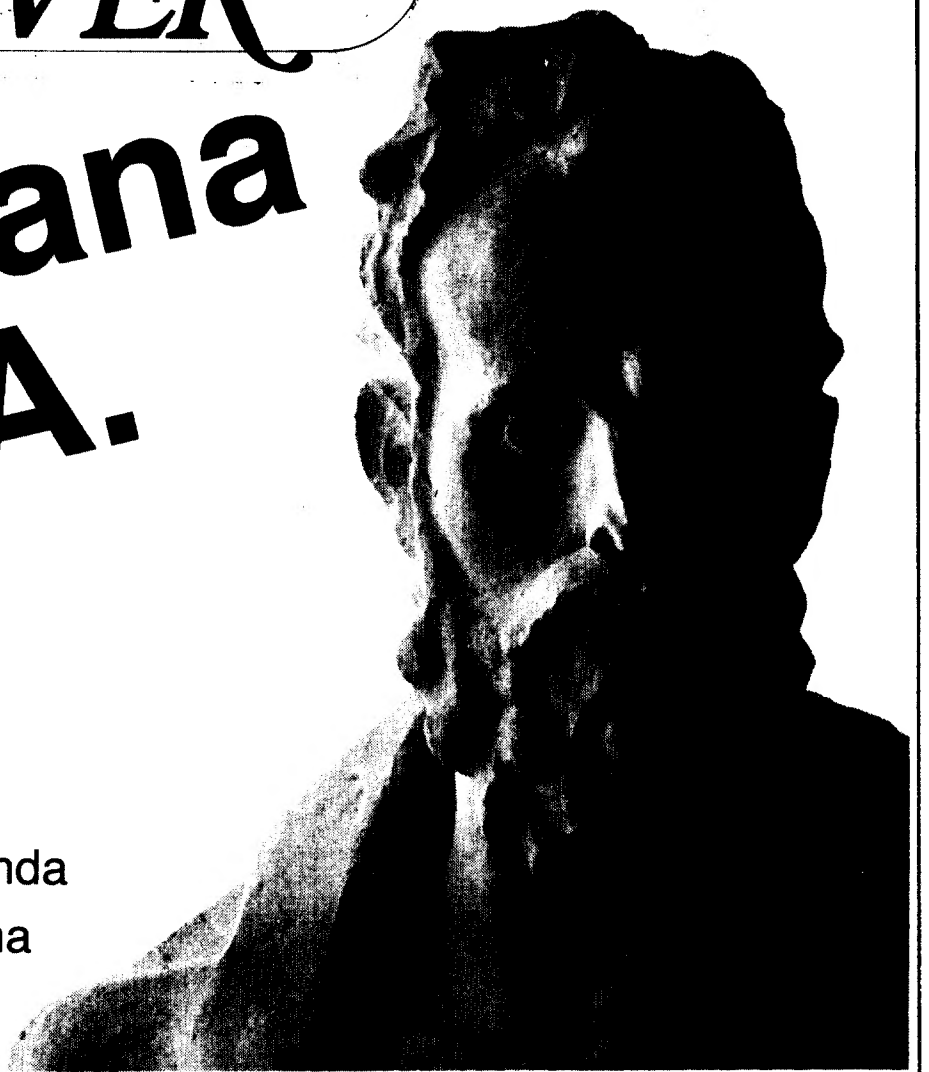
PRÉMIOS DE 6.200\$00 (CENTENAS)

42 201 a 42 300; 64 001 a 64 100 e 74 901 a 75 000.

NOTA: O direito aos prémios prescreve em 16/1/84

Poesia açoriana nos E.U.A.

Luis
de
Miranda
Rocha



Antero de Quental

PASSOU quase despercebida à chamada grande imprensa portuguesa, mas, na altura, alguns jornais, principalmente dos Açores, referiram-se-lhe, e com ênfase. A realização, em Brown, Providence, Rhode Island, EUA, do que se chamou o I Simpósio Internacional de Literatura Açoriana. Coisa séria e não isolada. Não isolada, porque foi apenas parte duma realização mais vasta que deu pela designação de Festival Canadiano-Americano de Cultura e Arte Açorianas. Séria, disseram-nos, pela grande capacidade promocional e organizativa patenteada pelo Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Brown. Do que se passou no simpósio há-de dar conta livro que arquivará as comunicações apresentadas pelos participantes. Antes disso, o mesmo Centro de Estudos fez sair, chancelada pela denominação Gávea/Brown, uma antologia de poesia açoriana. Título: «HE Sea Within». Em Português

traduza-se por qualquer coisa como «O Mar por Dentro».

Numa rápida descrição do livro — que se espera venha a aparecer nas livrarias portuguesas, embora o seu destino não seja mais esse do que o leitor e principalmente o estudioso, ou curioso, ou interessado, leitor de língua inglesa, quer dizer, a generalidade do estrangeiro que a qualquer título se possa deixar motivar pela literatura açoriana em particular, ou mais amplamente, pelas literaturas periféricas europeias (e não só), em particular ou em geral ou até mesmo somente pela literatura portuguesa, ou pelas literaturas de expressão portuguesa —, numa rápida descrição do livro, deve-se registar que a capa é do açoriano Rogério Silva (nome da geração da Gávea, dos Açores, há largos anos radicado nos EUA), e a parte textual, em inglês, é da responsabilidade de Onésimo T. de Almeida (a introdução) e George Monteiro (a tradução, assistida por Carolina Matos). Nomes, os três, de Brown, mas, antes disso, nomes dos Açores, Onésimo T. de Almeida

e Carolina Matos, pelo menos. George Monteiro, embora norte-americano, é também açoriano, ou de ascendência açoriana. Vinte e seis poetas estão aqui representados, e por ordem reversiva da cronologia. O que é uma diferença, mas merece reparo, até porque Onésimo T. de Almeida começa logo por cometer um erro, abrindo com Marcolino Candeias. É certo que, nas breves notas bibliográficas, não se lhe faz referência, mas este autor não é a mais recente revelação ou das mais recentes revelações da poesia açoriana, uma vez publicou um livro em 1971, e, antes disso, colaborara no suplemento «Glacial». Que tais referências tenham sido omitidas, talvez por expresso desejo do antologado, é aceitável e compreensível. Não deveria, todavia, impor-se aos critérios do antologador, ainda que as pretensões desta antologia não exigissem grande rigor neste domínio de preocupações e interesses porventura secundários. A mais recente revelação dos poetas seleccionados é Eduardo Bettencourt Pinto — que

é, além disso, o mais novo em idade. O antologador, todavia, coloca-o em sexto lugar, depois do primeiro citado e Vasco Pereira da Costa, Urbano Bettencourt, João de Melo e J.H. Borges Martins — qualquer deles, aliás, além de menos novo, com uma presença na poesia açoriana assinalada de há muito mais tempo do que Pinto. Uma explicação para isto estará talvez na data de publicação dos poemas escolhidos — com o que

terá a ver o «basicamente» de Onésimo na introdução, referindo-se à ordem de apresentação cronologicamente reversiva. Explicação não suficientemente convincente, todavia.

Dir-se-á que empolamos o que passará dum pormenor. Talvez. Por outro lado, e como sempre acontece em situações assim também não concordaríamos com a escolha de nomes e de peças que Onésimo fez. Quer dizer, faríamos, se a fizéssemos,

outra escolha, alguma coisa diferente. Não muito, porém, deve-se dizer. E nem seria o caso de que, em vez de alguns destes, propormos outros nomes. A poesia açoriana — ou, se preferirmos, a poesia de autores açorianos ou de algum modo ligados (eles e/ou a sua poesia) aos Açores — não é assim tão ricamente numerosa que nos permita pensar nesses termos. E se, quanto a isso, haverá objecções a fazer, elas não-de apontar de referência para um excesso de representação (excesso quantitativo, em contraste com o que se passa no domínio da representatividade e da significação ou significatividade). Quer dizer, há aqui nomes a mais, talvez. Em alguns casos, e pelo que conhecemos do que até hoje publicaram, não se nos oferecem, a exigências de qualidade, muito seguras garantias.

Deixemos isso, porém. E reconheçamos que houve, certamente, da parte de Onésimo, o desejo esclarecido de acertar. Até na ordem reversiva das representações. Mas também, e talvez principalmente, na preferência pelas novas promoções em prejuízo de outras que não passaram propriamente à história, como se costuma dizer, mas caíram no esquecimento, como por vezes a reconhecer, e a tempo, tanto custa.

O âmbito onde Onésimo escolheu — a partir do passado, agora — começa em Antero. Qualquer das duas antologias de poesia açoriana até hoje publicadas (1) começavam muito antes, e apontavam uns tantos clássicos, pré-românticos e ultra-românticos, os mais deles enfadonhos, mas com a grande virtude de mostrarem que há uma história, ou, pelo menos, um passado, se não da poesia açoriana, pelo menos da poesia nos Açores. Os estudos literários precisam destas coisas. O leitor comum, em regra, dispensa.

Outro tanto se passa com tantos autores que passam por simbolistas, decadentistas ou naturalistas, e são mais ultra-

QUANDO Dali afirmou que se considerava um pintor medíocre e um escritor genial, troca deliberadamente os valores através dos quais se consagrou a nível universal. Sem dúvida que esta sua provocação permite fundas reflexões.

A prosa daliniana, muito rica em matizes e sugestões, é um subtil instrumento nas mãos do pintor no momento em que formula teoricamente o seu método de interpretação «paranóico-crítico».

Assim, «O mito trágico do Angelus de Millet», escrito em francês entre 1932/35, é já um texto fundamental. Nesse texto, Dali situa-se frente à obra de arte (no caso o conhecido quadro de Millet, «O Angelus») a partir de uma perspectiva vital em que se enquadram todas as potências psíquicas e perceptivas. O método consta de uma fase «paranóica» em torno da qual se articula uma detalhada descrição do seu processo criativo. Esta fase compreende uma forte aproximação, que poderíamos adjectivar de brutal, em relação à obra de arte: a vontade mantém-se presa, dir-se-ia obcecada,

pelo tema do «Angelus», até ao momento em que se transforma em puro delírio que degenera, automaticamente, nas associações mais atávicas do inconsciente.

Nesta imaginosa aproximação ao quadro de Millet, o pintor de «Port Lligat» empenha a sua tortuosa personalidade e desafia totalmente as coordenadas epistemológicas tradicionais. O seu método funciona como um dispositivo simbólico em que as leis objectivas se diluem no mais impensável subjectivismo, e no qual também se exasperam o máximo das capacidades associativas. A obra de arte é submetida às experimentações mais inusuais e presenteia o artista (como mero contemplador) com a possibilidade de ser utilizado como veículo catártico. Uma interessante investigação plástica desenvolve-se em paralelo com a experiência — e proliferam então recreações a reeleituras do «Angelus», que fertilizam a obsessão mediante versões, muitas vezes sarcásticas.

A posterior análise dos delírios paranóicos constitui a fase «crítica» do método, que se fundamenta na psicanálise como código de interpretação simbólica. Neste sentido, é interessante assinalar que Salvador Dali parece que foi, segundo escreve Freud numa carta dirigida a Stephan Zweig, o mais iniciado dos surrealistas no âmbito da psicanálise.

Na fase «crítica», o plano onírico e o plano real também se interpenetram. O «Angelus» de Millet e as frustrações infantis de Dali, as suas fantasias e os seus fantasmas entrelaçam-se numa delirante síntese. A obra de arte é entendida pela primeira vez desde o plano estritamente emotivo, e, em consequência de tal, a sua interpretação transcenderá o tema iconográfico do quadro, sob a designação de «Mito trágico, variante maternal do mito imenso e atroz de Saturno devorando os seus filhos.» Na interpretação da obra, Dali interpreta-se a si mesmo, formulando, para além disso, uma hipótese audaciosa posteriormente confirmada: Millet ocultava, atrás dos seus bucólicos quadros, uma produção secreta de intenso conteúdo erótico.

Se bem que a especulação de Dali siga distintos esquemas dos aplicados por Freud na sua leitura da obra de Leonardo, a verdade é que os esquemas freudianos corroboram a hipótese, segundo a qual a função da arte seria a de nos libertarmos das nossas inibições — e de tornar consciente o conteúdo inconsciente. Sobre esta mesma ideia insistiria mais tarde Norman Brown, ao reivindicar para a arte o papel de processo para libertar a loucura e conseguir, deste modo, a reintegração na totalidade de um princípio de identidade.

«O mito trágico do Angelus de Millet» é, por conseguinte, um texto de leitura obrigatória para a compreensão da estética daliniana e do método «Paranóico-crítico» — injustamente esquecido pelos teóricos — e constitui, pela sua particular singularidade, uma valiosa achega à metodologia da arte.

Gemma Romagosa



Millet: «Angelus» (1858/59)

ESTUDOS IDEOLÓGICOS PENINSULARES (SÉCULOS XV A XVII) — 5

O tempo não é uma linha recta

Ernesto Sampaio

EM termos gentis, que me cumpre agradecer, leitor atento desta série de pacatos e singelíssimos artigos, enviou-me uma boa carta (único eco, aliás, encontrado pela minha prosa mazorra), cumprimentando-me no geral, mas polemizando comigo num particular: o de não me ser lícito, sob pena de correr o risco de deformar a mensagem da história, ler o passado através do presente ou extrapolar anacronicamente ideias e fenómenos dos tempos antigos para a actualidade (e vice-versa).

Façamos uma pausa nos excursos à problemática que temos vindo a tratar e aclaremos a questão metodológica em boa hora colocada pelo nosso leitor. Em primeiro lugar, o tempo não é uma linha recta, mas o resultado de uma sobreposição de movimentos. Fernand Braudel, se não erro, esquematiza-os assim: um movimento lento, na base; um rápido, no topo, e entre os dois toda uma série de movimentos intermédios. Na actualidade circulam acontecimentos superficiais de peso desigual: uns desaparecem de um momento para o outro, sem deixar rasto; outros abrem vórtices profundos, de consequências a longuíssimo prazo.

Exemplo de acontecimento histórico **curto** será, por exemplo, a constituição do recente governo PS/PPD presidido pelo dr. Mário Soares (independentemente da duração real que venha a ter); como acontecimento **longo**, as Descobertas são, naturalmente, um bom exemplo.

Mesmo entre os fenómenos **longos**, haverá que estabelecer graduações: a religião, por exemplo, é menos superficial e instável do que o capitalismo. O próprio capitalismo só começa realmente a estruturar-se com o comércio a distância, quando o mercado deixa de ser transparente. É curioso que a gente ibérica do século XVI, protagonista das Descobertas e do desenvolvimento das

grandes viagens marítimas, e portanto na raiz da aparição do comércio a distância, não entendesse o mecanismo das letras de câmbio. Quando mercadores judeus e holandeses vieram negociar à península e com meia dúzia de garatujas pretenderam transformar bocados de papel em dinheiro, a nossa gente não percebeu. O próprio Filipe II intuiu no fenómeno qualquer coisa de diabólico. É que os nossos eram mercados «transparentes», e essa «transparência» exigida para a economia era a mesma que o peculiar catolicismo ibérico exigia para a casta e para todas as atitudes humanas. Por isso o capitalismo se desenvolve com a ética protestante. Os acontecimentos repercutem-se todos uns nos outros, e não só no tempo breve da nossa experiência mundana, que tem a mais enganosa das durações, mas também no tempo longo da história, onde as paixões que ocupam a nossa existência perdem muito do seu sentido.

Um exemplo de como o passado investe inapelavelmente o presente, menos em história política do que naquela da vida quotidiana, a cujo nível se podem observar melhor os conflitos sociais, é o da luta travada em torno do conceito, da medida, da utilização e da manipulação do tempo. Trata-se de um aspecto capital da existência

das sociedades: como medir o tempo, e portanto como medir o trabalho, a economia, a vida quotidiana. Nos séculos XIII e XIV havia um tempo da Igreja e um tempo dos mercadores, com as novas classes urbanas a procurarem furtar-se ao controlo que a Igreja exercia sobre o tempo. Desde então, a «medida» do tempo tem sido sempre posta em jogo pelas lutas sociais, adquirindo na actualidade renovada importância com as novas técnicas capitalistas de «produtividade» e «racionalização» do trabalho, e nem o tempo «livre» escapa à manipulação de um poder tão forte (ou tão frágil) que fora do trabalho quer as pessoas em casa, diante de uma televisão que também controla.

Diga-se entre parêntesis que esta acentuada concentração do poder oferece os seus perigos para quem a detém. O feiticeiro pode virar-se contra o feitiço. Com efeito, se continuam a reduzir os temporais susceptíveis de ser desencadeados pela opinião de milhões de pessoas às dimensões da fraca ventosidade de um traque, pouco faltará para que um grupo decidido possa tomar o poder sem grandes meios nem grandes complicações: basta ir lá, aos poucos sítios onde o poder está, e liquidá-lo. Depois, com um pouco de terror e um muito de televisão,

qualquer poder se mantém... até aparecer outro grupo a escoraçá-lo. O mundo livre do tio Reagan tende, de facto, a transformar-se numa gigantesca Chicago scarfaciana, com «gangs» de nomes pitorescos: Mafia, Opus Dei, Maçonaria...

Uma vontade de explicação total dos sistemas humanos, leitor caríssimo, só pode realizar-se com uma perspectiva histórica de longa duração. O sistema de ideologia dominante na Idade Média era o cristianismo. Será outra, agora? Nos acontecimentos, há dois aspectos a considerar: o acontecimento como a pequena parte visível de um iceberg, por baixo, da qual está a grande parte invisível, obrigando quem quiser conhecer o conjunto de que o acontecimento é apenas uma ponta, a mergulhar nas águas temporais que ocultam a sua massa submersa; e o acontecimento considerado como débil ou forte incisão na história, o acontecimento — pluma e o acontecimento — trauma, o acontecimento que não deixa vestígios e o que tem ressonâncias nos séculos. Isso explica, creio eu, que seja natural e produtivo um homem do nosso tempo interessar-se mais pelo Infante D. Henrique e pelas Descobertas do que pelo dr. Mota Pinto ou pelas grandes vitórias do



Figuras de farsas populares, port

CDS em Campo de Vitoras e do PPD em Coelhoso.

Com isto, longe de mim a ideia de utilizar a história como um meio de esquecer o presente e não pensar no futuro. Claro que há também os que não querem saber das eleições autárquicas e preferem ocupar-se das guerras religiosas do século XVII: acontece sempre que a situação material é má e se instala duravelmente na vida uma espécie de regressão económica e social. E vem a propósito comentar outra reprovação que julguei inferir nas entrelinhas da carta do caríssimo leitor: a do pessimismo prático que estes meus estudos destilariam, como se me abonasse no passado para explicar os males do presente e o gigantesco tapume que nos veda o futuro.

Será útil explicar-me a este respeito e dizer que, na verdade, para mim o mundo ocidental entrou num declínio irreversível, decadência contra a qual se me afiguram inúteis todos os meios da política económica capitalista. Que não tenham ilusões os que especulam a possibilidade de um restabelecimento da situação e se consolam com ingénuas ficções, como a de que as coisas irão melhor com a diminuição do preço do petróleo, quando até um economista do Banco de Portugal sabe que o choque petrolífero foi um acontecimento acessório, não uma causa; ou nos doutrinam com figuras retóricas do estilo de que em breve Nova Iorque voltará aos tempos áureos e o bom acabará por chegar aqui. O bom tempo, caríssimo leitor, não volta mais. Querem capitalismo, «iniciativa privada», «livre

concorrências»? Então apertem os cintos, procurem distrações baratas, aceitem ser instrumentalizados pelos instrumentos de trabalho que deviam instrumentalizar (computadores, robots e o resto do ferro-velho). E sobretudo, atenção: não esqueçam que estão a viver à custa da enorme acumulação de riqueza dos últimos trinta anos.

Voltando ao pecado do anacronismo, digamos que há acontecimentos quinhentistas cujas consequências plenas só em meados do século XIX se manifestam; que há novidades da Idade Média que apenas na segunda metade de Oitocentos operam as tran formações introdutoras de uma nova sociedade. Exemplos? As máquinas aparecem em tempos medievais, com os moinhos e as suas aplicações, mas a revolução industrial, com a generalização da máquina como meio de produção, só acontece no século XIX. Ainda na Idade Média, surgem as revoluções da escrita e da imprensa, mas a escrita e a alfabetização só se tornam realmente fenómenos de massa na segunda metade de Oitocentos. O urbanismo e a separação entre campo e cidade é um dos principais acontecimentos quatrocentistas, mas só se transformou num fenómeno profundo há pouco mais de cem anos, etc., etc....

Por outro lado, há na história grandes gestos e acontecimentos que embora preenhendo a consciência dos contemporâneos, não transformam directamente as estruturas sociais e se dispersam sem deixar vestígios significativos na vida material dos homens. Um dos interes-



Feitoria de S. Jorge da Mina, no séc. XVII (gravura da época)

O NU, TAL COMO O PINTAM O nu como uma paisagem

Fernando Guerreiro

A representação de um nu de mulher sobre/ou antepondo-se ao fundo de uma paisagem, numa conhecida tela de Giorgione (*Vénus*), articula exemplarmente — e, segundo alguns, pela primeira vez de um modo sistemático — o corpo com a paisagem.

Na pintura clássica, o nu da mulher tende cada vez mais a ser uma zona privilegiada de inscrição do imaginário e de subversão da representação figurativa («naturalista»). O nu, com efeito, tal como a cor ou a paisagem — outra vaga de fundo que procura chegar à superfície — é, e em última análise sempre revela, o impensado do quadro (1).

Nas telas de nus (de mulher) deparamos, assim, frequentemente, com a articulação do corpo (da figura) com a paisagem (ou seja, com uma dupla inscrição (no) significante do erótico e do imaginário).

Apresentando-se estas telas, todas elas, como claramente fictivas, nelas incorporam-se, todavia, diferentes tipos de imaginário: na de Giorgione o erótico é carácter mais metafórico, nas de Ticiano, mais teórico (2).

Momento intermédio (ou póstumo) deste processo, em o que se materializa numa tela de Bellini (*Toilette de mulher*): aqui, uma mulher olha-se a um espelho, com as costas voltadas para uma janela (fractura), pela qual se apercebe uma paisagem; no entanto, este processo, já de si duplamente especular (a mulher e o que está entre o espelho e a paisagem: o centro figurativo e geométrico da obra, um duplo reflexo), é articulado sobre si mesmo e re-escritos: assim, o ligeiro véu, que recolhe os cabelos (os contém numa forma), tem impressos motivos decorativos que repetem a paisagem (folhas, flores, ramos de árvores ou arbustos), enquanto um segundo espelho, maior, sujeitando-as a uma profunda anamorfose, reflecte a nuca da mulher e



Bellini, «Toilette de mulher»



Georgione, «Vénus»

As *Vénus* de Ticiano — a que já nos referimos noutro art.º («Sobre um reflexo incontrolado e obsessivo», D. Lisboa, *supl. Ler/Escrever* de 17/2/3) — complexificam a (opaca) transparência (do significado ou do imaginário) destes quadros: na de Urbino, a paisagem é inscrita no quadro doméstico e convencional (que funciona como um segundo plano representativo e fictivo); o mesmo sucede, aliás, com a *Vénus do Prado*, onde o processo de denotação especular é auto-reflexivo do próprio processo da construção da tela (ou do seu re(in)vestimento erótico).

Se na tela de Giorgione, ao se colocar num único plano — o do imaginário —, a obra se denuncia como reflexo metafórico dela própria, nos quadros de Ticiano a metáfora existe à partida como uma fórmula (e não a única) de produção do sentido — uma fórmula, contudo, integrada noutra mais abstracta estrutura: a das referências de perspectiva (ópticas ou figurativas) que do fazer(-se) da obra, consubstanciam a teoria.

(pressupõe-se) parte do seu braço (oculta? Com efeito o braço desaparece do primeiro plano do quadro e só graças ao espelho reaparece, no outro lado...). E detenhamo-nos num último índice especulativo: entre a mulher e a paisagem, sobre a balaustrada da janela (aberta), depõe-se um vaso com água límpida: um vaso que serve de correspondente alegórico de um segundo espelho, da parede sustido...

A tela de Bellini é, assim, uma tela, do ponto de vista da representação, ultra-saturada (de índices de representatividade). Na mulher, a *toilette* (do espelho o manusear cuidado) denuncia essa outra abstracta «toilette» que é sempre, para o pintor, a prévia colocação e composição do nu no quadro (ou do próprio quadro) (3).

Atente-se agora noutro interessante exemplo: *A Virgem adorando o menino*, de Filippo Lippi.

Nesta tela, uma paisagem revela-se por detrás de duas figuras. Faz esta

Continua na pág. 4

POESIA AÇORIANA NOS E.U.A.

Continuação da pág. 1

-românticos e degenerados românticos do que outra coisa — e de que a história da poesia açoriana ou da poesia nos Açores se fez durante uns 30,40,50 anos, no Século XX. As antologias precedentes mostravam muito dessa abundante produção. Esta, e disso, pode-se dizer que não mostra nada. Com vantagens para o leitor, evidentemente.

Exemplificando. A seguir a Antero vê Roberto de Mesquita. Armando Cortes-Rodrigues, Vitorino Nemésio. Referências de capital importância — como certamente ocorre ao leitor que, não estando familiarizado com estas coisas açorianas, conhece antes disso, a poesia portuguesa de há cem anos a esta parte — e reconhecerá aí também estas pesadas presenças. É que, como se sabe ou deve saber, as figuras cimeiras da poesia açoriana são também, por vezes, capitais ou centrais na poesia portuguesa. O caso de Nemésio bastará como exemplo.

Pela ordem cronológica aparece depois um autor que desco-

nheciamos de todos. José Teixeira de Medeiros. É mais uma daquelas surpresas que antologias assim (feitas, como no caso, com alguma ousadia e grandes riscos) sempre proporcionam. Sem surpresa, Pedro da Silveira, Natália Correia, Eduíno de Jesus, João Afonso e outros aparecem-nos a seguir. A seguir, quer dizer, pela ordem cronológica restabelecida. Há depois José Enes, Carlos Faria, Emanuel Félix, Almeida Firmino. Assinale-se que José Enes não aparecia na antologia de Pedro da Silveira (2). Não pomos em questão que Onésimo o faça figurar aqui. Não é, aliás, a única presença que nos surpreende, longe disso. Diremos apenas que há presenças indiscutíveis, inevitáveis, obrigatórias — e já muitos projectos de antologias abortaram só porque uma ou outra dessas presenças se negou. E há autores sem os quais uma antologia se faz sem que depois se pense muito na sua ausência. E, já agora, os nomes que falta mencionar. Artur Goulart, Cristóvão Aguiar, José Martins Garcia, Carolina Matos, J. H.

Santos Barros, Emanuel Jorge Botelho. Os restantes, já os citámos em cima.

Valerá a pena referir aqui um pequeno pormenor dando conta de que a selecção de poemas que Onésimo T. de Almeida fez é mais ou menos subtil ou rigorosa classificação ou hierarquização de valores apontando para a significação ou a representatividade dos autores. É o número de poemas com que estes aparecem representados. O máximo é três, e somente dois o atingem: Antero de Quental e Vitorino Nemésio. Com dois poemas estão aqui Roberto de Mesquita, Pedro da Silveira, J. H. Santos Barros e Álamo Oliveira. Com um, os restantes. Também isto é certamente discutível, inevitavelmente. Mas será inútil falar aqui do que nos parece menos acertado. Não resistiremos todavia a dizer que a representação de Roberto de Mesquita deveria ser, no mínimo, igual à de Antero, ou mesmo Nemésio, principalmente em conta do teor ou cariz de que é esta antologia.

E de que teor ou cariz é esta antologia? A questão não tem

pertinência ou importância, mas ocorre por sugestão do título e num confronto que sempre, mesmo inadvertidamente se faz com as duas antologias que já havia feitas. Neste confronto, e pensando-o em termos de possível interesse informativo — e quantitativo — para o leitor português, é óbvio que a de Onésimo fica a perder. Mas, tal confronto, é absurdo fazê-lo, já que se trata, esta, duma antologia muito diversa, com diferentes fundamentos, razões, motivos, critérios, orientações e objectivos.

Já temos que se trataria duma antologia temática. Não é, apesar do que parece a indicação titular. Não é, porque nem todos os poemas que aqui estão têm o mar, a experiência e a vivência íntima e interiorizada do mar por tema. Nem a ilha, a vivência ou experiência ou vivência íntima, interiorizada da ilha, com o mar à volta, no envolvimento do mar. É ver a representação de Antero, por exemplo. Também noutros casos Onésimo escolheu, de muitos autores, poemas onde o mar não «entra», ao que nos parece, sequer como fundo longi-

quo do imaginário. E isto quando, não raro, seria possível escolher, dos mesmos autores, outros poemas onde do mar se tratasse em várias assumpções.

É também questão de interesse secundário, mas pode-se dizer que o título, a sugestão do título, é no sentido da vivência do mar, da interiorização metafórica do seu cerco. Mais do que — embora também, evidentemente, — do real açoriano e da presença envolvente que distintiva e marcadamente o caracterizam.

Em muitos casos, Onésimo terá preferido poemas tratando do mar, preferindo-lhes outros onde se trata de temas de mais flagrante modernidade, numa sintonização mais declarada em relação às grandes questões do pensamento poético actual.

Questões secundárias, se confrontadas com estoura, pelo menos mais premente, a de saber a imagem que um livro assim como este dará ao leitor de língua inglesa a que em princípio se destina. É questão que não escapa. De qualquer modo, parece de dizer que só a publicação dum livro como este nos

EUA é importante. A adjectivação é vulgar, mas não valerá a pena rebuscar verbalmente muito para deixar suspensa ou insinuada a ideia de como, através dum livro assim, a poesia — e, com ela, a literatura, a cultura — açorianas, ganham nos EUA uma iniciativa que ainda não houve, que sabemos, para a poesia portuguesa. Os resultados serão imponderáveis mas sem iniciativas assim é que não há resultados nenhuns, nem imponderáveis.

(1) «Antologia de Poesia Açoriana», de Pedro da Silveira, col. Vozes do Mundo, Sá da Costa, Lisboa, 1977; e «Antologia Poética dos Açores», de Ruy Galvão de Carvalho, col. Galvota, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores, 1978.

(2) Da «Antologia Poética dos Açores», de Ruy Galvão de Carvalho, salu apenas um primeiro volume abrangendo poetas até Vitorino Nemésio. Um segundo volume está para ser publicado em Angra do Heroísmo dentro de algum tempo, e antologando os poetas que apareceram depois.

DOIS SONETOS DE FERNANDO GRADE

Na tarde com brinços, retratos de fósseis
e o calor voraz nas salas rectilíneas.
Ao fogo deitados — dois podengos docéis;
o gato zumbindo no cheiro das zínias.

Que bolos de fei com sabor a cebola
explodem («à noite») onde a água dormita?
E ouvi-se um piano com manhãs de rola.

À prima desnuda, gostei dela, tive-a
nos lençóis cruéis, entre o pão e a marmitta.
— Quem disse que o sêmen sabia a lixívia?

ZALA, 1968 (Arte Maior)

«(...) Nunca mataste ninguém? Ver morrer um
homem é uma coisa extraordinária. Um ho-
mem morre como um homem. Quando um
homem morre, sinto um grande respeito. Não
fico triste, sinto um grande respeito.»

(De um personagem de Baptista-Bastos) para o Ezequiel
dos Santos Ferreira

Em oito minutos chegavam apaches
traziam perfumes, falavam de sexo.
E a noite redonda? Era um bolo de haxe,
boneca sem tripas num espelho convexo.

Em oito minutos o brilho dos sapos
rangia no som entre fumos e flechas.
No sótão dos beljos o corpo é de trapos
e os olhos mirravam ao pé das bochechas.

Chão carbonizado por cascos bonitos,
as almas são arcas com musgo e detritos
onde as raparigas escondem os frutos.

O rosto redoma está cheio de vícios
— e quem tiver cães afague-os ou atice-os,
que a chuva tem alma para oito minutos.

(Do livro de sonetos em preparação «MECÂNICO DE
OVNIS»)

AS
LETRAS
EM DIA

fulgurações

fulgurações
VIRGÍLIO ALBERTO VIEIRA

VIRGÍLIO ALBERTO VIEIRA, em edição de autor, oferece-nos agora um livro de apurada poesia. VAV, no desenvolvimento da sua plasticidade poética, parte por assim dizer da seguinte expressão de Rimbaud: «La morale et la langue sont réduites à leur plus simple expression, enfin! Título do livro de Virgílio Alberto Vieira: «Fulgurações». Constituído por quarenta e cinco fragmentos, o pequeno volume oferece-nos composições como se seguintes (embora quanto a nós só a totalidade das composições contribua para a valorização de cada uma delas em separado); «Devora o fogo/ó haste». Ou ainda: «O sol/atado/nos pulos». Ou também: «A fronte toda/quebrada/nas colinas». Ou então: «Atravessado/de mãos/o corpo arde». Mais duas ainda: «Um rio/amarrado/na cintura» e «um ramo/de chuva/clinge o coração». Uma outra, finalmente: «Como vos quero/ó ó lentas clareiras/do sol». — Só uma grande atenção, uma grande sensibilidade, uma grande leitura de poesia poderão contribuir para a completa e generosa apreensão destas «Fulgurações» de Virgílio Alberto Vieira. Por curiosidade, anote-se que o autor, no campo da poesia, contava até à data os seguintes quatro títulos: «Terra Interior» (78), «Pronunciário do corpo» (80), «A idade do fogo» (80) e «A paixão das armas» (83).

«HISTÓRIAS DO ARCO-IRIS», de José Jorge Letria, é o mais recente título da «Coleção Passaro Livre», da editora Livros Horizonte. Diga-se que é um livro premiado pela Associação Portuguesa de Escritores, quando da escolha do júri em 1981. Sete são as histórias que, desta feita, JJJ oferece aos seus pequenos leitores: «Leontina, fada e bruxa», «Os meus amigos índios», «Lume Brando, o Dragão», «O homem do saco», «As chávines voadoras», «Firmão, o amigo dos passaros» e «Os balões coloridos». Óptimas ilustrações.

HISTÓRIAS DO ARCO-IRIS

JOSÉ JORGE LETRIA



LIVROS HORIZONTE

Continuação da pág. 3

paisagem parte de um segundo quadro, ou pela falha de uma janela unicamente é percebida? Por meio desta dupla referência ao quadro ou à janela, F. Lippi marca a **especularidade** do acto de pintura: A paisagem é denotada como o resto da estrutura alegórica fictiva e sobredetermina (como se inscreve) o próprio sentido da alegoria. O olhar do anjo (de convenção) que para o espectador se vira introduz, no entanto, um novo elemento no conjunto — ou seja, introduz o **espectador** como elemento fundamental (menos de certificação do que de desvio) da estruturação do sentido.

Podíamos ainda citar o fragmento do coro dos anjos d'«A Coroação da Virgem» (do mesmo F. Lippi). Nesta tela, as flores que os anjos fazem, reescrevem, desviam noutro sentido a (pretendida) transcendência da alegoria. Elas que constituem da paisagem a forma mais diminuta (e ao mesmo tempo a síntese dos problemas que a sua representação sempre levanta, do ponto de vista figurativo). A rarificação do **efeito de paisagem**, que aqui se verifica, marca-a ainda mais como uma diferença (figurativa) esquisita — ou o retórico desperdício de um sentido. A sua **alegria**, e não alegoria (Alegria, é claro, de quem a pinta!)

Outro exemplo deste tipo de relações entre o nu e a paisagem, podemos encontrá-lo no **Apolo e Marsyas** de Perugino.

Neste quadro, a paisagem é tratada de um modo que, diríamos, quase **caligráfico**: não existe enquanto ordenação de sólidos ou de grandes volumes, antes se fixando, num primeiro plano — de acordo com um modo de denotação quase oriental —, sob a forma de uma rede larga, lassa (de linhas), cujas diferentes malhas seriam constituídas tanto pelas folhas como pelas aves (que, dos céus, quase se poderia dizer, caem — como outras tantas nervuras). Dois aspectos, assim, a reter: o abstracionismo caligráfico (que atenua a nudez dos corpos) e a caracterização do sentido, ao mesmo tempo, como uma **queda** (vertigem, desequilíbrio) e o **sopro** (espírito). É este espiritualismo tenso — e contido caligráfico, escrito — que nos corpos de Botticelli também surge como a marca (significante) própria do erótico (um traço que poderíamos dizer tanto, na sua persistência, gótico ou medievo-tardio, como um prenúncio do Maneirismo).

Pousemos agora os olhos no **Retrato de uma Princesa da Casa de Este**, de Pisanello, e no seu total decorativismo. A deformação (alongada, ovóide) da figura, e sobretudo a desproporção do seu volume (com a cabeça, grande e o pequeno corpo, que quase todo o primeiro plano ocupam), constituem traços bem visíveis da estrutura, por excelência redundante (obsessiva), desta pintura. Se a paisagem (o ornamental) é o dejecto (o impensado) da tela — e existe no imaginário da época como o próprio substituto da mulher (ou da pintura) —, aqui, o artificialismo do conjunto (figura + fundo), enquanto exercício (ou do arbitrário) do artifício, denota o próprio **ser** (anima, spiritus) da pintura (4).

Considere-se também a **Simoneta Vespúcia** de Pollaiuolo. As semelhanças com a obra de Pisanello são evidentes — só que aqui tudo é mais **visível** (devido, até, ao maior «naturalismo» do representativo). O facto da mulher ser representada com o tronco nu acentua, mais ainda, que é com a paisagem que o seu corpo (nu) se permuta.

A **nudez da pele** e o **espírito** (no horizonte) do ponto de fuga da pintura. Ou seja, à falta da nudez, de que tanto precisa, o quadro foge para o Infinito que na tela (sem suporte fictivo) se produz: o céu, a paisagem — o simulacro do que nunca se torna suficientemente explícito. O não-dito, do pintor, que é o objecto (corpo, desejo) da pintura-não-dito, o desejo é o incontento e, aquém e para lá da representação, produz na tela, através da paisagem, um seu **corpo-segundo**...

No entanto, esta atracção pela paisagem — ou seja, pelo corpo (da mulher ou da pintura) — é modalizado, também, pelas suas censuras. Assim, na tela de Pollaiuolo, essa atracção é ao mesmo tempo sentida como diabólica, inconfessável, perversa — como o dão suficientemente a entender os sinais que sub-escrevem, através dessa cadeia de índices, esse sentido-segundo: o céu nublado de tempestade; o traçado curvoso das ramagens e dos troncos das árvores; as tranças da mulher (retorcidas); as manchas, reptilíneas, do agasalho que coloca sobre os ombros, nus; o colar, enfim, em que a víbora se fixa... A lei do desejo, contudo, é ainda a mais forte e a mancha branca da pele, o tronco nu, em última análise, remetem todas as outras inquietações ou dúvidas para o fundo...

Dois outras telas de Botticelli podem-nos ajudar a detectar com ainda mais clareza essa dupla assunção (tenebrosa e sibilina) do sentido (do nu, na figura). Assim, n'«A Virgem, o menino e S. João» (tela de 1472), a fuga ao sentido manifesta-se tanto pela especularidade (o olhar voyeur de S. João, voltado para o espectador do quadro — enquanto factor de ironia, distanciamento: crítica da transparência do **significado** ou da sua restrição a uma pura transmissão do sentido), como pelo carácter ornamental da paisagem (um horizonte do in-finito, aqui reduzido a rosas excrementais, de plástico — e de modo algum «místicas»...

Fixemos-nos no plano de sua **Judite**. Num primeiro plano, movem-se duas

figuras que se antepõem a um fundo de exércitos em marcha (e aqui também se verificam os tradicionais efeitos de fragmentação e contraste de direcções e de movimentos entre as tropas ou entre as duas mulheres e os homens que marcham). Elementos fixos na pintura: o horizonte/paisagem (o fundo dos fundos); uma árvore (em primeiro plano — a que corresponde, segundo motivo vegetal, o ramo de oliveira que Judite, na mão, segura); a cabeça do homem que aqui não aparece escondida, semi-oculta, mas descoberta — na salva que a aia transporta. A cabeça (cortada) é tanto o móbil de todo o movimento (e do sentido) como o que se lhe opõe com maior tenacidade; no entanto, na tela de Botticelli, tudo se processa, como o direi?, a claro e de um modo «leviano»: a cabeça descobre-se e as duas mulheres, na circunstância, dão provas de uma singular agilidade (indiferença — em relação ao próprio carácter sangrento do acto cometido).

Com efeito, é esta alegria **material**, este gosto pelo fazer-se da pintura que mais distintamente caracterizam o estilo de Botticelli (5). Pense-se por exemplo, na dinâmica entre movimento e pose criada, n'«A Calúnia», pelo jogo os corpos (como nem pândulo). Entre uma Primavera hermafrodita (que nos é apresentada numa posição majestática) e o abater-se, como um «baralho de cartas», das outras figuras femininas, cava-se o espaço de um pensamento (ritmo) em que assenta (ou de que se constitui) da tela todo o aparente sentido. Nesse movimento, aliás, tudo é traço e signo: uma figura está ainda no ar, enquanto outra, colocada à frente, apoia-se só numa perna e uma terceira move-se através do ângulo do antebraço e do pescoço. Ritmo do gesto, deste modo, transforma a figura(ção) da forma e materializa o seu sentido: obriga-a a ser o prodígio de um des-equilíbrio...

NOTAS:

(1) Nas telas de Leonardo, muitas vezes, da mesma forma que o trabalho da cor é a sua **maquiagem**, a paisagem (o fim/o fundo do horizonte) constitui um outro sentido da pintura. Na tela **A Virgem e o menino** (1485/90), desnudando um seio, a criança parece disposta a beber a sua água (leite: cena que, afinal, reproduz essa outra cena — a da leitura, parece espectador, da pintura. O sentido do gozo, fruição, é, por dentro da carne (i.e. da aparência do figurativo), o seu sumo interior, inter-dito (ou seja, leite, horizonte ou paisagem — o seu **delírio**...).

(2) Noutras telas de Ticiano, contudo, esse plano de reflexão teórica é recoberto (ou vê-se revestido) por uma articulação do mito mais particularmente metafórica (ou alegórica). Atente-se, p.ex., na tela **Amor Sagrado e Amor Profano** — e nela, em particular, na figura do «Amor Profano». Nesta figura, com efeito, podemos detectar um conjunto de oposições principais: nudez do corpo (corpo nu) / paisagem; nudez/manto vermelho (oposição que se reescreve numa segunda, determinada pela anterior: pano branco/vs/pano púrpuro); corpo (nudez, despojamento do corpo) / objecto (lamparina); figura feminina (nudez, índices simbólicos: manto, lamparina) / paisagem (e nesta, em particular, o céu — que imprecisa, in-delimita o campo do figurativo) (cf. a descrição que E. Panofsky faz da tela nos seus *Estudos de Iconologia*, Aliança Editorial). Esta **devolução do nu a paisagem** — da qual ele inicialmente, e em primeiro plano, se isola — encontra-se manifesta de uma forma ainda mais explícita na **Vénus Anadyomene** a que no art.º anterior (cf. «O Espelho d'água») nos referimos.

(3) Noutra tela de Bellini, **As Almas do Purgatório**, esta clausura do «representado» acaba por eclodir na afirmação (significante) da cor que (sobre-)determina o próprio imaginário (em fissura) que é a paisagem no quadro.

(4) Um caso interessante da **diastética figura/paisagem** no retrato encontramos-lo no **Retrato de Francisco delle Opere**, de Perugino (cf. tb. o conhecido **Retrato de um velho com o neto**, de Ghirlandajo). Nesta tela, o mais significativo é a **discrepância** — assumida como tal — entre a paisagem e a expressão da figura (discrepância que acentuará, a séculos mais tarde, os grandes artífices do insólito: Hubert Robert, Lorrain, Friedrich. A esta posição opor-se-á a tendência neurótica para fundir, como se se tratasse de um único corpo, as expressões do rosto e do fundo: veja-se, p.ex., depois do trabalho de Watteau e Fragonard, ou dos paisagistas e retratistas ingleses dos finais do séc. XVIII a radicalização deste traço nas obras de Géricault, Delacroix ou Van Gogh).

(5) **Alegria** que tem talvez a ver com a **reversibilidade** dos sistemas de referência (de valor) do figurativo: assim, as figuras ou conjuntos figurativos, se mudarmos alguns dos seus índices iconográficos, podem facilmente transitar do plano da alegoria pagã, para o da sacra ou mística. Que pode mesmo concluir daqui? 1.º) a insuficiência (do ponto de vista do material significante) de uma prática pictural que se atenha fundamentalmente à reprodução do sentido; 2.º) a importância que para estes autores assume a inscrição da diferença, para lá de todas as possíveis reversibilidades (e crises) do sentido. Assim se o poder de cobertura alegórica do sentido se caracteriza pela sua fraqueza, a contrapartida deste estado mais lacunar do sistema é a tendência progressiva, do significante para desprender-se e para se tornar cada vez mais produtiva a própria prática de inversão e transgressão do(s) sentido(s).

Um bom exemplo do aspecto que referimos, podemos encontrá-lo na tela **Minerva dominando o Centauro** (1488) de Botticelli. Aqui, o **elemento alegórico vale, sobretudo, pela sua carga significativa** — i.e. funciona como **significante na organização do sentido da pintura** (daí a importância do elemento ornamental, vestígio de um **excesso de produção do texto para lá do sentido**). Assim, se a rocha e o delecto arquitectónico designam a teatralidade do acto, no espaço definido, no primeiro plano, pelo conjunto de relações e oposições entre as duas figuras (e sobretudo os seus olhares), abre-se, infindo, o ponto-de-fuga (horizonte/paisagem) do sentido. **Tese provisória**: ao longo da deperdição do significante que é a pintura, o movimento do olhar é o que a tela ilustra, à procura de um sentido (cf. tb. **O nascimento de Vénus**, **A Primavera**...).